



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP

FRANCISCO DIOGENILSON ALMEIDA DE AQUINO

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS DE IMPLANTAÇÃO NO *CAMPUS* DE LIMOEIRO DO NORTE DO IFCE

SOUSA – PB

2021

FRANCISCO DIOGENILSON ALMEIDA DE AQUINO

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS DE IMPLANTAÇÃO NO *CAMPUS* DE LIMOEIRO DO NORTE DO IFCE

Dissertação apresentada ao curso
Mestrado Profissional em Administração
Pública da Universidade Federal de
Campina Grande (UFCG), Centro de
Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), em
Sousa – PB.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Macário
de Oliveira Motta

SOUSA – PB

2021



A657a Aquino, Francisco Diogenilson Almeida de.
Agenda ambiental na administração pública: possibilidades e desafios de implementação no campus de Limoeiro do Norte do IFCE. / Francisco Diogenilson Almeida de Aquino. – Sousa, 2021.

214f. : il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Macário de Oliveira Motta.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Responsabilidade socioambiental. 3. Administração pública. 4. Agenda ambiental. 5. Políticas públicas. I. Motta, Verônica Macário de Oliveira. II. Título.

CDU: 502.131.1(813.1)(043.2)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Marly Felix da Silva

Bibliotecária-Documentalista

CRB-15/855

FRANCISCO DIOGENILSON ALMEIDA DE AQUINO

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS DE IMPLANTAÇÃO NO CAMPUS DE LIMOEIRO DO NORTE DO IFCE

Dissertação apresentada ao curso
Mestrado Profissional em Administração
Pública da Universidade Federal de
Campina Grande (UFCG), Centro de
Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), em
Sousa – PB.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Macário
de Oliveira Motta

Data da aprovação: 17 / 08 / 2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Verônica Macário de Oliveira Motta
Presidente – Orientadora PROFIAP/UFCG

Profa. Dra. Vera Luci de Almeida
Membro Interno – PROFIAP/UFGD

Profa. Dra. Maria Angeluze Soares Perônico Barbotin
Membro Externo – UFPB

Sousa, PB, 17 de agosto de 2021.

Assinaturas: Presidente (orientador):

Verônica Macário de Oliveira

Membro Interno:

Vera Luci de Almeida

Membro Externo:

(UFPB)

Candidato (a):

Francisco Diogenilson Almeida de Aquino

A Deus, por possibilitar oportunidades de conquistas como esta. A minha amada esposa, pelo incentivo e compreensão dedicados a mim na condução de mais esta etapa na minha vida e formação.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser minha fonte de eterno amor e vida.

À minha dedicada esposa, Marília Girão Beserra, pelo companheirismo e incentivo, indispensáveis para a condução e conclusão desta pesquisa.

Aos meus pais, José Dionilson Almeida de Aquino e Maria Liguinalva Lopes de Aquino, que, em nosso lar, sempre prezaram pela educação dos filhos.

À Professora Dra. Verônica Macário de Oliveira Motta, pela atenção e competência que dispendeu na orientação deste trabalho.

Aos demais professores que ao longo da minha formação estudantil e acadêmica compartilharam os conhecimentos comigo.

Aos pesquisados, servidores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, que destinaram tempo para repassar informações sobre o tema trabalhado.

Ao professor Francisco Gutenberg Albuquerque Filho, pela colaboração com os serviços de Tradutor e Intérprete Público Juramentado.

Às professoras Dra. Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin e Dra. Vera Luci de Almeida, pelas contribuições que aprimoraram esta pesquisa, em virtude das etapas de qualificação do projeto de pesquisa e de defesa da dissertação.

Aos meus familiares e parentes, que sempre incentivaram minha capacitação acadêmica e profissional.

A todos os meus amigos, que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão desta dissertação, por meio de incentivos, experiências e momentos agradáveis necessários para espairecer a mente.

“Quem pensa por si mesmo é livre
E ser livre é coisa muito séria
Não se pode fechar os olhos
Não se pode olhar para trás
Sem se aprender alguma coisa pro futuro”
(Renato Russo)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Desenho da Pesquisa	52
Figura 2 - Síntese das etapas de implantação do Programa A3P	142

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do quantitativo de instituições que fizeram adesão formal ao Programa A3P, entre os anos de 2005 e 2020	38
Gráfico 2 – Evolução do quantitativo de instituições participantes da Rede A3P, entre os anos de 2007 e 2020	38
Gráfico 3 – Formas com que os servidores se locomovem com mais frequência para o trabalho	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição dos Eixos Temáticos da A3P	35
Quadro 2 – Passos para implantação do Programa A3P	36
Quadro 3 – Síntese da classificação metodológica da pesquisa.....	42
Quadro 4 – Síntese das seções do questionário.....	45
Quadro 5 – Quantidade de servidores efetivos do IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte em 06/05/2021	48
Quadro 6 – Objetivos específicos e respectivas categorias de análise.....	50
Quadro 7 – Temas Estratégicos e Objetivos Estratégicos do PDI do IFCE vinculados aos eixos temáticos da A3P	56
Quadro 8 – Painel de Indicadores e Metas do PDI do IFCE vinculados aos eixos temáticos da A3P	58
Quadro 9 – Portfólio de Projetos Estratégicos do PDI do IFCE.....	61
Quadro 10 – Síntese das necessidades de melhorias por Eixo Temático	134
Quadro 11 – Síntese das principais dificuldades encontradas para a implantação de práticas sustentáveis no IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte	136
Quadro 12 – Cronograma de Execução de Implantação do Programa A3P	140
Quadro 13 – Plano de Ação por Eixo Temático	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil da amostra de servidores efetivos do <i>campus</i> de Limoeiro do Norte do IFCE, em números e porcentagem	72
Tabela 2 – Síntese dos dados obtidos a partir da questão discursiva do questionário <i>on-line</i>	75
Tabela 3 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Uso racional dos recursos naturais e bens públicos"	77
Tabela 4 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Energia	78
Tabela 5 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Papel	80
Tabela 6 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Copos Descartáveis	82
Tabela 7 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Água	83
Tabela 8 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Outras ações	84
Tabela 9 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Gestão adequada dos resíduos gerados"	87
Tabela 10 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Gestão adequada dos resíduos gerados	87
Tabela 11 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Qualidade de vida no ambiente de trabalho" .	93
Tabela 12 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho – Uso e desenvolvimento de capacidades	94
Tabela 13 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho – Integração social e interna	96
Tabela 14 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho – Respeito à legislação	99
Tabela 15 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho – Condições de segurança e saúde no trabalho	100

Tabela 16 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis de preservação dos elementos da natureza presentes na instituição	105
Tabela 17 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho – Outras ações	106
Tabela 18 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Sensibilização e capacitação dos servidores"	107
Tabela 19 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Sensibilização e capacitação dos servidores	108
Tabela 20 – Frequência relativa e medidas de tendência do grau de conhecimento dos servidores sobre o Programa A3P	111
Tabela 21 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Compras públicas sustentáveis"	113
Tabela 22 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Compras públicas sustentáveis	113
Tabela 23 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Construções Sustentáveis"	120
Tabela 24 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Construções sustentáveis	121
Tabela 25 – Percepção dos gestores quanto à adesão aos Objetivos do Programa A3P	125
Tabela 26 – Índice de Adesão ao Programa A3P pelo IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte	131

RESUMO

Esta Dissertação aborda questões ligadas à sustentabilidade, ao desenvolvimento sustentável e à responsabilidade socioambiental, voltadas para o âmbito da administração pública. Em busca da sustentabilidade, todos os atores, sejam sociais, institucionais ou organizacionais assumem papéis relevantes. Isto se sobressai, sobretudo, na administração pública, com a função de formulação e execução de políticas públicas com objetivo de promover a cultura da sustentabilidade. No Brasil, uma política pública que visa difundir a sustentabilidade na própria administração pública é a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Desse modo, o objetivo desta dissertação foi analisar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no contexto das atividades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* de Limoeiro do Norte. Esta pesquisa buscou colaborar com a construção de uma administração pública voltada para práticas de gestão que visem a redução do desperdício, a administração adequada dos resíduos gerados e a utilização apropriada dos recursos naturais, humanos e econômicos disponíveis. Este estudo apresenta a natureza de pesquisa aplicada, uma vez que buscou produzir conhecimentos para aplicação prática, orientados à solução de problemas específicos, quanto à implantação da A3P em instituições federais de ensino. Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva e adotou o estudo de caso como método de pesquisa. Quanto aos procedimentos, a pesquisa se pautou na abordagem mista (qualitativa e quantitativa). As técnicas de pesquisa utilizadas foram: pesquisa documental, questionário, entrevista semiestruturada. Foram usadas as seguintes técnicas de análise: análise estatística descritiva, análise de conteúdo e triangulação de dados. Por meio da análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFCE, identificou-se que as diretrizes organizacionais são pautadas em ações de sustentabilidade socioambiental. Conforme os resultados obtidos com as análises dos dados coletados por meio da aplicação do questionário com os servidores e com a realização das entrevistas com os gestores, concluiu-se que, apesar de não ter adesão formal ao Programa A3P, o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte desenvolve práticas socioambientais sustentáveis que estão em conformidade com os seis eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Em relação aos desafios encontrados para implantação de práticas sustentáveis no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, identificou-se dificuldades de natureza administrativa e de natureza cultural, ressaltando-se como principais desafios a falta de conhecimento e treinamento dos atores a respeito de ações de sustentabilidade e a inexistência de políticas institucionais voltadas para a sustentabilidade. A partir das análises dos resultados obtidos neste estudo, identificou-se potencial para o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte aderir e implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), considerando as ações sustentáveis já desenvolvidas na instituição e o interesse dos gestores em implementar o Programa na unidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Responsabilidade socioambiental. Administração Pública. Agenda Ambiental na Administração Pública.

ABSTRACT

This Dissertation addresses issues related to sustainability, sustainable development, and socio-environmental responsibility, aimed at the scope of public administration. In search of sustainability, all actors, whether social, institutional or organizational, play relevant roles. That stands out, mainly, in public administration, with the function of formulating and executing public policies focused on promoting a culture of sustainability. In Brazil, a public policy that aims to spread sustainability in the public administration itself is the Environmental Agenda in Public Administration (A3P). Thus, the objective of this dissertation was to analyze the possibilities and challenges of implementing the guidelines and thematic axes of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) within the context of the activities of the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Ceará (IFCE) – Limoeiro do Norte *Campus*. This research sought to collaborate with the construction of a public administration focused on management practices aimed at reducing waste, the proper administration of generated waste, and the appropriate use of the natural, human, and economic resources available. This study presents the nature of applied research, as it sought to produce knowledge for practical application, aimed at solving specific problems, regarding the implementation of A3P in federal educational institutions. As for the objectives, the research is classified as descriptive, and adopted the case study as a research method. As for the procedures, the research was based on a mixed approach (qualitative and quantitative). The research techniques used were: document research, questionnaire, and semi-structured interview. The following analysis techniques were used: descriptive statistical analysis, content analysis, and data triangulation. Through the documentary analysis of the IFCE Institutional Development Plan (PDI) 2019-2023, it was identified that the organizational guidelines are based on social and environmental sustainability actions. According to the results obtained from the analysis of the data collected through the application of the questionnaire with the public servants, and the interviews with the managers, it was concluded that, in spite of not having formal adherence to the A3P Program, the IFCE *Campus* in Limoeiro do Norte develops sustainable socio-environmental practices that comply with the six thematic axes of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P). Regarding the challenges encountered in implementing sustainable practices on the IFCE *Campus* in Limoeiro do Norte, administrative and cultural difficulties were identified, with the main challenges being the lack of knowledge and training of actors regarding sustainability actions, and the lack of institutional policies aimed at sustainability. From the analysis of the results obtained in this study, the potential for the IFCE *Campus* in Limoeiro do Norte to adhere and implement the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) was identified, by considering the sustainable actions already developed in the institution, and the managers' interest in implementing the Program on the *campus*.

Keywords: Sustainable development. Social and environmental responsibility. Public administration. Environmental Agenda in Public Administration.

SUMÁRIO

RESUMO.....	14
ABSTRACT	15
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema da pesquisa.....	16
1.2 Objetivos da pesquisa	17
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 Justificativa e relevância da pesquisa	18
1.4 Estrutura do trabalho.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 Breve histórico e conceitos de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável	21
2.2. Responsabilidade Socioambiental e Gestão Ambiental	25
2.3 Administração Pública, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental	28
2.4 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).....	30
2.4.1 Fundamentos, objetivos, princípios e eixos temáticos do Programa A3P34	
2.4.2 Como implantar o Programa A3P	36
2.4.3 Outras iniciativas do Programa A3P.....	37
2.5 Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1 Caracterização do estudo.....	42
3.2 Unidade de análise.....	43
3.3 Coleta de dados	44
3.4 Participantes da Pesquisa	48
3.5 Análise de dados	49
3.6 Desenho da pesquisa.....	51
4 resultados e discussões	53
4.1 Diretrizes Organizacionais ligadas à Sustentabilidade constantes no PDI do IFCE	53
4.1.1 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFCE e os eixos temáticos da A3P	54
4.1.2 Diretrizes sustentáveis descritas no PDI do IFCE.....	55
4.2 Práticas sustentáveis adotadas no <i>campus</i> de Limoeiro do Norte do IFCE conforme a percepção de servidores e gestores.....	72

4.2.1 Perfil dos servidores do campus de Limoeiro do Norte do IFCE.....	72
4.2.2 Outras ações praticadas no IFCE – campus de Limoeiro do Norte ligadas à sustentabilidade.....	74
4.2.3 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”	76
4.2.4 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Gestão adequada dos resíduos gerados”	86
4.2.5 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”	92
4.2.6 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Sensibilização e capacitação dos servidores”.....	107
4.2.7 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Compras públicas sustentáveis”.....	112
4.2.8 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Construções sustentáveis”.....	120
4.3 Possibilidades e desafios quanto à implantação da A3P no IFCE – campus de Limoeiro do Norte.....	124
4.3.1 Adesão aos Objetivos da A3P, na visão dos gestores do IFCE – campus de Limoeiro do Norte	124
4.3.2 Índice de Adesão ao Programa A3P pelo IFCE – campus de Limoeiro do Norte.....	131
4.3.3 Possibilidades e desafios de implantação do Programa A3P no IFCE – campus de Limoeiro do Norte.....	133
5 PLANO DE TRABALHO	138
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS.....	155
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM O SERVIDORES DO IFCE – CAMPUS DE LIMOEIRO DO NORTE.....	163
APÊNDICE B – ROTEIRO APLICADO EM ENTREVISTA COM O SERVIDORES OCUPANTES DOS CARGOS DE DIREÇÃO NO CAMPUS DE LIMOEIRO DO NORTE DO IFCE	168
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – QUESTIONÁRIO ON-LINE	172

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTA <i>ON-LINE</i>	175
APÊNDICE E – RELATÓRIO TÉCNICO	179
ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS SERVIDORES DA UFRPE/UAG NA PESQUISA DE PEIXOTO (2019) E PEIXOTO <i>ET AL.</i> (2019).....	206
ANEXO B – <i>CHECK-LIST</i> ADESÃO AOS OBJETIVOS E AOS EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA A3P – DESENVOLVIDO NA PESQUISA DE FREITAS, BORGERT E PFITSCHER (2011)	211
ANEXO C – TERMO DE ANUÊNCIA.....	213

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a existência humana se deparou com problemas relacionados a crises ambientais e ao modelo de desenvolvimento. A busca por possíveis soluções está em destaque nos diversos fóruns de debate mundial, desde 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo. O conceito de sustentabilidade se insere no cerne das discussões, uma vez que está relacionado a permanência de um processo ou de um sistema, ou seja, a sobrevivência.

Desde então, busca-se soluções para o enfrentamento da crise ambiental que afeta toda a humanidade. A mais recente é a elaboração da Resolução “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, ratificada por líderes de governo e de estado, durante a 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. A resolução tem implementação e validade de 2016 a 2030, com a proposição de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes. Os ODS buscam conciliar as dimensões econômica, social, ambiental e institucional, para alcançar o desenvolvimento sustentável. Foram estabelecidos objetivos e metas, estipulados para o prazo de 15 anos, em áreas relevantes para melhorar a qualidade de vida das pessoas e proteger o meio ambiente (MARQUES; SANTOS; ARAGÃO, 2020; ONU BRASIL, 2015).

Apesar das iniciativas globais em busca da sustentabilidade, a ciência e o mercado global ainda não entraram em consenso sobre um novo sistema econômico capaz de garantir o desenvolvimento sustentável das nações, com padrões de produção e consumo sustentáveis, e a consequente mitigação dos impactos das crises ambientais, sociais e econômicas.

Ao se avaliar as implicações ambientais, deve-se considerar o homem como integrante diferencial do meio ambiente, o qual é um todo formado por partes igualmente complexas, geralmente frágeis e passivas (CAVALCANTE, 2012). O ser humano precisa considerar o caráter sistêmico do meio ambiente, onde todo e qualquer organismo está interligado em condição de interdependência, para a compreensão de que a mínima alteração de um componente, como a extinção de uma espécie, influencia diretamente em outros componentes. Todo esse cenário implica em um senso de urgência, rumo a mudanças no modo como a sociedade se relaciona consigo mesma e com o meio ambiente.

Na construção dos caminhos da sustentabilidade, todos os atores sociais assumem papéis relevantes. Dentre esses atores está a administração pública, com a responsabilidade pela gestão dos interesses da sociedade, primando pela satisfação das necessidades coletivas e de interesse público. Assim, a administração pública detém a função de formulação e execução de políticas públicas com objetivo de promover a cultura da sustentabilidade. “A Administração Pública, como grande consumidora de bens e serviços, como cumpridora responsável das políticas públicas e com o poder de compra que possui por meio das licitações, precisa dar o exemplo das boas práticas nas atividades que lhe cabem.” (BRASIL, 2009, p. 7).

No Brasil, uma política pública que visa difundir a sustentabilidade na própria administração pública é a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Criada em 1999, ganhou *status* de programa dois anos depois, em 2001, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), cujo objetivo é estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. A ideia é a cooperação e união de esforços para minimizar os impactos ambientais, sociais e econômicos das ações e atos da administração pública. Prestes a completar 20 anos de atuação, o Programa ainda se dá por adesão voluntária dos órgãos públicos (BRASIL, 2009; MMA, 2020a).

A ação busca a construção de uma nova cultura institucional em que gestores públicos são estimulados a incorporarem em suas práticas cotidianas e rotineiras, nos órgãos e entidades públicas, os princípios e critérios de gestão socioambiental que promovem a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais. Isto ocorre a partir do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da adoção de mecanismos de licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida dos servidores públicos no seu ambiente de trabalho. (BRASIL, 2009).

1.1 Problema da pesquisa

Como se destina a qualquer órgão público, da administração pública direta e indireta, das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário), é importante observar como os órgãos públicos de diversas naturezas tem incorporado a A3P em suas atividades, dentre os quais se inserem as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica que fazem parte do Poder Executivo Federal.

Desse modo, o problema de pesquisa desta dissertação é: Quais as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no contexto das atividades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* de Limoeiro do Norte?

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no contexto das atividades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* de Limoeiro do Norte.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Levantar as diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- b) Identificar e mapear as ações, atividades, programas, projetos ou atos realizados no *campus* de Limoeiro do Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) que se enquadram nas diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- c) Verificar a percepção dos gestores do *campus* de Limoeiro do Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em relação às possibilidades e aos desafios quanto à implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no órgão;
- d) Propor a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no *campus* de Limoeiro do Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

1.3 Justificativa e relevância da pesquisa

Na prestação dos diversos serviços públicos, o grande número de entidades públicas no país, distribuídas nas três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), consomem elevada quantidade de materiais, bens, serviços, entre outros. Associado a esse consumo, para o desenvolvimento de atividades nos órgãos públicos, soma-se o uso de recursos naturais (água, derivados de petróleo, energia elétrica) e a produção de resíduos, efluentes e emissões. Considerando esses aspectos, a prestação dos diversos serviços públicos pode causar alguns impactos ambientais, sobretudo pela extensão territorial e a biodiversidade do país. Desse modo, busca-se colaborar com a construção de uma administração pública voltada para práticas de gestão que visem a redução do desperdício, a administração adequada dos resíduos gerados e a utilização apropriada dos recursos naturais, humanos e econômicos disponíveis.

Nesse sentido, essa pesquisa é importante na medida que contribui com a disseminação do conceito de sustentabilidade socioambiental no setor público, bem como na difusão de políticas públicas, programas, projetos e práticas de gestão sustentáveis nas instituições públicas, a fim de proporcionar uma melhoria da gestão socioambiental dessas organizações, a exemplo da instituição pública federal de educação profissional e tecnológica que é objeto desse estudo.

A pesquisa também se justifica pela relevância de se conhecer mais sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), suas diretrizes e eixos temáticos, possibilidade de aderência, limitações, e principalmente, sua eficiência dentro das instituições públicas, haja vista que seu objetivo envolve a sustentabilidade, impactando diretamente o meio ambiente, a sociedade e a economia.

Há de se considerar a relevância atribuída pela sociedade às instituições de ensino, pesquisa e extensão, como precursoras da mudança de comportamentos visando à sustentabilidade. As instituições de ensino são responsáveis por fornecer e difundir o conhecimento e, por essa razão, assumem a responsabilidade por proteger e assegurar a qualidade do meio ambiente (BOFF; ORO; BEUREN, 2008; LANZARIN *et al.*, 2018; VIEGAS; CABRAL, 2015). Neste sentido, se faz necessário entender a atuação das instituições de ensino no contexto de responsabilidade socioambiental.

Imbuída das práticas educativas, as instituições de ensino podem exercer papéis importantes na promoção da sustentabilidade, quer seja pelo debate sobre o

tema, conscientização e apontamento de soluções para os problemas socioambientais, quer seja pela adoção de práticas sustentáveis que promovam a educação pelo exemplo. Por conseguinte, uma prática sustentável que pode ser adotada pelas instituições públicas de ensino é a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), e a consequente implantação e/ou operacionalização da gestão socioambiental.

Por isso, essa pesquisa busca estudar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no contexto das atividades de uma instituição pública federal de educação profissional e tecnológica, a saber, o *campus* de Limoeiro do Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Ademais, ao se estudar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no contexto das atividades de uma instituição pública federal de educação profissional e tecnológica, pretende-se disponibilizar ferramentas para o avanço do processo da gestão sustentável com a possibilidade de difusão de saberes inerentes ao tema para diferentes instituições de ensino, sejam públicas ou privadas.

1.4 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro é este e trata da introdução, com apresentação do tema, dos objetivos, das justificativas e relevâncias da pesquisa, bem como desta seção, que trata sobre a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo aborda a fundamentação teórica, com conceitos, ideias, características que respaldaram teoricamente o presente estudo. Para tanto, o capítulo foi dividido em cinco seções, que tratam dos temas mais relevantes para esta pesquisa.

Como introdução, a primeira seção do segundo capítulo apresenta um breve histórico e conceitos associados à Sustentabilidade e ao Desenvolvimento Sustentável. Enquanto a segunda seção traz definições e discussões de temáticas ligadas à Responsabilidade Socioambiental e à Gestão Ambiental. Já a terceira seção versa sobre o papel que a Administração Pública assume por meio da responsabilidade socioambiental para promover a sustentabilidade.

A quarta seção do segundo capítulo trata do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), apresentando características, fundamentos, objetivos, princípios e eixos temáticos, bem como o passo a passo para a implantação do Programa e outras iniciativas associadas ao mesmo.

Por último, a quinta seção do segundo capítulo discute o papel que as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica desempenham na promoção da sustentabilidade.

O terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos e está dividido em cinco seções: a primeira trata da caracterização metodológica desta pesquisa; a segunda apresenta a unidade de análise escolhida; a terceira descreve como ocorreu a coleta de dados e os instrumentos utilizados; a quarta detalha os métodos para análise dos dados coletados; e, a quinta explica o desenho da pesquisa.

No quarto capítulo realiza-se uma análise situacional com a apresentação dos resultados obtidos por meio dos dados coletados com a análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFCE, da aplicação de questionários *on-line* com os servidores efetivos do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE e da realização de entrevistas semiestruturadas com os servidores ocupantes dos cargos de gestão do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE. Para tanto, o quarto capítulo subdivide-se em três seções. Na primeira seção, são descritas as diretrizes organizacionais ligadas à sustentabilidade que constam no PDI do IFCE. Na segunda seção, identificam-se as práticas sustentáveis adotadas no *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, a partir da percepção de servidores e gestores, categorizadas conforme os seis eixos temáticos da A3P. Por último, na terceira seção, são analisadas as possibilidades e desafios quanto à implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

No quinto capítulo, apresenta-se o Plano de Trabalho como proposta de adesão e implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte. O sexto capítulo trata das considerações finais do autor.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda conceitos, ideias, características que respaldaram teoricamente o presente estudo. Para tanto, o capítulo foi dividido em cinco seções, que tratam dos temas mais relevantes para esta pesquisa.

Como introdução, a primeira seção apresenta um breve histórico e conceitos associados à Sustentabilidade e ao Desenvolvimento Sustentável. Enquanto a segunda seção traz definições e discussões de temáticas ligadas à Responsabilidade Socioambiental e à Gestão Ambiental. Já a terceira seção versa sobre o papel que a Administração Pública assume por meio da responsabilidade socioambiental para promover a sustentabilidade.

A quarta seção trata do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), apresentando características, fundamentos, objetivos, princípios e eixos temáticos, bem como o passo a passo para a implantação do Programa e outras iniciativas associadas ao mesmo.

Por fim, a quinta seção discute o papel que as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica desempenham na promoção da sustentabilidade.

2.1 Breve histórico e conceitos de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Leonardo Boff (2017) aponta que o conceito de sustentabilidade remonta há mais de 400 anos, tendo origem com a prática de silvicultura, que é o manejo das florestas. A proposta da prática é o uso adequado da madeira, com o replantio de árvores em áreas desflorestadas, bem como o corte responsável, possibilitando a continuidade do crescimento das florestas.

Em 1972, após a publicação do relatório “Os limites do crescimento”, o termo sustentabilidade virou destaque nas discussões no meio científico, nas empresas, na sociedade e no âmbito governamental (BOFF, 2017). Formado por cientistas, políticos e empresários, o Clube de Roma foi responsável pela produção desse relatório, que trazia modelos matemáticos desenvolvidos por cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, concluindo que, embora tenha-se perspectiva de muitos avanços tecnológicos, o crescimento populacional e econômico afetaria a utilização de

recursos naturais e energéticos, aumentando ainda a poluição, reações insustentáveis para o planeta (MAGALHÃES, 2016).

Apesar de ter sido alvo de críticas por evidenciar ideias de controle do crescimento populacional em países de terceiro mundo de modo que os países desenvolvidos dessem continuidade a produção industrial (RAMOS, 2015), o relatório “Os limites do crescimento” foi o precursor da inclusão de questões ambientais na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU). Depois do relatório, ainda em 1972, a ONU promoveu a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente em Estocolmo, na Suécia. A partir dos debates estabelecidos na Conferência de Estocolmo, surgiu o termo ecodesenvolvimento, definição para um desenvolvimento interno que atendesse a realidade de crescimento de cada região e a utilização adequada dos recursos naturais, de modo harmônico com o meio ambiente (ABRAHÃO, 2016; LOPES *et al.*, 2017).

Em 1987, com a publicação do relatório “Nosso futuro comum”, também conhecido como Relatório de Brundtland, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, presidida pela médica e Primeira ministra da Noruega, na época, Gro Harlem Brundtland, o termo ecodesenvolvimento foi substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável (ABRAHÃO, 2016; BOFF, 2017).

Embora tenham conceitos associados, os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável possuem significados distintos. Desenvolvimento sustentável está associado à conciliação entre crescimento econômico, desenvolvimento humano e qualidade ambiental, enquanto sustentabilidade constitui-se no objetivo do desenvolvimento sustentável (FAUSTINO; AMADOR, 2016). Assim sendo, desenvolvimento sustentável é o processo e a sustentabilidade é o objetivo.

O conceito de sustentabilidade derivado do equilíbrio entre três pilares (social, ambiental e econômico) foi definido John Elkington. Essa designação ficou conhecida como *Triple Bottom Line* ou Tripé da Sustentabilidade (ELKINGTON, 1997).

Para Elkington (1997), o pilar social se relaciona com os cuidados com impactos sociais das inovações nas comunidades humanas; já o pilar ambiental se refere aos cuidados com impactos ambientais causados pela utilização indiscriminada dos recursos naturais e pelas emissões de poluentes; e, por fim, o pilar econômico aborda os cuidados com eficiência econômica, derivada da obtenção de lucro e de vantagens competitivas que as organizações angariam nos mercados.

Ignacy Sachs (2011) desenvolveu o conceito de sustentabilidade pautado em oito dimensões. Além dos três pilares propostos por Elkington (social, ambiental e econômico), Sachs acrescentou as dimensões: cultural, ecológica, territorial, política nacional e política internacional. Sachs considera que, para além das questões social, ambiental e econômica, a sustentabilidade só será alcançada com a valorização das pessoas, seus costumes e saberes, envolvendo o respeito a toda vida, com a diminuição das desigualdades sociais, participação social, respeito às diferenças culturais, cuidado com o meio ambiente e propagação de princípios éticos.

No tocante ao conceito de desenvolvimento sustentável, o relatório “Nosso Futuro Comum”, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, definiu que desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (ONU, 1991, p. 46). Esta definição está baseada em dois conceitos-chave: o conceito de necessidades (com destaque para as necessidades essenciais da população das classes mais pobres, que devem ter a máxima prioridade) e a noção das limitações impostas ao meio ambiente pelo estágio da tecnologia e da organização social, que impendem o meio ambiente de atender às necessidades presentes e futuras.

A própria Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, traz aspectos relacionados aos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, no artigo 225, ao estabelecer que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Esse artigo da Carta Magna Brasileira impõe responsabilidade para o Poder Público, bem como toda a sociedade sobre a defesa e preservação do meio ambiente, nos tempos atuais e a longo prazo.

Cabe mencionar aqui outros eventos mundiais voltados para a discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável:

- Em 1992, no Rio de Janeiro, no Brasil, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO 92, RIO 92 ou Cúpula da Terra. Destacam-se as publicações da Agenda 21 Global, a Carta da Terra e a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento (BARBIERI *et al.*, 2010; MENDONÇA, 2015; PEGORIN; SANTOS; MARTINS, 2014).

- Em 1997, em Nova York, nos Estados Unidos, ocorreu a Rio+5, que revisou a implantação da Agenda 21 Global e culminou com a assinatura do Protocolo de Quioto por vários países, com o objetivo de diminuir a emissão de gases que provocam o efeito estufa (FERREIRA *et al.*, 2015).

- Em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul, ocorreu a Rio+10, marcada pela intensa disputa por interesses econômicos corporativos e o boicote de parte das nações ricas às discussões sobre fontes de energia limpa em substituição ao petróleo, deixando o debate sobre sustentabilidade em segundo plano (BOFF, 2017).

- Em 2012, no Rio de Janeiro, no Brasil, ocorreu a Rio+20, assinalada pela renovação de compromisso de chefes de Estado e de governo com a promoção do desenvolvimento sustentável, com foco em ações para erradicar a pobreza, promover a segurança alimentar, o turismo e o transporte sustentável, o trabalho digno para todos, o consumo e produção sustentáveis, a educação de qualidade, a igualdade de gênero, a diminuição de danos ao meio ambiente, dentre outras ações (ONU, 2012).

- Por último, em 2015, em Nova York, nos Estados Unidos, ocorreu a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, culminando na Resolução “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, com a proposição de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes. Os ODS buscam conciliar as dimensões econômica, social, ambiental e institucional, para alcançar o desenvolvimento sustentável. Os objetivos e metas, estipulados para o prazo de 15 anos, em áreas relevantes para melhorar a qualidade de vida das pessoas e proteger o meio ambiente (MARQUES; SANTOS; ARAGÃO, 2020; ONU BRASIL, 2015).

Com o crescimento do debate sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, as organizações públicas e privadas assumiram o papel de adoção de novas práticas pautadas nos dois conceitos. Hayashi e Silva (2015) apontam que são diversas instituições públicas e privadas preocupadas em alcançar metas e demonstrar novas práticas voltadas às questões ambientais, objetivando satisfazer as demandas dos consumidores e da sociedade, bem como atender às legislações e fiscalizações vigentes. Para Assunção (2016), conforme aumentava a preocupação com os limites sociais, ambientais e econômicos do planeta, as organizações foram imbuídas em contribuir com a preservação dos recursos naturais, do progresso

econômico e da justiça social, acarretando o estabelecimento de novas formas de gestão. É o caso da Responsabilidade Socioambiental e da Gestão Ambiental, focos da próxima seção.

2.2. Responsabilidade Socioambiental e Gestão Ambiental

A necessidade da promoção de ações sustentáveis tornou-se uma exigência também para as organizações, que precisaram assumir um novo papel no mercado e na sociedade, buscando reduzir a diferença encontrada entre resultados econômicos e sociais, ao mesmo tempo que aumenta os cuidados com questões ambientais, uma vez que as organizações são atores relevantes para a qualidade de vida das populações (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008). Desse modo, as organizações passaram a rever as práticas de gestão, incorporando ações de responsabilidade socioambiental.

Sobre Responsabilidade Socioambiental, Cavalcante (2012) assevera que se trata de um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs, com a qual são assumidas responsabilidades sobre questões sociais e ambientais pertinentes a todos os públicos com os quais a instituição se relaciona: “trabalhadores, consumidores, governo, empresas, investidores e acionistas, organizações da sociedade civil, mercado e concorrentes, comunidade e o próprio meio ambiente” (CAVALCANTE, 2012, p. 201).

Gomes, Meurer e Pintor (2016) apontam que, no início, a responsabilidade socioambiental era tratada como ação de filantropia por parte das organizações, por meio da qual as instituições disponibilizavam algumas benesses em campanhas e doações para a comunidade. Com o passar do tempo, o termo responsabilidade socioambiental passou a incluir outros fatores, como preservação do meio ambiente, cuidado com a qualidade de vida dos trabalhadores e valorização dos colaboradores como parte integrante da organização.

Para Almeida (2002), os principais valores constantes na conceituação de responsabilidade socioambiental são: respeito aos direitos humanos e trabalhistas, valorização do progresso social, proteção ambiental e valorização do bem-estar das comunidades. O autor defende que as organizações precisam compreender os valores e princípios que geram benefícios para a instituição e para a sociedade e os valores e princípios que são afetados pelas atividades da instituição. Desse modo, ao

implantar práticas de responsabilidade socioambiental, as organizações necessitam envolver todas as partes interessadas, os chamados *stakeholders*, uma vez que as organizações não existem de forma isolada. Em se tratando de organizações da Administração Pública, o conjunto de *stakeholders* é constituído por cidadãos, servidores, fornecedores, comunidade local e gestores (ABRAHÃO, 2016).

Dias (2017) adverte que a responsabilidade socioambiental se associa a atitudes que vão muito além da simples observância de obrigações legais, regulamentares e convencionais. Ou seja, para ser considerada socialmente responsável, uma organização não pode somente adotar práticas sociais e ambientais que estejam contidas na lei, mas uma gama de ações que atendam as expectativas da sociedade em relação à instituição. Tachizawa e Andrade (2021) acrescentam que as organizações, ao adotar práticas socioambientais, além de cumprir determinações legais, aumentam a qualidade do produto, ampliam a competitividade nas exportações, atendem demandas dos consumidores, atendem reivindicações da comunidade e de instituições ambientalistas, cumprem a política social da organização e melhoram a imagem organizacional perante a sociedade.

As organizações que praticam a responsabilidade socioambiental possibilitam a elevação dos níveis de desenvolvimento social, a proteção ao meio ambiente e o respeito aos direitos humanos, adotando um modelo de gestão baseado na governança aberta e transparente, conciliando interesses de diversos agentes com foco global na qualidade e viabilidade (CAVALCANTE, 2012).

Desse modo, a responsabilidade socioambiental é um importante instrumento gerencial, que possibilita a redução dos impactos negativos das atividades organizacionais, a valorização da imagem organizacional e a melhoria da competitividade. Apontando a responsabilidade socioambiental como fator de competitividade e sobrevivência organizacional, Almeida (2002) elenca algumas vantagens para a adoção de uma gestão socialmente responsável: melhoria do alinhamento entre as metas da empresa e as metas da sociedade; redução de riscos e conflitos; valorização da reputação organizacional; melhoria da aceitação de inovações tecnológicas ou operacionais; facilitação da obtenção de créditos e empréstimos, dentre outras.

Com a responsabilidade socioambiental, os gestores precisaram incluir o conceito de sustentabilidade no planejamento estratégico organizacional, com a definição de metas, planos e diretrizes. O gerenciamento assertivo dos recursos do

meio ambiente é primordial para aumentar ou reduzir os danos ambientais causados pelas ações rotineiras das organizações. Nesse contexto, a gestão ambiental é estabelecida para alcançar o desenvolvimento sustentável, contribuindo para que os efeitos ambientais não excedam a carga do meio onde a organização se encontra (DIAS, 2017).

A gestão ambiental almeja a promoção do equilíbrio entre fatores sociais, econômicos, ambientais e políticos, existencialmente intrínsecos e do conjunto de relações humanas, observando obrigações legais, regulamentares e convencionais do poder público e de entidades com poder para emitir normatizações a respeito (ABRAHÃO, 2016; DIAS, 2017).

Dias (2017) defende que as organizações implantem práticas de gestão ambiental, para além da necessidade de cumprimento de legislações ambientais, mas pautada por uma política ambiental proativa, praticando medidas preventivas que procurem eliminar os impactos ambientais na origem, buscando encontrar e mitigar as causas.

Donaire e Oliveira (2018) e Mori *et al.* (2015) enumeram alguns benefícios econômicos e estratégicos da implantação da gestão ambiental nas organizações: redução do desperdício e do consumo de água, energia e outros insumos; reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes; aumento da participação no mercado; implementação de novos produtos no mercado; melhoria da imagem institucional; renovação do portfólio de produtos; aumento da produtividade; melhoria nas relações de trabalho; melhoria na relação com o ambiente externo (governo, comunidade e ambientalistas); acesso ao mercado externo; eliminação, redução ou reparação de danos ambientais; fomento da consciência dos funcionários e fornecedores a respeito da responsabilidade socioambiental.

A instituição não governamental *International Organization for Standardization* (ISO) desenvolveu e publicou a série de normas ISO 14000, padronizando, à nível global, os processos de gestão ambiental nas organizações. Desse modo, a ISO 14000 é uma família de normas que estabelece ferramentas e diretrizes para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em organizações públicas e privadas (PEIXOTO, 2019). Ao seguir as especificações da ISO 14000, as organizações podem implantar um Sistema de Gestão Ambiental estruturado e integrado à atividade geral da administração organizacional, com a possibilidade de certificação do SGA (DIAS, 2017).

Introduzidos os conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e gestão ambiental, aborda-se na próxima seção o papel que a Administração Pública assume por meio da responsabilidade socioambiental para promover a sustentabilidade.

2.3 Administração Pública, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental

Ante os desafios impostos à humanidade advindos das crises ambiental, social e econômica, é necessário repensar o modelo econômico vigente, com os padrões e níveis de produção e consumo elevados, que cada vez mais promovem o esgotamento dos recursos naturais, a degradação do meio ambiente e agrava desigualdades sociais. As transformações ambientais, a exemplo do aumento da temperatura na Terra, do derretimento das geleiras, da destruição da camada de ozônio, da extinção de várias espécies animais, da devastação das florestas, da poluição por resíduos, da redução da água potável dentre outros, são consequências diretas da industrialização, do capitalismo e do modernismo (MACIEL; FREITAS, 2014; RUFINO; ANDRADE, 2014). Não há mais como sustentar o modelo de crescimento econômico pautado no uso irracional e insustentável dos recursos naturais não renováveis, na destruição da diversidade biológica e na ampliação das desigualdades sociais (ALMEIDA; BRANDÃO; PEDROSA, 2017; LIMA; GOMES, 2016; MARTINE; ALVES, 2015; PEIXOTO *et al.*, 2019).

Assim, um dos grandes desafios da humanidade é a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Isto exige ação da administração pública para a inserção da variável socioambiental no processo decisório, especialmente na formulação de políticas públicas que fomentem um verdadeiro “desenvolvimento sustentável” (KRUGER *et al.*, 2011; LANZARIN *et al.*, 2018). No Brasil, a institucionalização de políticas públicas ambientais requer coordenação e união entre os diversos setores do governo e órgãos públicos. A eficácia das políticas públicas na gestão ambiental pode ser alcançada com correta aplicação dos instrumentos previstos na legislação (LUIZ *et al.*, 2013), além de estratégias que impliquem em novas formas de atuação, práticas éticas e responsáveis, com maior transparência, maior controle social e menor vulnerabilidade aos interesses econômicos e político-partidários.

Deve-se considerar também a função que a administração pública desempenha na economia, no papel de amplo consumidor de recursos naturais, bens e serviços na consecução de atividades meio e finalísticas, acarretando em possíveis impactos socioambientais negativos (FAGANELLO; SANTOS; FILHO, 2015). Nesse ponto, a administração pública precisa adotar critérios ambientais nas atividades administrativas e operacionais. Esse deve ser um processo de melhoramento contínuo, primando pela participação efetiva da administração pública na conservação racional dos recursos naturais e na proteção contra a degradação ambiental.

No processo de construção de políticas públicas, programas, projetos e ações de Responsabilidade Socioambiental, com a efetiva participação das instituições públicas, o Estado deve assumir o papel de principal interlocutor junto à sociedade, demonstrando que possui compromisso e responsabilidade com a pauta (CHAVES *et al.*, 2013). Além de interlocutor, o Estado precisa assumir o papel de indutor fundamental de mudança de cultura e comportamento, tornando as atuais e futuras iniciativas mais transparentes, incentivando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades que desenvolve e integrando as ações sociais e ambientais com o interesse público (RÊGO; PIMENTA; SARAIVA, 2011).

Embora haja entendimento sobre o papel estratégico do Estado e da administração pública na promoção da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, não há no Brasil legislação específica criando uma norma unificada sobre o tema. O que se vê são ações de governo e iniciativas espontâneas de instituições públicas, com o desenvolvimento de programas e projetos para promoção da discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

Assim sendo, as instituições públicas devem direcionar esforços para a responsabilidade socioambiental e buscar a mudança de hábitos e atitudes internas, com a promoção de uma nova cultura institucional de combate ao desperdício. Do mesmo modo, devem realizar a revisão e adoção de novos procedimentos para as compras públicas, considerando critérios sustentáveis de consumo. Conseqüentemente, essa mudança tende a gerar economia e eficiência nas aplicações dos recursos públicos (ALMEIDA; BRANDÃO; PEDROSA, 2017).

Nessa vertente, surge o programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), como uma ação de governo (que perdura por quatro governos, desde 1999) a ser adotada voluntariamente pelas instituições públicas, na perspectiva de fomentar novos padrões de produção e consumo sustentáveis (ALMEIDA; BRANDÃO;

PEDROSA, 2017; ARAUJO; LUDEWIGS; CARMO, 2015; BRASIL, 2009), conforme exposto na seção a seguir.

2.4 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Teixeira (2013) alerta que, como a adesão ao Programa A3P ainda se dá de forma voluntária pelos órgãos públicos, a Agenda Ambiental na Administração Pública não se constitui como um marco regulatório, já que não exerce força impositiva sobre as organizações públicas. Ainda assim, o programa se apresenta como uma alternativa de coordenação da agenda ambiental nos órgãos públicos, com diretrizes e eixos temáticos pautados no princípio da sustentabilidade do planeta. Embora seja direcionado para instituições públicas, ele pode ser utilizado como modelo de gestão ambiental por outros seguimentos da sociedade (PEREIRA, 2016).

De acordo com Almeida, Brandão e Pedrosa (2017), os fundamentos do programa Agenda Ambiental na Administração Pública estão nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21 Global, o qual versa sobre mudança dos padrões de consumo e contempla: 1) o exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo; e, 2) o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo (BRASIL, 2020). A A3P também se fundamenta no Princípio 8 da Declaração da Rio/92 e na Declaração de Johannesburgo (BRASIL, 2009). Isso demonstra a ligação direta entre o Programa A3P e os esforços globais de ações sustentáveis (ARAUJO; LUDEWIGS; CARMO, 2015)

A Constituição Federal de 1988 é a base fundamental para o programa A3P, destacando-se os artigos, *in verbis*, 225 e 170, conforme exposto a seguir:

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Art. 170 A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação (BRASIL, 1988).

Assim, a Carta Magna Brasileira trata da responsabilidade compartilhada entre Poder Público e sociedade para a defesa e preservação do meio ambiente,

pressupondo-se a implementação de políticas públicas, formuladas em conjunto com todos os cidadãos, para cumprir com esse dever que perpassa do presente a gerações futuras (LEME, 2010).

A Agenda Ambiental na Administração Pública ainda encontra fundamentos e embasamento legal em importantes legislações e políticas públicas federais, com destaque para: as políticas nacionais de meio ambiente, de resíduos sólidos, de recursos hídricos e energéticos, de educação ambiental e mudanças climáticas, o Estatuto das Cidades, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Lei de Crimes Ambientais, além de decretos, instruções normativas e portarias (ALMEIDA; BRANDÃO; PEDROSA, 2017).

Embora haja arcabouço jurídico sobre temas ligados à sustentabilidade, ainda não existe norma impositiva ou sanção para os órgãos públicos que não seguem as diretrizes da A3P. Somente em 2018, foi criado o normativo legal do Programa, com a Portaria nº 28, de 20 de fevereiro de 2018, que institucionaliza a A3P, e com a Portaria SAIC nº 3, de 1º de março do mesmo ano, que instituiu as diretrizes do Programa A3P (MMA, 2020b).

Em seu histórico de criação, em 1999, a Agenda Ambiental na Administração Pública foi concebida como um projeto interno do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Passados dois anos, em 2001, a A3P ganhou *status* de programa e ultrapassou os limites do Ministério, apresentando-se como um programa de sensibilização dos gestores públicos sobre as questões ambientais. Já em 2002, o mérito do Programa é reconhecido, ao receber da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) o prêmio “O melhor dos exemplos”, na categoria Meio Ambiente, pela relevância do trabalho da A3P e os resultados positivos já obtidos com a sua implantação (BRASIL, 2009; MMA, 2020a).

Loyola (2008, p. 11) ressalta que a A3P se qualifica como “um programa estruturado, consistente”, uma vez que o programa resiste às mudanças políticas comuns à administração pública. Prestes a completar 20 anos de atuação, o Programa apresenta aperfeiçoamentos contínuos, mesmo ante a alternância de gestão derivada das sucessões políticas no Governo Federal e no Ministério, desde a sua criação (ARAÚJO; LUDEWIGS; CARMO, 2015).

Araújo, Ludewigs e Carmo (2015) asseveram que, embora a A3P venha se consolidando, o Programa ainda não alcança lugar de destaque no planejamento e nas práticas gerenciais das instituições. Por vezes, se observa que a adoção da

Agenda Ambiental na Administração Pública está associada às intenções e políticas gerenciais, todavia nem sempre se traduzem em práticas efetivas de sustentabilidade no cotidiano e cultura organizacional, isso demonstra uma distinção entre discurso e prática organizacionais, situação comum em diversas organizações brasileiras (CARRIERI; SILVA; PIMENTEL, 2009). Assim, as organizações, sobretudo as organizações públicas, precisam consolidar compromissos sólidos de longo prazo com a gestão pautada na responsabilidade socioambiental, transpondo o discurso meramente teórico (COELHO; COSTA E SILVA; LOPES, 2013). Rêgo, Pimenta e Saraiva (2011) ratificam a necessidade de se revisar paradigmas, de modo que a gestão socioambiental seja realmente inserida na prática cotidiana e na cultura dos órgãos públicos.

Barata, Kligerman e Minayo-Gomez (2007) coadunam com a necessidade de mudanças organizacionais pautadas a partir da implantação da A3P, por meio da promoção da inovação cultural no ambiente de trabalho das instituições públicas, onde deve-se combater o desperdício. Os autores advertem que o êxito da execução da Agenda requer engajamento dos servidores e gestores do órgão público. Para tanto, os objetivos e princípios da Agenda Ambiental na Administração Pública contribuem para sensibilizar e conscientizar servidores e gestores públicos quanto às questões socioambientais.

Almeida, Brandão e Pedrosa (2017) ressaltam que, para efetivação da A3P, são indispensáveis ações de conscientização e sensibilização socioambiental. Destarte, a educação ambiental é ferramenta essencial para a implantação e efetivação do Programa, pois dispõe de suporte a diretrizes e eixos temáticos da A3P, fomentando mudanças de hábitos e rotinas, por parte de servidores e gestores públicos, e da cultura organizacional (FERREIRA, 2012; OLIVEIRA; GÓMEZ; CORREIA, 2020).

Para que ocorra a implantação adequada do Programa A3P, Prado (2015) orienta que cada organização elabore sua própria Agenda Ambiental, considerando características, peculiaridades e atividades, inclusive, tendo por base o planejamento estratégico institucional.

Outros aspectos a se observar para a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública diz respeito a investimentos e recursos públicos. Barata, Kligerman e Minayo-Gomez (2007) destacam que, para implantar algumas ações propostas pela A3P, nem sempre requer investimentos. Muitas vezes, as ações

propostas pela A3P implicam em simples mudanças nos processos operacionais e em práticas de treinamento, conscientização e sensibilização do público interno, que podem resultar em redução de custos, ao invés de gastos, para a organização.

Entretanto, segundo Carrieri, Silva e Pimentel (2009), é provável que a organização precise realizar algum investimento inicial, para implantar ações de responsabilidade socioambiental. Portanto, é papel da alta gerência criar mecanismos que fortaleçam os vínculos dos públicos com o programa, além de fornecer os meios necessários às adaptações da organização (ROMERA, 2005). A tendência do programa conquistar sucesso cresce quando o mesmo é difundido a partir dos altos níveis hierárquicos até alcançar os níveis operacionais (CAMPOS *et al.*, 2005), buscando evitar possíveis conflitos com os interesses organizacionais e desconfortos para os atores organizacionais (CARRIERI; SILVA; PIMENTEL, 2009).

Araujo, Ludewigs e Carmo (2015) apontam que a falta de investimentos econômicos expressivos se revela como uma fragilidade para a manutenção do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) nos órgãos públicos. Os autores analisaram o perfil de atuação socioambiental dos 49 projetos premiados nas cinco edições do Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade A3P, dos anos 2010 a 2014. O estudo revelou que, na maioria das instituições analisadas, a A3P não recebeu investimentos econômicos, se constituindo apenas por meio de projetos de capacitação dos servidores e público interno. O estudo também identificou que: 1) a percepção de que as práticas de sustentabilidade estão associadas a atividades secundária, de menor importância, dentro da maioria das organizações analisadas; 2) os programas e projetos de implantação da A3P raramente estão vinculados a atividades estratégicas da organização; 3) a A3P incorpora critérios de sustentabilidade aos indicadores de resultados organizacionais tradicionais (desempenho financeiro, eficácia e eficiência produtiva, entre outros); 4) a adoção da Agenda não representa que práticas de responsabilidade socioambiental imprimam marcas na identidade da organização. Para Araujo, Ludewigs e Carmo (2015, p. 45), o desafio da A3P é “impulsionar a integração da responsabilidade socioambiental nas atividades estratégicas e no planejamento de longo prazo das organizações da administração pública”.

Embora o estudo de Araujo, Ludewigs e Carmo (2015) tenha registrado algumas fragilidades da Agenda Ambiental na Administração Pública, os autores destacam a importância do Programa para promover a prática de responsabilidade

socioambiental nas instituições públicas. Como possível solução para superar o desafio de associar a A3P ao planejamento estratégico para administração pública, a organização precisa vincular a Agenda ao *core business* além de dispor de maiores investimentos de longo prazo.

Na visão de Almeida, Brandão e Pedrosa (2017), o principal desafio da Agenda Ambiental na Administração Pública é impulsionar a responsabilidade socioambiental como política governamental, de modo a contribuir para integração da agenda de crescimento econômico aos aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento. Os autores assinalam como entraves para implantação da Agenda nas organizações públicas: os aspectos político-ideológicos intrínsecos a cada nível da administração pública (federal, estadual ou municipal); os desalinhamentos dos modelos de gestão pública no Brasil; as realidades e contextos locais, inclusive as prioridades elencadas em cada agenda.

Pereira (2016) explica que as instituições públicas enfrentam dificuldades externas e internas para implantar o programa A3P. Segundo a autora, o principal obstáculo externo é econômico, decorrente da falta de estímulo do governo em financiar gastos para mudanças e transformações. Enquanto as dificuldades internas são: falta de informação da gestão, que não adota práticas das quais não tem conhecimento; divergência na tomada de decisões, por diferentes opiniões das diversas chefias; e, falta de interesse dos servidores em participar, com a justificativa de falta de tempo ou por não acharem importante o envolvimento.

O estudo de Almeida, Brandão e Pedrosa (2017) apontou que o programa A3P está em consonância com as normas e políticas públicas brasileiras que abordam às questões socioambientais, favorecendo para o cumprimento e a eficácia jurídica e social das mesmas. Essa consonância se dá em virtude dos fundamentos, objetivos, princípios e eixos temáticos do Programa.

2.4.1 Fundamentos, objetivos, princípios e eixos temáticos do Programa A3P

Com base nas duas Cartilhas do Programa – Cartilha A3P de 2009 e Cartilha Como Implantar a A3P de 2016, os objetivos da A3P são: sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais; promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais; reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;

contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública; contribuir para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2009, 2016).

Os eixos temáticos do Programa A3P são “fundamentados pela política dos 5 R’s: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos significativos” (MMA, 2020c). Consoante o Portal da A3P¹, o Programa possui seis eixos temáticos prioritários, conforme descrito no Quadro 1: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão adequada dos resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Compras públicas sustentáveis; e Construções sustentáveis.

Quadro 1 – Descrição dos Eixos Temáticos da A3P

Eixo Temático	Descrição
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Relaciona-se ao modo como o órgão faz uso dos recursos naturais e bens públicos na realização de suas atividades. Este eixo enseja o uso de recursos naturais e bens públicos de forma econômica e racional evitando o desperdício, englobando o uso racional de energia, água, combustível e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
Gestão adequada dos resíduos gerados	Está diretamente associado a adoção da política dos 5R’s (Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar). Este eixo incentiva, primeiramente, a ação de pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício, bem como a adoção de mecanismos de destinação adequada dos resíduos gerados.
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Tem o objetivo de facilitar e satisfazer as necessidades dos servidores, à medida que este desenvolve suas atividades na organização. Este eixo preconiza a promoção de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.
Sensibilização e capacitação dos servidores	Está pautado em dois aspectos: a sensibilização, para criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores; e a capacitação, contribuindo para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, de modo a possibilitar oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades. Este eixo busca fomentar mudanças de hábitos, comportamento e padrões de consumo de todos os servidores.
Compras públicas sustentáveis	Preconiza que a administração pública promova a responsabilidade socioambiental por meio da aquisição de produtos e serviços. Este eixo defende que ocorra a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nos processos licitatórios. Também estabelece que a licitação para aquisição de produtos e serviços sustentáveis apresenta uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo se comparada à licitação que se vale do critério de menor preço.
Construções sustentáveis	Determina que os edifícios públicos devem observar diretrizes socioambientais. Este eixo define que as obras públicas devem considerar todo o projeto da obra: com a análise do ciclo de vida do empreendimento e dos materiais que serão usados; com ações para mitigar a geração de

¹ Lançando em 2019, o Portal A3P atua como principal repositório de informações sobre o Programa, conforme publicado no Balanço de 2019 (MMA, 2020d), que destacou a função do Portal em agregar todas as informações disponíveis sobre o programa em local único, reduzindo o quantitativo pulverizado de sites que tratavam da A3P.

	resíduos e minimização do uso de matérias-primas, reaproveitando materiais durante a execução da obra. As construções devem atentar ainda para a origem da madeira utilizada, estruturas, conforto térmico e acústico, eficiência energética e estrutura de reuso de água.
--	--

Fonte: Elaborado a partir do Portal A3P (MMA, 2020c) e das Cartilhas: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) (BRASIL, 2009), Como implantar a A3P? (BRASIL, 2016)

Araujo (2018) ressalta que os eixos temáticos do Programa A3P são exemplificativos, não sendo exaustivos, existindo a possibilidade de cada instituição promover a adaptação dos eixos temáticos para cada realidade, por meio da supressão ou inclusão de ações.

2.4.2 Como implantar o Programa A3P

A implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública requer comprometimento institucional, coletivo e individual. A instituição pública que deseja implantar a A3P precisa formalizar por meio do Termo de Adesão com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). O Portal A3P detalha o processo de implantação nos seguintes passos: Criação da Comissão Gestora para a A3P; Elaboração de Diagnóstico; Elaboração de Plano de Gestão Socioambiental; Mobilização e Sensibilização; Avaliação e Monitoramento (MMA, 2020e, 2021a). Após a adesão formal à Agenda há um processo de concessão do Certificado de Adesão à A3P, documento digital emitido e enviado às instituições que aderem formalmente ao Programa (MMA, 2020f).

Para implantar o Programa A3P, Camelo e Monteiro (2015) orientam que as instituições públicas devem seguir os passos descritos no Quadro 2:

Quadro 2 – Passos para implantação do Programa A3P

Passos	Descrição
Criar e regulamentar a Comissão da A3P	Formada por servidores de diversos setores da instituição.
Realizar diagnóstico da situação	Identificar pontos críticos, avaliar os impactos ambientais e o desperdício.
Elaborar o planejamento integrado	Envolver a participação do maior número de servidores.
Definir projetos e atividades a partir do diagnóstico	Priorizar ações de maior urgência.
Implementar atividades propostas	Realizar treinamentos e disponibilizar recursos físicos e/ou financeiros.
Avaliar e monitorar o desempenho ambiental	Identificar falhas e pontos de melhoria.
Promover melhoria contínua	Realizar avaliação sistemática, replanejamento e implementação de ações, formação de funcionários, implantação de novas tecnologias.

Fonte: Elaborado a partir de Camelo e Monteiro (2015)

O Portal A3P traz a lista completa de parceiros formais do Programa com adesão vigente, totalizando 215 (duzentos e quinze) órgãos parceiros, no dia 03 de

junho de 2021. No estado do Ceará, existem 15 (quinze) entidades listadas: 7 (sete) do Executivo Estadual, 6 (seis) do Executivo Municipal, 1 (uma) do Legislativo Estadual e 1 (uma) do Executivo Federal. Ressalta-se que a instituição do Executivo Federal no Ceará com Termo de Adesão vigente é uma instituição de ensino superior, a Universidade Federal do Cariri (UFCA) (MMA, 2020g).

As instituições públicas que formalizam a parceria com o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Termo de Adesão, recebem apoio técnico para implementação e operação da Agenda. O Ministério oferece cursos de capacitação, promove eventos e disponibiliza conteúdo didático gratuito, além de monitorar e supervisionar as instituições pela plataforma Ressoa – sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental do MMA (MMA, 2020g). As atividades de avaliação e monitoramento são feitas pelo próprio órgão sob a supervisão da A3P. O sistema permite acompanhar metas e consolidar informações, constituindo-se como um instrumento auxiliar na gestão do órgão. A Plataforma Ressoa possibilita a compilação dos dados e o envio do relatório de monitoramento anual da A3P, conforme estabelecido no Termo de Adesão. A utilização da Plataforma dispensa a realização de relatórios em meios físicos, em consonância com os preceitos do Programa A3P, gerando economia e sustentabilidade nos processos (MMA, 2020h). As instituições parceiras que realizam o monitoramento e alimentam a Plataforma Ressoa recebem o Selo A3P (MMA, 2020f).

2.4.3 Outras iniciativas do Programa A3P

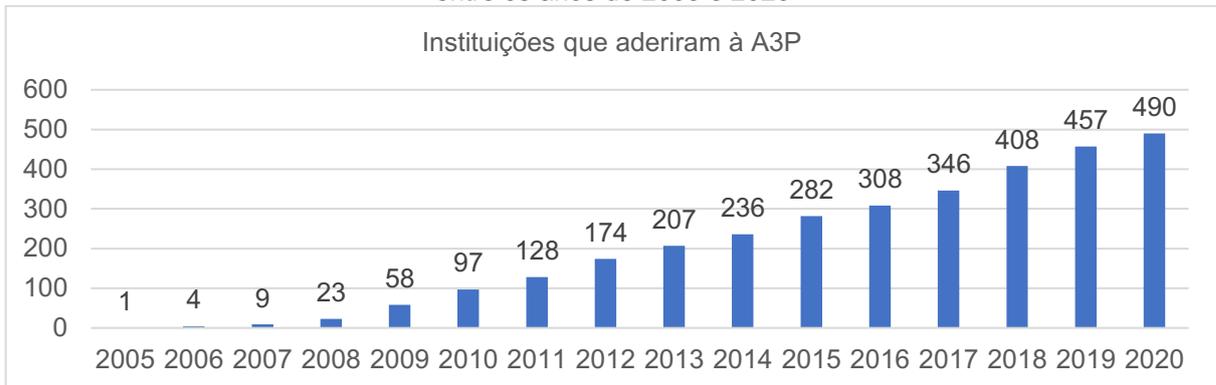
Além da adesão formal ao Programa A3P, por meio do Termo de Adesão, as instituições também podem ter acesso ao programa através da Rede A3P, que é uma plataforma, para parceiros (formais e informais), com espaço para troca de informações e experiências da qual fazem parte instituições públicas e privadas, além de pessoas física e jurídica (MMA, 2020i).

Em consulta realizada ao Portal A3P, no dia 03 de junho de 2021, a Rede A3P contabilizava 1038 (um mil e trinta e oito) entidades participantes. Dessas, 54 (cinquenta e quatro) são do estado do Ceará: 22 (vinte e duas) do Executivo Estadual, 17 (dezessete) do Executivo Municipal, 5 (cinco) do Executivo Federal, 2 (duas) do Legislativo Estadual, 2 (duas) do Legislativo Municipal, 1 (uma) do Legislativo Federal, 2 (duas) do Judiciário Estadual, 1 (uma) Independente Federal, 1 (uma) Organização

Não Governamental, 1 (uma) Empresa Privada. Nesta pesquisa foi localizado o registro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, cidade de Limoeiro do Norte (MMA, 2020i).

Em quase 20 anos de atuação, é crescente o número de instituições que aderiram formalmente ao Programa e de organizações que participam da Rede A3P. O Gráfico 1 demonstra como se deu a evolução da adesão formal à A3P, entre os anos de 2005 e 2020:

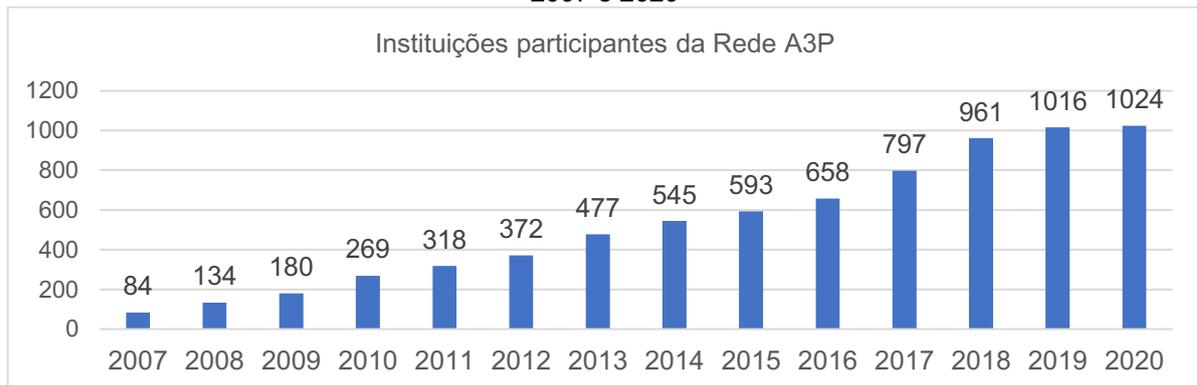
Gráfico 1 – Evolução do quantitativo de instituições que fizeram adesão formal ao Programa A3P, entre os anos de 2005 e 2020



Fonte: Brasil (2021)

Já o Gráfico 2 apresenta o quantitativo de instituições participantes da Rede A3P durante o período compreendido entre 2007 e 2020:

Gráfico 2 – Evolução do quantitativo de instituições participantes da Rede A3P, entre os anos de 2007 e 2020



Fonte: Brasil (2021)

Comparando os Gráficos 1 e 2, observa-se que o quantitativo de instituições participantes da Rede A3P é bem maior do que o número de organizações que aderem formalmente ao Programa A3P. Peixoto (2019) acredita que é provável que isso aconteça em virtude de serem mais simples as exigências para participar da Rede se comparadas aos requisitos necessários para a adesão formal. Camelo e Monteiro

(2015) também apontam que uma das dificuldades para adesão formal ao Programa A3P é a burocracia estabelecida para esse fim.

Para difundir o Programa, o Ministério do Meio Ambiente promove dois eventos bienais: Fórum A3P e o Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade (Prêmio A3P). A primeira edição do Fórum A3P foi realizada em 2005. O objetivo do Fórum é disseminar informações, promover o diálogo sobre temas relevantes para a inserção da sustentabilidade na administração pública. Em 2020, foi realizado o 11^a Fórum. Já o Prêmio A3P é entregue junto ao Fórum, e tem o objetivo de reconhecer o mérito das iniciativas dos órgãos e entidades do setor público que contribuam para a inserção de critérios socioambientais nas atividades públicas. Em 2020, foi realizada a 8^a edição do Prêmio A3P (MMA, 2020j, 2020k).

2.5 Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

As Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica foram instituídas junto a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.892, de 29 dezembro 2008. A Rede é formada pelos: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II. Com exceção das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, as entidades da Rede Federal possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008).

Outra característica importante sobre a natureza dos Institutos Federais é que, conforme o artigo 2º, da Lei nº 11.892, de 29 dezembro 2008, *in verbis*,

são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

As Instituições de Ensino são atores importantes na promoção do desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA; GÓMEZ; CORREIA, 2020), a partir da adoção de práticas de responsabilidade socioambiental e fomento à educação

ambiental. De acordo com Fouto (2002), as Instituições de Ensino Superior (IES) assumem papel na sociedade para a promoção do desenvolvimento sustentável em quatro níveis de intervenção: (i) por meio do processo educativo de indivíduos que serão tomadores de decisão para um futuro sustentável; (ii) por meio da investigação e solidificação de conceitos, resolução de conflitos e/ou problemas associados a questões de sustentabilidade; (iii) por meio de práticas de gestão sustentável implantadas nos *campi* universitários, servindo de exemplo para a comunidade, à nível local; e (iv) por meio da articulação, coordenação e comunicação entre os diversos setores da sociedade.

Viegas (2014) explica que, para ser sustentável, uma IES precisa aplicar valores e cuidados com o meio ambiente, com o bem-estar dos indivíduos do seu entorno e com a aplicação eficiente de seus recursos financeiros. Para a autora, em busca da sustentabilidade, a IES deve: expor de forma clara o compromisso com o desenvolvimento sustentável, sobretudo nos documentos oficiais; estimular estudantes a refletirem de forma crítica sobre problemas socioambientais; aderir ao conceito de sustentabilidade nas práticas de ensino e pesquisa; planejar ações e políticas sustentáveis; disponibilizar serviços de apoio aos alunos que evidenciem a sustentabilidade; e, estimular acordos de cooperação a nível local e global, com o objetivo de fomentar práticas sustentáveis.

Para Rotta *et al.*, (2017), nas discussões sobre sustentabilidade, a educação superior precisa transpor a função no processo de ensino-aprendizagem, com a promoção de atividades e projetos extraclasse junto à comunidade acadêmica e ao público externo. Uma IES sustentável precisa promover a educação para a sustentabilidade à medida que realiza as atividades fim de ensino, pesquisa e extensão, ao ponto que as comunidades interna e externa reconheçam e pratiquem ações sustentáveis no dia a dia.

Freitas (2013) reforça que, ao desempenhar as funções organizacionais, as IES devem compreender a importância da sustentabilidade socioambiental no processo de formação cidadã, política, cultural e social da comunidade acadêmica. Desse modo, as IES contribuem na lapidação de profissionais comprometidos com o fortalecimento das questões ambientais, por meio da utilização da ciência, de tecnologia e inovação.

Vaz *et al.* (2010) ratificam o papel das IES no desenvolvimento sustentável. Para além das atividades de ensino e pesquisa, as Instituições de Ensino Superior

devem assumir protagonismo na sociedade, com a responsabilidade social, à medida que forma indivíduos capacitados, conscientes e compromissados com a sustentabilidade ambiental das gerações futuras.

Tauchen e Brandli (2006) defendem que existem duas correntes de pensamentos sobre o papel das IES na promoção do desenvolvimento sustentável: a primeira defende que as IES promovam o desenvolvimento sustentável por meio das práticas de ensino, pesquisa e extensão, buscando sensibilizar e formar senso crítico socioambiental nos estudantes e egressos; já a segunda defende que as IES devem servir de exemplo, implantando práticas sustentáveis nas rotinas administrativas.

Salienta-se que o presente estudo não analisa a formação educacional promovida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* de Limoeiro do Norte, concentrando-se a examinar apenas as práticas sustentáveis desenvolvidas no âmbito administrativo. Isto é, o foco desta pesquisa está na função das IES defendido pela segunda corrente.

Ressalta-se, portanto, a função essencial que as Instituições Federais de Ensino desempenham para propagar o desenvolvimento sustentável, por meio da formação acadêmica e humana da comunidade interna, por meio de pesquisas científicas, por meio do relacionamento com a sociedade e, sobretudo, por meio da implantação de práticas de responsabilidade socioambiental, tornando-se modelo de ações a serem seguidas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo está dividido em cinco seções: a primeira trata da caracterização metodológica desta pesquisa; a segunda apresenta a unidade de análise escolhida; a terceira descreve como ocorreu a coleta de dados e os instrumentos utilizados; a quarta detalha os métodos para análise dos dados coletados; e, a quinta explica o desenho da pesquisa.

3.1 Caracterização do estudo

Este estudo teve como objetivo analisar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no contexto das atividades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* de Limoeiro do Norte. Desta forma, apresenta a natureza de pesquisa aplicada, considerando que buscou produzir conhecimentos para aplicação prática, orientados à solução de problemas específicos (PRODANOV; DE FREITAS, 2013), quanto à implantação da A3P em instituições federais de ensino.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva com foco especificamente nas ações de sustentabilidade socioambiental que são ou poderão ser desenvolvidas pelo Instituto Federal do Ceará – *campus* de Limoeiro do Norte, as quais podem possibilitar a implantação da A3P na instituição. Desse modo, como método de pesquisa, foi utilizado o estudo de caso.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa está pautada na abordagem mista, uma vez que o objeto de estudo precisa ser explorado (GODOY, 1995), a partir do levantamento das ações de sustentabilidade socioambiental praticadas pelo *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE e do levantamento do conhecimento dos servidores da instituição a respeito de práticas abordadas no Programa A3P e adoção de práticas sustentáveis no *campus* investigado.

O Quadro 3 apresenta um resumo das classificações metodológicas.

Quadro 3 – Síntese da classificação metodológica da pesquisa

Classificação metodológica	
Abordagem	Mista (Qualitativa-quantitativa)
Natureza	Aplicada
Objetivos	Descritiva
Procedimentos	Estudo de Caso

Fonte: Elaboração própria (2021)

3.2 Unidade de análise

A unidade de análise foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), que é uma autarquia de natureza jurídica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, vinculado ao Ministério da Educação. Foi criado nos termos da Lei. Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFCE é equiparado às universidades federais (IFCE, 2020a).

De acordo com o Anuário Estatístico do IFCE (IFCE, 2018a), em 2017, a instituição tinha 32 (trinta e dois) *campi* em funcionamento, com o total de 208 (duzentos e oito) cursos de formação inicial e continuada, 217 (duzentos e dezessete) de cursos técnicos, 151 (cento e cinquenta e um) cursos de graduação, 14 (catorze) especializações e 04 (quatro) cursos de mestrado, totalizando 46.992 matrículas atendidas.

Dos *campi* do IFCE, a pesquisa foi desdobrada no *campus* de Limoeiro do Norte. A unidade está situada no Vale do Jaguaribe, especificamente no município de Limoeiro do Norte-CE, distante cerca de 200km da capital cearense (Fortaleza). Possui área total de 12.000,00m², sendo 6.692,46m² de área construída, com infraestrutura dotada de: salas de aula, laboratórios básicos e específicos para os diversos cursos, sala de videoconferência, auditório, espaço de convivência, cantina, biblioteca com espaço para pesquisa e estudo, ginásio poliesportivo, dentre outros. É composto pelas Unidades: Sede, Cidade Alta e Experimental de Pesquisa e Ensino (UEPE), na Chapada do Apodi. O *campus* de Limoeiro do Norte oferta 14 (quatorze) cursos: sete superiores (Alimentos, Mecatrônica Industrial, Saneamento Ambiental, Agronomia, Nutrição, Educação Física e Música) e sete técnicos (Agropecuária, Eletrotécnica, Eletroeletrônica, Meio Ambiente, Mecânica Industrial, Panificação e Química). O *campus* também oferta o mestrado acadêmico em Tecnologia de Alimentos e os cursos de especialização Gestão e Controle Ambiental, Metodologias de Ensino para a Educação Básica, Saúde e Segurança Alimentar (IFCE, 2020b).

A entidade foi escolhida para a pesquisa por ter atuação destacada no contexto local e regional, na região do Vale do Jaguaribe (Ceará), especialmente, pelas atividades acadêmicas desenvolvidas dentro do ambiente educacional, isto é, as atividades que envolvem ensino, pesquisa e extensão, que carregam um grande potencial transformador. Assim, acredita-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, ao aderir à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), pode desempenhar um papel significativo e protagonista na promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioambiental.

3.3 Coleta de dados

Na escolha das técnicas de pesquisa a serem utilizadas neste estudo, tomou-se como base os apontamentos de Gil (2008); Lakatos e Marconi (2010); Prodanov e De Freitas (2013). O levantamento de dados ocorreu em três etapas.

Na primeira etapa, realizou-se uma pesquisa documental, para coletar dados de materiais, escritos ou não, que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Nesta pesquisa, foi utilizado o Portal A3P e demais materiais gráficos (cartilhas) que versam sobre as diretrizes, objetivos, eixos temáticos, implantação do Programa A3P (Objetivo específico a). Outras fontes documentais foram as leis e normas jurídicas que tratam de questões socioambientais. Também se realizou análise documental da versão revista e atualizada do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE, quadriênio 2019-2023, bem como do Catálogo de Objetivos, Indicadores e Metas e do Plano de Metas do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte. Nestes documentos institucionais foram identificadas e descritas as diretrizes de sustentabilidade. Assim, destacou-se as partes do PDI que têm relação com o tema deste estudo. A partir disso, foi possível verificar os preceitos sustentáveis que constam no planejamento estratégico da instituição e o comprometimento do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte com o desenvolvimento sustentável.

Na segunda etapa, utilizou-se a aplicação de um questionário, com a finalidade de coletar dados por meio de aplicação de instrumento com série ordenada de perguntas. A aplicação do questionário se deu por meio de formulário eletrônico (*Google Forms*) com *link* disponibilizado através de envio de correio eletrônico (*e-mail*) para os servidores (técnicos-administrativos e docentes) do *campus* de Limoeiro do

Norte do IFCE, com o objetivo de levantar as ações sustentáveis praticadas por estes servidores e o grau de conhecimento deles a respeito do Programa A3P (Objetivo específico b).

A elaboração do questionário se deu pela adaptação do questionário utilizado no estudo de Peixoto (2019) e Peixoto *et al.* (2019) (ANEXO A), que investigou as práticas sustentáveis adotadas na Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Garanhuns (UFRPE/UAG), observando os eixos da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), bem como o grau de conhecimento dos servidores da UFRPE/UAG sobre temáticas de sustentabilidade na Administração Pública. As práticas foram identificadas a partir de uma Escala *Likert* de cinco pontos (1 = nunca; 2 = raramente; 3 = às vezes; 4 = frequentemente; e 5 = sempre).

O questionário foi composto por 16 (dezesesseis) questões divididas em 8 (oito) seções: 1 (uma) sobre o perfil dos pesquisados, 6 (seis) sobre os eixos temáticos do Programa A3P, a última seção com uma questão aberta para o apontamento de outras práticas sustentáveis, conforme descrito no Quadro 4:

Quadro 4 – Síntese das seções do questionário

Seção	Objetivo/Descrição
1ª seção – perfil dos pesquisados	buscou traçar o perfil dos pesquisados, com questões sobre sexo, raça ou cor, idade, escolaridade, tempo de serviço e categoria de vínculo no IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte.
2ª seção – eixo temático "uso racional dos recursos naturais e bens públicos"	trouxe duas questões sobre o eixo temático "uso racional dos recursos naturais e bens públicos": 1 (uma) questão abordou a frequência com que servidores adotam determinadas ações sustentáveis no ambiente de trabalho, com a enumeração de 14 (catorze) itens a serem assinalados em 5 (cinco) opções; a outra questão identificou a forma de locomoção dos servidores para o trabalho, com 7 (sete) opções de modais de transporte para o participante assinalar um item.
3ª seção – eixo temático "gestão adequada dos resíduos gerados"	abordou o eixo temático "gestão adequada dos resíduos gerados", com 1 (uma) questão com 4 (quatro) itens sobre condutas relacionadas a temática do eixo temático citado, com 5 (cinco) opções.
4ª seção – eixo temático "qualidade de vida no ambiente de trabalho"	trouxe 2 (duas) questões, ambas com 5 (cinco), sobre o eixo temático "qualidade de vida no ambiente de trabalho": 1 (uma) questão abordou a preservação de elementos da natureza; e a outra questão, com 14 (catorze) itens, sobre a percepção dos servidores a respeito de variáveis que influenciam a qualidade de vida no trabalho.
5ª seção – eixo temático "sensibilização e capacitação dos servidores"	trouxe 2 (duas) questões sobre o eixo temático "sensibilização e capacitação dos servidores": 1 (uma) questão levantou ações sobre sensibilização e capacitação no ambiente de trabalho a respeito de temas relacionados à sustentabilidade socioambiental, com 3 (três) itens; a outra questão analisou o grau de conhecimento dos servidores a respeito da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), assinalada em 5 (cinco) opções a partir da escala de <i>Likert</i> (nenhum conhecimento, pouco conhecimento, razoável conhecimento, bom conhecimento, grande conhecimento).
6ª seção – eixo temático "compras públicas sustentáveis"	trouxe 1 (uma) questão relacionada ao eixo temático "compras públicas sustentáveis" e buscou analisar a frequência que os servidores

	percebem que os materiais adquiridos pelo IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte possuem padrões de sustentabilidade.
7ª seção – eixo temático "construções sustentáveis"	trouxe 1 (uma) questão sobre o eixo temático "construções sustentáveis" e buscou analisar a percepção dos servidores a respeito de critérios sustentáveis nas construções/installações do IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte, com 4 (quatro) itens.
8ª seção – questão aberta	trouxe uma questão aberta para que os servidores elencassem práticas consideradas sustentáveis, adotadas em seus setores, que não tenham sido enumeradas nas questões fechadas.

Fonte: Elaboração própria (2021)

O questionário está disposto no APÊNDICE A. O questionário foi sistematizado na ferramenta do *Google Drive* Formulários e o *link* de acesso foi enviado por correio eletrônico (*e-mail*) a todos os servidores (técnicos-administrativos e docentes) do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE. O *link* para o Questionário *on-line* também foi disponibilizado em grupos de mensagem instantânea, no aplicativo para celulares e *smartphones WhatsApp*. Foi realizada a solicitação, junto à Direção-geral do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, para autorizar a realização da pesquisa, bem como o acesso e envio à lista de *e-mail* dos servidores (técnicos-administrativos e docentes) da instituição, através da assinatura do Termo de Anuência (ANEXO C). O acesso a essa ferramenta para coleta de dados foi liberado pelo período de 22 (vinte e dois) dias, iniciando às 9h do dia 15 de abril de 2021 e encerrando às 19h do dia 06 de maio de 2021.

O risco da pesquisa foi mínimo por envolver apenas a resposta ao Questionário *on-line*, o qual foi elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento fosse mínimo, em torno de 10 a 15 minutos. Para garantir a confidencialidade e a privacidade dos indivíduos, a caracterização deles foi feita por codificação de sua identidade. Todos os dados obtidos na pesquisa foram utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento do participante. Os resultados da pesquisa não serão divulgados a terceiros.

A pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande (CEP-UF CG), por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE), processo número 42585220.8.0000.5182.

Por último, na terceira etapa, realizou-se uma entrevista semiestruturada, constituindo-se como a coleta de dados por meio de formulação de perguntas frente-a-frente ao investigado, com o objetivo de se obter informações relevantes para a pesquisa. Buscou-se compreender o significado que um entrevistado atribui a

questões e situações relacionadas ao tema da pesquisa, devendo ser conduzida através de roteiro, com a liberdade para o pesquisador acrescentar novas questões. A entrevista foi realizada com os servidores ocupantes dos cargos de direção do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, de modo a identificar as ações de sustentabilidade socioambiental praticadas pela instituição (Objetivo específico b e c). A realização da entrevista ocorreu entre os dias 19 e 26 de abril de 2021, com 4 (quatro) servidores ocupantes dos cargos de direção do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE (Direção-geral; Direção de Ensino; Departamento de Administração e Planejamento; Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação), sendo realizada de modo remoto, por videoconferência com a utilização da ferramenta *Google Meet*. Todos os entrevistados autorizaram a gravação. Para garantir a confidencialidade e a privacidade dos indivíduos, a caracterização dos mesmos foi feita por codificação de sua identidade: G1, G2, G3 e G4. Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento dos participantes.

O roteiro da pesquisa foi adaptado do *check list* proposto no estudo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) (ANEXO B), já utilizado em outras pesquisas como Arruda e Rodrigues (2018); Kruger *et al.* (2011); Lanzarin *et al.* (2018); Luiz *et al.* (2013), portanto, já validado e permitiu a comparabilidade com as demais pesquisas. O *check-list* é focado em dois aspectos do Programa A3P: Objetivos da A3P e Eixos temáticos da A3P.

Para os cinco objetivos da A3P, apresentados na seção 2.4.1 desta Dissertação, foram aplicadas 7 (sete) questões no roteiro da entrevista. Para os eixos temáticos da A3P, foram aplicadas 83 (oitenta e três) questões no roteiro da entrevista. Para cada questão do roteiro de entrevista, houve duas opções possíveis de serem respondidas: “adere”, “não adere”. Desse modo, foi possível avaliar o nível de aderência do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE ao Programa A3P. A adaptação do roteiro se deu pela inclusão do eixo temático “Construções Sustentáveis”, que se encontrava disposto junto ao eixo temático “Compras públicas sustentáveis”, bem como pelo acréscimo de novas questões que versavam sobre ações de sustentabilidade socioambientais previstas no Programa A3P, tendo como base as Cartilhas: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) (BRASIL, 2009), Como implantar a A3P? (BRASIL, 2016), Roteiro Prático de Ações Sustentáveis na Administração Pública (VOGELMANN JUNIOR, 2014).

Como se tratava de entrevistas semiestruturadas, houve espaço para coleta de informações complementares, a partir das explicações, levantamentos, considerações apontadas pelos gestores, no decorrer da entrevista. O roteiro está disposto no APÊNDICE B.

Como benefício ou vantagem direta em participar deste estudo, os participantes podem contribuir para o aprimoramento da gestão do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, uma vez que a pesquisa busca colaborar com a construção de uma administração pública voltada para práticas de gestão que visem a redução do desperdício, a administração adequada dos resíduos gerados e a utilização apropriada dos recursos naturais, humanos e econômicos disponíveis. Além disso, os benefícios e vantagens em participar são indiretos, proporcionando retorno social através da publicação dos resultados da pesquisa em periódicos científicos.

3.4 Participantes da Pesquisa

Com o intuito de reproduzir o ambiente organizacional do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, optou-se por tentar aplicar o questionário junto a todos os servidores efetivos desta unidade (164 pessoas), contando com situações de servidores cedidos, professores substitutos e outros casos. Dessa forma, a população (universo) da pesquisa para esse instrumento de coleta de dados foi constituída por todos os servidores efetivos, descritos no Quadro 5. Enquanto a amostra da pesquisa foi composta pelo número de servidores que retornaram o questionário.

Quadro 5 – Quantidade de servidores efetivos do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte em 06/05/2021

Categoria de vínculo com o IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte	Quantidade
Docentes	99
Técnicos-administrativos	65
Total	164

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte (2021).

Para verificar a representatividade da amostra diante da população estudada, utilizou-se a fórmula proposta por Gil (2008) para o cálculo amostral de populações finitas:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

onde:

n = Tamanho da amostra

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão

p = Porcentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = Porcentagem complementar

N = Tamanho da população

e^2 = Erro máximo permitido

Considerando a população de 164 (cento e sessenta e quatro) servidores, um erro amostral de 5%, um nível de confiança de 90% (equivalente a 1,64 desvios-padrão) e que não é possível estabelecer uma porcentagem com a qual o fenômeno se verifica (ou seja, p e q serão iguais a 50%), tem-se que a amostra mínima deveria ser de 102 (cento e dois) servidores. Portanto, a amostra obtida, com 103 (cento e três) servidores, pode ser considerada representativa diante da população em estudo.

Ressalta-se que, desde 2020, o mundo está assolado pela pandemia de Covid-19. Como medida de enfrentamento, as organizações adotaram o trabalho remoto, para alguns serviços. Essa medida também foi adotada no *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE. Desse modo, os participantes responderam ao questionário *on-line* levando em consideração a realidade do ambiente de trabalho, sobretudo aquela antes da pandemia de Covid-19 e da implementação do trabalho remoto.

Após a coleta de dados efetuada por meio do questionário *on-line*, as informações foram tabuladas e organizadas para a análise.

3.5 Análise de dados

Os dados quantitativos coletados foram analisados por intermédio de análise estatística descritiva, a partir da distribuição de frequência (absoluta e relativa) e medidas de tendência (mediana e moda), possibilitando o resumo e organização dos dados coletados com a utilização de tabelas, gráficos ou medidas numéricas, de modo que se identifique alguma regularidade ou padrão nas observações e interpretação dos dados (REIS, 2009).

A partir dos dados coletados com a aplicação do roteiro na entrevista semiestruturada foi possível calcular o Índice de Adesão ao Programa A3P, calculado com base na equação abaixo, proposta no estudo de Lanzarin *et al.* (2018), que também utilizou o *check-list* proposto no estudo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) (ANEXO B).

$$IA = \frac{A}{\text{Total}} \times 100$$

Onde:

IA = Índice de Adesão;

A = Número de respostas “Adere”;

Total = total de questões relativas aos Objetivos da A3P e a cada Eixo Temático da A3P.

Os dados qualitativos coletados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), organizada em três fases: (1) a pré-análise – cujo objetivo é operacionalizar e sistematizar as ideias, estabelecendo indicadores de interpretação, por meio da seleção do material a ser analisado e da leitura superficial do mesmo; (2) a exploração do material – trata-se das ações de codificação, categorização e quantificação da informação em função das regras previamente estabelecidas na pré-análise; e (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação – etapa que visa identificar os conteúdos explícitos e implícito existentes em todo o material analisado.

Foram adotadas categorias relacionadas aos objetivos da pesquisa (MEIRELES; CENDÓN, 2010), utilizando-se o critério temático (semântico) e de acordo com dois dos objetivos específicos desta pesquisa. Sendo assim, na condução da análise de conteúdo desta pesquisa foram utilizadas as categorias de análise dispostas no Quadro 6:

Quadro 6 – Objetivos específicos e respectivas categorias de análise

	Objetivos Específicos	Categorias
b	Identificar e mapear as ações, atividades, programas, projetos ou atos realizados no <i>campus</i> de Limoeiro do Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) que se enquadram nas diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).	Práticas relacionadas ao eixo “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”. Práticas relacionadas ao eixo “Gestão adequada dos resíduos gerados”. Práticas relacionadas ao eixo “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”. Práticas relacionadas ao eixo “Sensibilização e capacitação dos servidores”. Práticas relacionadas ao eixo “Compras públicas sustentáveis”. Práticas relacionadas ao eixo “Construções sustentáveis”.
c	Verificar a percepção dos gestores do <i>campus</i> de Limoeiro do Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em relação às possibilidades e aos desafios quanto à implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no órgão.	Possibilidades e desafios quanto à implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Considerando que esta pesquisa se trata de um estudo de caso, também foi adotada como técnica de análise a triangulação de dados, de modo a envolver a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto em estudo (TRIVIÑOS, 1987), com objetivo de garantir a confiabilidade da pesquisa (PRODANOV; DE FREITAS, 2013). Assim, dados coletados de diferentes fontes foram comparados, com o objetivo de tornar mais convincentes e precisas as informações obtidas.

3.6 Desenho da pesquisa

Após a revisão de literatura, que serviu de base para todas as etapas posteriores, em busca de efetivar a proposta metodológica, este estudo foi dividido em três fases.

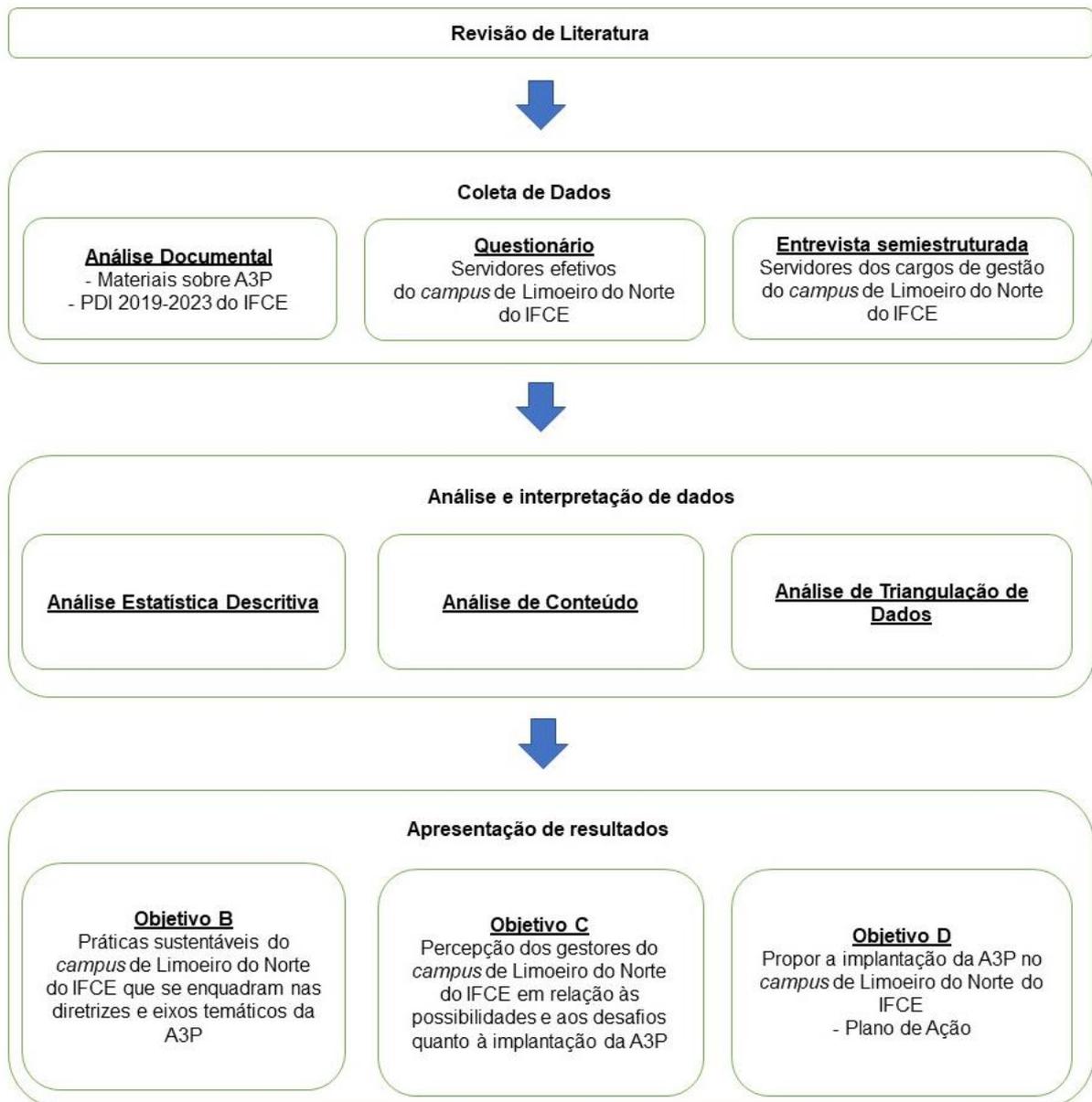
A primeira fase consistiu na coleta de dados, realizada por meio da análise documental de materiais que tratam do Programa A3P e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFCE; da aplicação de um questionário junto aos servidores efetivos do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE; e, da realização de entrevistas semiestruturadas com os servidores ocupantes dos cargos de gestão do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE.

Após a coleta, procedeu-se à análise situacional, por meio da análise e interpretação dos dados, utilizando-se as técnicas de análise estatística descritiva dos dados, de análise de conteúdo e de análise a triangulação de dados.

Por fim, na terceira e última fase da pesquisa, os resultados deste estudo foram apresentados conforme os objetivos específicos propostos, possibilitando a elaboração de um Plano de Ação, com a proposta de implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no *campus* de Limoeiro do Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) (Objetivo específico d).

Assim sendo, a sequência lógica e cronológica dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa se encontra resumida na Figura 1:

Figura 1 – Desenho da Pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente capítulo, realiza-se uma análise situacional com a apresentação dos resultados obtidos por meio dos dados coletados com a análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFCE, da aplicação de questionários *on-line* com os servidores efetivos do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE e da realização de entrevistas semiestruturadas com os servidores ocupantes dos cargos de gestão do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE.

Consoante ao primeiro capítulo, essa pesquisa tem a finalidade de analisar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no contexto das atividades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* de Limoeiro do Norte. Para tanto, os resultados serão apresentados considerando os objetivos específicos traçados inicialmente.

Dessa forma, este capítulo subdivide-se em três seções. Na primeira seção, são descritas as diretrizes organizacionais ligadas à sustentabilidade que constam no PDI do IFCE. Na segunda seção, identificam-se as práticas sustentáveis adotadas no *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, a partir da percepção de servidores e gestores, categorizadas conforme os seis eixos temáticos da A3P. Por último, na terceira seção, são analisadas as possibilidades e desafios quanto à implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

4.1 Diretrizes Organizacionais ligadas à Sustentabilidade constantes no PDI do IFCE

Esta seção apresenta os resultados obtidos na análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFCE. A finalidade é verificar e identificar quais diretrizes organizacionais e preceitos sustentáveis destacados nesse instrumento de planejamento estratégico institucional estão de acordo com os eixos temáticos da A3P.

4.1.1 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFCE e os eixos temáticos da A3P

De acordo com a página eletrônica do PDI do IFCE, o Ministério da Educação define Plano de Desenvolvimento Institucional como sendo um

documento que identifica a Instituição de Ensino, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam as suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (IFCE, 2021a).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFCE, como documento institucional,

representa uma ferramenta de gestão que define uma agenda estratégica para um período de cinco anos. Sendo assim, o PDI é um documento que orienta a filosofia de trabalho do IFCE e estabelece as principais diretrizes para os eixos do ensino, pesquisa, extensão e gestão (IFCE, 2021a).

Assim, trata-se de um instrumento norteador, que abrange todas as Unidades administrativas e organizacionais do IFCE, orientando sobre ações a serem realizadas nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Por meio da Lei nº 10.861/2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Plano de Desenvolvimento Institucional foi estabelecido como elemento obrigatório na avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES). Sendo assim, o PDI é um documento exigido nos processos de avaliação institucional, avaliação de cursos, avaliação de órgãos de fomento, assim como nos processos de credenciamento e reconhecimentos de uma Instituição de Ensino Superior. Para elaborar o PDI, as Instituições de Ensino Superior (IES) observam o disposto no Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o qual estabelece, no artigo 21, os elementos mínimos a constar no Plano.

Em relação a estrutura, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFCE tem 282 (duzentas e oitenta e duas) páginas e está organizado em 11 (onze) capítulos, em consonância com o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, sendo eles: (1) Perfil Institucional; (2) Projeto Pedagógico Institucional; (3) Desenvolvimento da Instituição e dos cursos presenciais e a distância; (4) Organização Didático-Pedagógica; (5) Cursos e Programas de Pós-graduação; (6) Perfil do corpo docente e técnico administrativo; (7) Organização administrativa da instituição e políticas de gestão; (8) Acervo Acadêmico Digital; (9) Infraestrutura

Física; (10) Oferta de Educação a Distância (EAD); (11) Aspectos financeiros e orçamentários (IFCE, 2018b). Ressalta-se que como partes integrantes do PDI, existem outros documentos que foram analisados: Catálogo de Objetivos, Indicadores e Metas; e, o Plano de Metas do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte (IFCE, 2021b, 2021c).

Considerando que o foco do presente estudo são as práticas sustentáveis adotadas nas rotinas administrativas, após a leitura do PDI do IFCE e documentos anexos, optou-se por analisar apenas os capítulos que abordam o planejamento da gestão administrativa do IFCE, para identificação das diretrizes ligadas à temática de sustentabilidade. Desse modo, examinaram-se apenas os seguintes capítulos desse documento: (1) Perfil Institucional e (11) Aspectos financeiros e orçamentários. Uma vez que, com a leitura e análise, foi possível verificar que os demais capítulos não apresentam informações pertinentes sobre práticas sustentáveis aplicadas nas ações administrativas do órgão.

4.1.2 Diretrizes sustentáveis descritas no PDI do IFCE

No capítulo 1 que apresenta o Perfil Institucional, o PDI do IFCE fala sobre a criação da Instituição, inclusive com breve histórico da organização e os aspectos de cada um dos 32 *campi* da entidade. No tópico 1.2 do capítulo 1, que trata sobre a construção estratégica da instituição, o IFCE estabelece os temas estratégicos, objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas e projetos estratégicos, constantes no PDI, como estratégia de atuação, a serem implementados durante o período 2019-2023. Em termos de organização do planejamento, o IFCE estabelece objetivos e metas com foco nos resultados de áreas consideradas estratégicas para a instituição. Desse modo, o Plano de Desenvolvimento Institucional determina que temas estratégicos são as prioridades que serão trabalhadas durante a vigência do planejamento (2019-2023), sendo considerados fundamentais para o alcance da visão de futuro. Vale destacar que o IFCE estabelece os seguintes pilares que sustentam a estratégia da instituição (BRASIL, 2018b, p. 89):

- **Missão:** “Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”.

- **Visão:** “Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e o desenvolvimento regional”.
- **Valores:** “Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental”.

Analisando os pilares de sustentação da estratégia do IFCE, encontra-se somente, de forma literal, na definição dos Valores institucionais, a utilização das expressões “responsabilidade social” e “sustentabilidade ambiental”, expressões similares ao que foi discutido no capítulo 2 deste estudo. Embora só exista essa recorrência aos conceitos estudados aqui, observam-se os ideais de sustentabilidade socioambiental nos três pilares: 1) na Missão: no trecho “busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”, uma vez que aponta ao comprometimento de formar os estudantes em cidadãos e prezar pelas inserções social, política, cultural e ética; 2) na Visão: no trecho “visando à transformação social e o desenvolvimento regional”, a instituição demonstra o cuidado ao executar as atividades finalistas (ensino, pesquisa, extensão e inovação) para que promovam transformações sociais e o desenvolvimento regional; e 3) nos Valores: toda a definição dos valores institucionais reflete ideais contidos na sustentabilidade socioambiental.

Portanto, ao se analisar os pilares de sustentação da estratégia do IFCE, observa-se a preocupação da instituição com a sustentabilidade socioambiental, apesar de não estar de forma literal nos textos dos aspectos relacionados a Missão/Visão/Valores.

Em análise ao tópico 1.3 do capítulo 1, que trata sobre Temas Estratégicos e Objetivos Estratégicos, elencam-se, no Quadro 7, as seguintes temáticas associadas à sustentabilidade socioambiental e à vinculação com os eixos temáticos da A3P:

Quadro 7 – Temas Estratégicos e Objetivos Estratégicos do PDI do IFCE vinculados aos eixos temáticos da A3P

Tema Estratégico	Vinculação ao Eixo Temático da A3P	Objetivo Estratégico	Área Responsável
Acessibilidade e Diversidade	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico racial.	Pró-reitoria de Extensão

Desenvolvimento Local e Regional	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais.	Pró-reitoria de Extensão
Efetividade e Excelência na Gestão	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.	Aperfeiçoar os procedimentos visando à efetividade e a excelência dos processos internos.	Pró-reitoria de Administração e Planejamento
	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco na otimização dos recursos e na transparência.	
	Eixo 6 – Construções sustentáveis.	Ampliar e modernizar a infraestrutura física do IFCE.	
Empreendedorismo	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	Ampliar as parcerias com ecossistemas empreendedores em âmbito local, estadual e nacional.	Pró-reitoria de Extensão
	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional.	
Expansão e Excelência da Pós-graduação	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação.	Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Inovação e Sustentabilidade	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade.	Pró-reitoria de Administração e Planejamento
Planejamento das Aquisições de TI	Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	Buscar a melhoria contínua dos processos de aquisição de TI tornando-os mais vantajosos, eficientes e alinhados as necessidades da instituição.	Tecnologia da Informação
Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	Promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores.	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
Qualidade de Vida no Trabalho	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

Fonte: Adaptado a partir do PDI 2019-2023 do IFCE (IFCE, 2018b)

Destaca-se a prioridade que o IFCE estabelece para os temas e objetivos estratégicos, elencados acima, no Quadro 7, que, de alguma forma, estão associados à promoção da sustentabilidade socioambiental e serão alvos de atuação da instituição no período de vigência do planejamento (2019-2023), sobretudo, por serem considerados essenciais para a consecução da visão de futuro.

Em análise ao tópico 1.4 do capítulo 1, que trata sobre o Painel de Indicadores e Metas, elencam-se, no Quadro 8, as seguintes temáticas associadas à sustentabilidade socioambiental:

Quadro 8 – Painel de Indicadores e Metas do PDI do IFCE vinculados aos eixos temáticos da A3P

Indicador de Desempenho	Eixo temático da A3P	Meta 2023	Tipo	Responsável
Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	15% das ações de extensão sejam voltadas para a acessibilidade e diversidade étnica e racial.	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Taxa de implantação de NAPNES	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	100% (10 NAPNES implantados, exclusivos para os <i>campi</i> que ainda não possuem núcleo.)	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Taxa de implantação de NEABIS	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	100% (18 NEABIS implantados, exclusivo para os <i>campi</i> que ainda não possuem núcleo.)	Desdobrável	PROEXT e <i>campi</i>
Economicidade nas contratações	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	25% de economicidade nas contratações.	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Qualidade na execução dos contratos	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	70% de qualidade na execução dos contratos.	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Índice de Desempenho da Gestão Orçamentária	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	85% da execução do orçamento anual	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>
Implantação de ambientes	Eixo 6 – Construções sustentáveis.	Por definir conforme diagnóstico a ser realizado nos <i>campi</i> .	Desdobrável	PROAP e <i>campi</i>

Implantação dos ambientes estruturantes	Eixo 6 – Construções sustentáveis.	43 ambientes estruturantes (14 ginásios poliesportivos, 10 bibliotecas padrão e 19 restaurantes acadêmicos).	Específico	PROAP e campi
Taxa de parcerias em ações de empreendedorismo	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	20% das parcerias firmadas para o desenvolvimento do empreendedorismo	Desdobrável	PROEXT e campi
Índice de ações desenvolvidas na área de empreendedorismo	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	10% das ações de extensão na área de empreendedorismo	Desdobrável	PROEXT e campi
Índice de Titulação do Corpo Docente	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	Acréscimo de 3,5% sobre o índice atual de cada <i>campus</i> .	Desdobrável	PRPI e campi
Índice de Titulação TAE'S	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	Acréscimo de 5% em relação ao índice de 2018.	Desdobrável	PRPI e campi
Índice de sustentabilidade ambiental do IFCE	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	85% de atendimento das iniciativas de sustentabilidade.	Desdobrável	PROAP e campi
Redução do custo com energia elétrica	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.	15% de redução.	Desdobrável	PROAP e campi
Redução do consumo de água	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.	25% de redução (a partir da definição de economia pela CAGECE de 20%).	Desdobrável	PROAP e campi
Redução do consumo de energia elétrica	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.	20% de redução (considerando medidas de consumo racional e substituição de equipamentos e materiais).	Desdobrável	PROAP e campi
Taxa de resíduos sólidos recicláveis corretamente destinados	Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados.	100% dos resíduos sólidos recicláveis.	Desdobrável	PROAP e campi

Taxa de adesão das aquisições compartilhadas de TIC.	Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	100% de adesão dos campi.	Desdobrável	DGTI e campi
Economicidade das contratações de TIC.	Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	20% de economicidade.	Desdobrável	DGTI e campi
Índice de execução do Plano Anual de Capacitação	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	100% de execução das ações de capacitação prevista nos Planos Anuais de Capacitação.	Desdobrável	PROGEP e campi
Índice de servidores capacitados em cursos de curta, média e longa duração.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	100% de servidores contemplados com a Política de capacitação e aperfeiçoamento.	Desdobrável	PROGEP e campi
Índice de Investimento em capacitação	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2% dos recursos de custeio do IFCE investido em capacitação e aperfeiçoamento.	Desdobrável	PROGEP e campi
Avaliação qualitativa de melhoria da infraestrutura	Eixo 6 – Construções sustentáveis.	Mínimo de 75% de atendimento do checklist de adequação da infraestrutura	Desdobrável	DAE e campi
Ações de direitos humanos.	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	100 % dos parâmetros atendidos.	Desdobrável	DAE e campi
Índice percentual de projetos implantados	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	100% de implantação do Programa Qualidade de Vida no Trabalho.	Desdobrável	PROGEP e campi
Índice de adesão às atividades ofertadas pelo PQVT	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	35% de adesão dos servidores ao Programa Qualidade de Vida no Trabalho.	Desdobrável	PROGEP e campi
Índice de absenteísmo	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	Até 3%.	Desdobrável	PROGEP e campi

Fonte: Adaptado a partir do PDI 2019-2023 do IFCE (IFCE, 2018b)

Legenda: PRPI – Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; PROEXT – Pró-reitoria de Extensão; PROAP – Pró-reitoria de Administração e Planejamento; PROGEP – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas; DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis; DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação; NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas; NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas; TAEs – Técnicos-administrativos

em Educação; TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação; PQVT – Programa Qualidade de Vida no Trabalho.

Em relação aos indicadores de desempenho e metas, percebe-se que o IFCE determinou quantidade significativa dessas métricas tendo associação, direta ou indireta, com a sustentabilidade socioambiental. Lembrando que os indicadores de desempenho e as metas foram estabelecidos para que a instituição acompanhe e analise as ações realizadas, com perspectiva de se alcançar os resultados pretendidos nos objetivos estratégicos. Desse modo, a adesão ao Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) torna-se plausível, de modo que a instituição possa incorporar critérios de sustentabilidade aos indicadores de resultados organizacionais, consolidando intenções claras de longo prazo com a gestão pautada na responsabilidade socioambiental (COELHO; COSTA E SILVA; LOPES, 2013). Estando ainda em consonâncias com os estudos de Araujo, Ludewigs e Carmo (2015), uma vez que se encontra a integração da responsabilidade socioambiental nas atividades estratégicas e no planejamento de longo prazo do IFCE.

Com relação a análise ao tópico 1.5 do capítulo 1, que trata do Portfólio de Projetos Estratégicos, acrescido com informações sobre resultados esperados para cada projeto, contido no Catálogo de Objetivos, Indicadores e Metas, elencam-se as seguintes temáticas associadas à sustentabilidade socioambiental, no Quadro 9:

Quadro 9 – Portfólio de Projetos Estratégicos do PDI do IFCE

Projeto Estratégico	Eixo temático A3P	Período de Realização	Resultado Esperado	Responsável
Ampliar a parceria com empresas, instituições diversas para captação de projetos.	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	2019-2023	Ampliar as parcerias e o volume de recursos captados em projetos de PD&I.	PRPI
Formação de servidores para atendimento de pessoas com deficiência.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2023	Ampliação de profissionais capacitados na área	PROEXT
Acessibilidade comunicacional.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2023	Lotação de intérprete nos campi que haja discentes surdos.	PROEXT
Acessibilidade arquitetônica.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo	2019-2023	Prover os campi de infraestrutura acessível aos PNE.	PROEXT

	6 – Construções sustentáveis.			
Criação de grupos de pesquisa para desenvolvimento de tecnologias assistenciais.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2023	Ampliar as oportunidades de êxito do discentes PNE.	PROEXT
Implantação efetiva dos NAPNE e NEABI nos campi.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2023	Dar suporte à direção dos campi nas políticas de diversidade e acessibilidade.	PROEXT
Capacitação em aquisições.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	2019	Criar curso em EAD, com temática voltada às boas práticas para elaboração do documento de formalização da demanda, Termo de Referência e Pesquisa de Preços.	PROAP
Captação de recursos.	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis. / Eixo 6 – Construções sustentáveis.	2019-2020	Captar recursos extraorçamentários para financiamento das obras e serviços de engenharia visando à ampliação e modernização da infraestrutura física do IFCE.	PROAP
Catálogo de fornecedores.	Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	2019-2020	Criar um catálogo <i>on-line</i> com a lista de fornecedores aptos a oferecer em orçamentos para composição de mapas de preços, com atualizações em tempo real e dividido por categorias de produtos/serviços.	PROAP
Central de atendimento para as áreas orçamentária, financeira e contábil dos campi.	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	2019-2021	Agilizar a resolução de dúvidas inerentes às áreas orçamentária, financeira e contábil e aferir a satisfação dos servidores que atuam nestas áreas.	PROAP
Diagnóstico de infraestrutura.	Eixo 6 – Construções sustentáveis.	2019-2020	Realizar levantamento das necessidades de infraestrutura dos campi.	PROAP

Excelência na gestão.	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	2019-2023	Promover anualmente a premiação para os campi com o melhor resultado nas categorias: desempenho institucional e sustentabilidade ambiental (5 edições da premiação).	PROAP
Formação de capital humano em gerenciamento de projetos.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	Promover anualmente cursos sobre gerenciamento de projetos (5 cursos com turma de 40 alunos).	PROAP
Visibilidade do desempenho organizacional.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019	Criar um espaço no site do planejamento (ou Proap) com vistas a dar mais transparência ao desempenho dos campi em relação aos resultados alcançados.	PROAP
Implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS.	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.	2019-2023	Promover o inventário dos bens, controle patrimonial, registro de entrada e movimentação dos materiais de forma integrada ao SIAFI e SIASG e cálculo da depreciação.	PROAP
Normatização da manutenção predial.	Eixo 6 – Construções sustentáveis.	2019	Elaborar o Manual de Manutenção Predial do IFCE.	PROAP
Orçamento participativo das unidades.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	Promover chamadas públicas para a participação da comunidade interna na alocação, aplicação, acompanhamento e prestação de contas dos recursos públicos visando à transparência na execução orçamentária.	PROAP
Padronização da infraestrutura (1º fase).	Eixo 6 – Construções sustentáveis.	2019-2020	Elaborar projetos padrão de ambientes estruturantes para construção de Biblioteca, Ginásio Poliesportivo e Restaurante Acadêmico.	PROAP

Sistema de acompanhamento de despesas de contratos continuados.	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	2019-2021	Criar sistema para acompanhamento de despesas a fim de reduzir as Despesas de Exercícios Anteriores – DEA.	PROAP
Sistema de Gestão de Bens Imóveis.	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.	2019	Implantar o Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SIGEBI).	PROAP
Sistema de gestão da estratégia.	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. / Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	2019	Aperfeiçoar o módulo de desenvolvimento institucional SUAP ou implantar uma nova ferramenta tecnológica que permita o melhor acompanhamento das metas institucionais.	PROAP
Plano de gestão ambiental.	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2021	Elaboração e divulgação do planejamento de ações direcionadas à gestão ambiental no âmbito do IFCE	PROAP
Política de sustentabilidade.	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	Elaboração da Política de Sustentabilidade do IFCE e sua aprovação pelo CONSUP.	PROAP
Racionalização dos recursos naturais.	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.	2019-2023	Elaborar estudos e projetos padrão para reutilização de água e exploração de fontes alternativas do recurso natural	PROAP
Sistema fotovoltaico (1ª fase).	Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. / Eixo 6 – Construções sustentáveis.	2019-2023	Elaborar estudo preliminar para contratação de Parceria Público Privada (PPP) destinada à geração de energia por meio de sistema fotovoltaico, bem como modernizar as instalações das unidades do IFCE.	PROAP
Estabelecimento de acordos específicos de cooperação internacional visando	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de	2019-2023	3 acordos firmados.	ARINTER

à criação de programas de capacitação, qualificação e boa governança para servidores (docentes e técnicos-administrativos) em parceria com as Pró-Reitorias.	trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.			
Salão de cultura e arte.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2020	Práticas e eventos internos e de extensão de cultura e arte (música, dança, pintura, escultura, HQ, cinema, fotografia, teatro, literatura, arte digital e etc.).	PROEN
Biblioteca Viva.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2020-2020	Disponibilizar bibliotecas com estruturas e serviços mais convidativos, com foco no estudo individual e coletivo.	PROEN
Capacitação docente e TAE.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2022	Atingir as metas dos indicadores relacionados a titulação dos servidores do IFCE.	PRPI
Projeto Cacife: Ciências, Artes e Cultura Itinerante do Instituto Federal do Ceará - IFCE.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	Estimular, nas pessoas residentes nas regiões visitadas pelo IFCE, o gosto e a curiosidade pelas ciências e artes, bem como apresentar as áreas do conhecimento ofertadas no IFCE e as formas de interação do IFCE com a sociedade (Extensão-Pesquisa-Ensino).	PRPI
Levantar as necessidades de material e promover aquisições compartilhadas (IRP) de equipamentos de audiovisual, produção visual, jornalismo, cerimonial e	Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis.	2019-2023	Adquirir equipamentos e materiais de consumo a fim de materializar o tema e o objetivo estratégicos da comunicação	DCS

protocolo inclusive de consumo				
Realizar campanhas internas de engajamento entre os campi e a Reitoria.	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	Chamar atenção para assuntos de interesse público com ênfase em políticas públicas voltadas à cidadania e à promoção dos direitos humanos	DCS
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).	Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2020	Adesão e implantação do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no âmbito do IFCE, com foco no uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, compras e construções sustentáveis.	PROAP
Áreas verdes no IFCE.	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 6 – Construções sustentáveis	2019-2023	Elaborar estudo preliminar padrão para ampliação da área verde nas unidades do IFCE.	PROAP
Plano Anual de Capacitação (PAC)	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	100% das capacitações listadas no plano sejam executadas.	PROGEP
Mapeamento de competências	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	Definir as competências individuais de cada servidor.	PROGEP
Incentivo à participação de servidores em eventos científicos	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	Aumento no número de servidores participando de eventos científicos.	PROGEP
Parceria com empresas de cursos EAD para capacitação de servidores	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de	2019-2023	Ampliar o número de servidores capacitados em nível de especialização.	PROGEP

	trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.			
Capacitação dos coordenadores de cursos (metodologias do SINAES, regulamentos internos, capacitação, etc.)	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	Atuação mais eficiente e eficaz dos coordenadores de curso.	PROGEP
Ações educacionais de formação dos colaboradores que assumem funções gerenciais	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	Profissionalização da gestão; Racionalização dos recursos financeiros e humanos.	PROGEP
Criação de núcleos de estudo voltados às questões de gênero e diversidade	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	01 (um) grupo por macrorregião do IFCE para estudar e promover ações que possibilitem discussões para o respeito às diferenças, combatendo situações de intolerância e preconceito.	DAE
Campanhas sobre direitos humanos	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	Maior respeito às diferenças, combatendo situações de intolerância e preconceito.	DAE
Articular junto com PROEN e PROGEP capacitação para os docentes sobre direitos humanos	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho. / Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.	2019-2023	01 (uma) formação sobre direitos humanos por ano.	DAE
Promoção da saúde mental no âmbito do trabalho (ciclo de debates sobre adoecimento mental e acompanhamento)	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2021	Reduzir o absenteísmo.	PROGEP
Programa Qualidade de Vida para os servidores nos campi	Eixo 3 – Qualidade de vida no	2019-2023	Garantir um clima organizacional harmonioso e	PROGEP

	ambiente de trabalho.		saudável, contribuindo, assim, para a motivação e satisfação profissional, reduzindo a ansiedade e o estresse.	
Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP)	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2023	Acompanhar o estado físico e emocional dos servidores.	PROGEP
Ginástica laboral nos campi	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2023	Prevenir as lesões e a fadiga muscular e a correção de vícios de posturas no ambiente de trabalho	PROGEP
Encontro dos Servidores (Festival de talentos, Jogos com categoria para atletas deficientes, concurso literário, inclusão de capoeira)	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2023	Promover a saúde física e a integração entre os servidores	PROGEP
Avaliação física e nutricional	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2023	Sondar e mensurar as capacidades, a compleição, as aptidões físicas, biológicas, fisiológicas e a condição nutricional dos servidores.	PROGEP
Uso da bicicleta como meio de transporte e lazer	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2020-2023	Reduzir o sedentarismo dos servidores.	PROGEP
Ambiente de desconpressão	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2023	Facilitar o repouso, a integração e minimizar o estresse no ambiente de trabalho.	PROGEP
Exames médicos periódicos	Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2019-2023	Orientar os servidores quanto aos fatores de risco, sejam eles físicos, químicos, biológicos ou ergonômicos.	PROGEP

Fonte: Adaptado do PDI 2019-2023 do IFCE (IFCE, 2018b) e do Catálogo de Objetivos, Indicadores e Metas (IFCE, 2021b).

Legenda: PROEN – Pró-reitoria de Ensino; PRPI – Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; PROEXT – Pró-reitoria de Extensão; PROAP – Pró-reitoria de Administração e Planejamento; PROGEP – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas; DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis; DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação; ARINTER – Assessoria de Relações Internacionais; DCS – Departamento de Comunicação Social; NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas; NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas; TAE – Técnico-administrativo em Educação; PNE – Pessoa com Necessidade Específica; SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira; SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais; IRA – Índice de Rendimento Acadêmico; SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública; CONSUP – Conselho Superior; IRP – Índice de Registro de Preços; SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Também é significativo o número de projetos estratégicos definidos pelo IFCE que apresentam alguma ligação com a sustentabilidade socioambiental. Ressalta-se que os projetos estratégicos direcionam as ações táticas e operacionais da instituição, voltadas para o alcance das metas dos indicadores de desempenho.

Vale destacar o objetivo estratégico “Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade”, descrito, no Catálogo dos Objetivos, Indicadores e Metas, como o objetivo que “Tem o propósito de disseminar a cultura do uso racional dos recursos, principalmente os renováveis, por meio da implantação de práticas inovadoras.” (BRASIL, 2021b, p. 48). Observa-se que, além de promover, o IFCE pretende consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade, sendo que, pela descrição do objetivo estratégico, o termo “sustentabilidade” é o mote do objetivo, uma vez que está associado ao uso racional dos recursos, em especial os renováveis, enquanto o termo “inovação” se configura como caminho a ser trilhado pela instituição para se alcançar a sustentabilidade.

Outro aspecto analisado foi que o emprego do termo “sustentabilidade” remete somente ao aspecto ambiental, tal como está expresso na definição dos “Valores” da instituição. Todavia, isso não significa que os aspectos social e econômico não estejam contemplados em outros tópicos do PDI do IFCE. Isto pode ser observado nos temas e objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas e projetos estratégicos, apresentados nos Quadros 7, 8 e 9, que estão associados, direta ou indiretamente, ligados aos aspectos ambientais, sociais e/ou econômicos.

Para o objetivo estratégico “Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade”, foram definidos 5 (cinco) indicadores de desempenho e suas respectivas metas, a saber: Índice de sustentabilidade ambiental do IFCE; Índice de iniciativas de redução do custo com energia elétrica; Consumo de água por área construída; Consumo de energia elétrica por área construída; Índice de iniciativas para a correta destinação de resíduos sólidos recicláveis.

Sobre os indicadores, destaca-se o Índice de sustentabilidade ambiental do IFCE. De acordo com o Catálogo dos Objetivos, Indicadores e Metas (IFCE, 2021b), esse índice é calculado com base no comprometimento com 5 (cinco) ações, a saber: 1) consumo racional da água; 2) consumo racional da energia elétrica; 3) conscientização no uso de papel de escritório; 4) política de destinação adequada de resíduos sólidos; 5) editais de compras com planejamento atento à normas de

sustentabilidade. A meta é que todos os *campi* do IFCE implementem as iniciativas de sustentabilidade até 2023, de modo que a instituição alcance 100% no índice.

Ainda para o objetivo estratégico “Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade”, foram definidos 6 (seis) projetos estratégicos, a saber: 1) Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); 2) Áreas verdes no IFCE; 3) Plano de gestão ambiental; 4) Política de sustentabilidade; 5) Racionalização dos recursos naturais; 6) Sistema fotovoltaico (1ª fase).

Quanto aos projetos estratégicos, salienta-se a pretensão do IFCE em realizar a adesão ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no período de 2019-2020. Contudo, em consulta realizada, no dia 07 de maio de 2021, no site do IFCE (www.ifce.edu.br) e no portal A3P (<http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>), não foram encontradas informações sobre a adesão do IFCE ao Programa A3P. Também em consulta realizada, no dia 07 de maio de 2021, no site do IFCE (www.ifce.edu.br), não foram encontradas informações sobre a elaboração do Plano de gestão ambiental e da Política de sustentabilidade.

Em análise aos indicadores de desempenho e projetos estratégicos relacionados ao objetivo estratégico “Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade”, evidencia-se, novamente, que o emprego do termo “sustentabilidade” está associado, somente, ao aspecto ambiental.

Em se tratando de atividades de pesquisa e extensão, o PDI do IFCE assevera que a instituição promove programas e projetos relacionados com a “valorização da cultura, acessibilidade, empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologias com ênfase no desenvolvimento local e regional, bem como na preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2018b, p. 127). Neste trecho específico, encontram-se temas associados à sustentabilidade socioambiental que pautam as ações desenvolvidas, pelo IFCE, nas áreas da pesquisa e extensão.

O capítulo 11 apresenta os aspectos financeiros e orçamentários do IFCE. Conforme o PDI, a gestão orçamentária e financeira do IFCE resulta da determinação e supervisão de diretrizes, baseadas na eficiência e na economicidade, para o emprego dos recursos orçamentários e financeiros da instituição. Para tanto, a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP) é responsável por distribuir os recursos orçamentários anuais para os *campi* e Reitoria, garantindo as ações acadêmicas e administrativas de cada unidade. Como o IFCE é uma autarquia federal, a instituição recebe os recursos orçamentários e financeiros do Governo Federal,

sendo a principal fonte de recursos para pagar as despesas da organização (custeio, investimentos e pagamento do pessoal ativo, inativos e pensionistas).

Com relação aos aspectos financeiros e orçamentários do IFCE quer-se demonstrar a importância da eficiência na alocação dos recursos públicos, com a revisão e adoção de novos procedimentos para as compras e investimentos institucionais, com a adoção de critérios sustentáveis de produção e consumo, gerando economia e redução de gastos.

Após essa análise do Plano de Desenvolvimento Institucional, considerado um dos principais documentos institucionais de planejamento estratégico do IFCE, percebeu-se que, embora não haja menção literal ao termo, as diretrizes organizacionais são pautadas em ações de sustentabilidade socioambiental.

Outro fato a ser destacado são os direcionamentos para a sustentabilidade ambiental, sobretudo de forma expressa, sem que isso signifique que a instituição não levou em consideração os aspectos sociais e econômicos no decurso do PDI. Conforme exposto, evidenciou-se quantidade significativa de temas e objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas e projetos estratégicos associados, direta ou indiretamente aos eixos temáticos da A3P. Possibilita-se, assim, identificar diretrizes organizacionais baseadas no tripé da sustentabilidade socioambiental.

Ressalta-se o planejamento do IFCE em aderir ao Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Com base nas diretrizes organizacionais analisadas no PDI da instituição, pontua-se ser possível a adesão, uma vez que evidenciou-se tópicos do planejamento institucional que se enquadram nos fundamentos, princípios e objetivos do Programa A3P, especialmente com os seis eixos temáticos prioritários, enumerados no Quadro 1 (subseção 2.4.1 desta pesquisa), a saber: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão adequada dos resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Compras públicas sustentáveis; e Construções sustentáveis.

Destarte, observou-se a recorrência da preocupação, no PDI, com a possibilidade de implantação de práticas sustentáveis nas rotinas administrativas. Ou seja, o IFCE, pelo menos no documento institucional de planejamento estratégico, procurou definir um compromisso com o desenvolvimento sustentável, projetando ações e práticas que minimizam os impactos socioambientais de suas ações.

Portanto, considerando o que foi planejado no PDI 2019-2023 do IFCE, na próxima seção dessa pesquisa, procurou-se identificar quais as práticas sustentáveis

são adotadas no *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, a partir da visão dos servidores efetivos e gestores.

4.2 Práticas sustentáveis adotadas no *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE conforme a percepção de servidores e gestores

Na perspectiva de atender aos “Objetivos específicos b e c”, por meio da análise dos dados obtidos através de questionários e entrevistas, nesta seção, foram identificadas as ações sustentáveis praticadas no *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, a partir da visão dos servidores efetivos e gestores.

Os resultados relacionados aos referidos objetivos específicos foram organizados em oito subseções. De início, para expor as principais características da amostra em estudo, na subseção 4.2.1, apresenta-se o perfil dos servidores que responderam ao questionário *on-line*. Na subseção 4.2.2, realiza-se uma breve exposição dos resultados obtidos com base na pergunta discursiva do questionário *on-line*. Por fim, da subseção 4.2.3 até a 4.2.8, as práticas sustentáveis adotadas no *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE foram descritas e analisadas conforme os seis eixos temáticos do Programa A3P, correspondendo às categorias especificadas no Quadro 6, conforme consta no capítulo 3 deste estudo.

4.2.1 Perfil dos servidores do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE

As informações coletadas, por meio do questionário *on-line*, sobre o perfil da amostra, composta pelos servidores efetivos (docentes e técnicos-administrativos) do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, encontram-se expostas na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil da amostra de servidores efetivos do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, em números e porcentagem

		Técnicos-administrativos		Docentes		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Categoria de vínculo com o IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte	Quantidade de servidores	45	43,7%	58	56,3%	103	100%
Gênero	Masculino	21	46,67%	32	55,17%	53	51,5%
	Feminino	24	53,33%	26	44,83%	50	48,5%
	Prefiro não responder	0	0%	0	0%	0	0%
Cor ou Raça	Amarela	1	2,22%	1	1,72%	2	1,9%

	Branca	20	44,45%	30	51,73%	50	48,5%
	Indígena	0	0%	1	1,72%	1	1,0%
	Parda	21	46,67%	23	39,66%	44	42,8%
	Preta	2	4,44%	1	1,72%	3	2,9%
	Prefiro não me classificar	1	2,22%	2	3,45%	3	2,9%
	Prefiro não responder	0	0%	0	0%	0	0%
Idade	Até 20 anos	0	0%	0	0%	0	0%
	Entre 21 e 30 anos	3	6,67%	4	6,89%	7	6,8%
	Entre 31 e 40 anos	28	62,22%	26	44,83%	54	52,4%
	Entre 41 e 50 anos	11	24,44	20	34,49%	31	30,1%
	Acima de 51 anos	3	6,67%	8	13,79%	11	10,7%
Escolaridade	Ensino Fundamental	0	0%	0	0%	0	0%
	Ensino Médio	0	0%	0	0%	0	0%
	Graduação	7	15,56%	1	1,72%	8	7,8%
	Especialização <i>lato sensu</i>	27	60%	5	8,62%	32	31,1%
	Mestrado	9	20%	20	34,49%	29	28,1%
	Doutorado	2	4,44%	28	48,28%	30	29,1%
	Pós-doutorado	0	0%	4	6,89%	4	3,9%
Tempo de serviço no IFCE – campus de Limoeiro do Norte	Menos de seis meses	0	0%	2	3,45%	2	1,9%
	Entre seis meses e um ano	1	2,22%	0	0%	1	1,0%
	Entre um ano e três anos	1	2,22%	5	8,62%	6	5,8%
	Entre três anos e dez anos	28	62,22%	30	51,73%	58	56,3%
	Mais de dez anos	15	33,34%	21	36,20%	36	35,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como observado na Tabela 1, dos 103 (cento e três) servidores que compõem a amostra dessa pesquisa, 56,3% são da categoria docente, correspondendo à categoria de maior participação no estudo, enquanto os técnicos-administrativos representam 43,7% do total.

No tocante ao gênero dos participantes da pesquisa, notou-se que a maioria (51,3%) é do gênero masculino, o gênero feminino representou 48,5% do total. Se analisado por categoria, a de docentes apresentou comportamento semelhante ao total da amostra, com maioria do gênero masculino (55,17%). Por outro lado, a categoria de técnicos-administrativos foi mais representada pelo gênero feminino (53,33% do total).

Em relação à cor ou raça, observou-se que a maioria dos respondentes se classificaram na raça branca, com 48,5% do total. Em segundo, ficou a raça parda, com 42,8%. Se analisado por categoria, a de docentes apresentou comportamento semelhante ao total da amostra, com maioria classificados na raça branca (51,73%).

Por outro lado, os participantes da categoria de técnicos-administrativos classificaram mais na raça parda (46,67% do total).

No que se refere à idade, os resultados indicaram que todos os respondentes estão acima dos 20 anos, estando a maior parte deles (52,4%) na faixa etária de 31 a 40 anos. Em segundo, ficou o grupo de servidores na faixa etária de 41 a 50 anos (30,1% do total). Foi constatado ainda que apenas 11 (onze) participantes (10,7%) possuem idade superior a 51 anos.

Sobre o grau de escolaridade dos servidores, observou-se que todos possuem, pelo menos, o nível superior completo, sendo que a maioria dos respondentes (61,1%) é composta de mestres, doutores e pós-doutores. Por conseguinte, devido ao alto nível de escolaridade dos participantes da amostra, é possível depreender que este ambiente facilitaria a discussão e a implantação de políticas e práticas relacionadas à sustentabilidade.

Quando comparado o nível de escolaridade da categoria de docente com a de técnico-administrativo, verifica-se que a amostra de docentes é composta por um maior número de doutores e pós-doutores (55,17%), enquanto a de técnicos apresenta apenas 2 (dois) respondentes com doutorado (4,44%) e nenhum com pós-doutorado. Se consideramos o nível escolaridade igual ou superior a pós-graduação *stricto sensu*, apenas 6 (seis) professores (10,34%) tem titulação em especialização ou graduação, enquanto somente 11 (onze) técnicos-administrativos (24,44%) se enquadra nesse quesito.

Com relação ao tempo de serviço no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, percebe-se que a maioria (91,3%) dos participantes do estudo trabalham há mais de 3 anos na instituição. Pode-se observar, ainda, que apenas 8,7% dos respondentes ainda se encontram, no estágio probatório, possuindo menos de 3 anos de instituição.

Após a apresentação do perfil da amostra deste estudo, nas subseções seguintes, identificam-se as práticas sustentáveis adotadas no *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, a partir da visão dos servidores efetivos e gestores.

4.2.2 Outras ações praticadas no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte ligadas à sustentabilidade

Objetivando identificar práticas sustentáveis adotadas no ambiente de trabalho do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, uma pergunta discursiva do questionário² *on-line* procurou coletar outras ações praticadas, na unidade, também ligadas à sustentabilidade, mas, que não haviam sido abordadas no decorrer do instrumento de pesquisa estruturado. Para tanto, procedeu-se à análise de conteúdo dos dados coletados que foram categorizados de acordo os seis eixos temáticos do Programa A3P, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Síntese dos dados obtidos a partir da questão discursiva do questionário *on-line*

Respostas		Frequência (N)	%
Não identificaram outra prática sustentável adotada na UAG		28	45,90
Identificaram práticas sustentáveis não relacionadas ao foco desta pesquisa		5	8,20
Identificaram práticas sustentáveis tratadas em outras perguntas do questionário		5	8,20
Sugestão de melhorias para o alcance da sustentabilidade		5	8,20
Práticas ligadas ao Programa A3P	Eixo 1 – “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”	6	9,84
	Eixo 2 – “Gestão adequada dos resíduos gerados”	9	14,75
	Eixo 3 – “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”	1	1,64
	Eixo 4 – “Sensibilização e capacitação dos servidores”	2	3,27
Total		61	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Um total de 61 (sessenta e um) servidores responderam à questão discursiva que não era obrigatória. Desse total, 28 (vinte e oito) participantes (45,9%) alegaram não identificar nenhuma outra prática sustentável no ambiente de trabalho do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte. Constatou-se ainda que 5 (cinco) participantes (8,2%) apontaram práticas relacionadas a outras temáticas sustentáveis, contudo, sem ligação direta com o foco deste trabalho. Sobre este assunto, dentre as principais ações citadas, destaca-se: o reaproveitamento de materiais, junto a discentes, para criação de materiais didático-pedagógicos; processo educativo do eixo meio ambiente e saúde; ações de pesquisa e extensão voltados ou cumprimento do tripé da sustentabilidade (ambiental, social e econômica); projeto de extensão para produção sustentável na Caatinga e combate à desertificação; implantação de especialização em energias renováveis; estímulo aos discentes para a utilização de materiais biodegradáveis e/ou recicláveis para o desenvolvimento de equipamentos, técnicas e práticas de ensino e ensaios científicos.

² A pergunta discursiva proposta no questionário *on-line* foi a seguinte: “Você identifica alguma outra atividade ligada à sustentabilidade que é desenvolvida no seu setor/curso ou no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte? Se sim, que atividade é esta?”

Apesar de não ser o objetivo da questão discursiva, observou-se que 5 (cinco) respondentes (8,2%) sugeriram melhorias para a implantação da sustentabilidade no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte. Também 5 (cinco) participantes (8,2%) enumeraram práticas que já tinham sido tratadas no decorrer do questionário *on-line*. Dentre elas, pode-se citar: a utilização de papel reciclado; a reutilização de papel para rascunho; impressão no verso das folhas; substituição de papel por meios digitais para informação; reciclagem; instalação de sistema de energia fotovoltaica (placas solares); substituição das lâmpadas tubulares fluorescentes por lâmpadas tubulares de LEDs; substituição dos ares-condicionados por outros com melhor eficiência energética.

Referente à identificação de ações sustentáveis ligadas ao Programa A3P, verificou-se que 18 (dezoito) respondentes (29,5%) percebem a adoção de outras práticas que não foram tratadas no questionário *on-line*. Observou-se ainda que essas ações englobam apenas 4 (quatro) eixos temáticos do Programa A3P: Eixo 1 – “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”; Eixo 2 – “Gestão adequada dos resíduos gerados”; Eixo 3 – “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”; Eixo 4 – “Sensibilização e capacitação dos servidores”. Dessa forma, constatou-se que não foi citada nenhuma prática relacionada aos eixos temáticos 5 – “Compras públicas sustentáveis” e 6 – “Construções sustentáveis”.

4.2.3 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”

Nesta subseção, buscou-se identificar as práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático do Programa A3P voltado para o “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”, o qual tem como objetivo a redução do desperdício praticado pelos órgãos públicos, a partir do consumo eficiente de papel, copos descartáveis, transporte, água, energia e outros (BRASIL, 2009, 2016; MMA, 2020c).

Com a finalidade de averiguar as práticas adotadas relacionadas a esse eixo temático, uma das perguntas do questionário *on-line* aplicado tratou da frequência com que os respondentes adotam algumas ações sustentáveis, no ambiente de trabalho. Com base nas respostas obtidas, foram calculadas a frequência relativa e as medidas de tendência (mediana e moda) para cada ação sustentável. Esses dados estão descritos na Tabela 3:

Tabela 3 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Uso racional dos recursos naturais e bens públicos"

Práticas sustentáveis		Frequência relativa (%)					Medidas de tendência	
		N	R	AV	F	S	Me	Mo
Energia	Apaga a luz ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado.	0	0	0	10,7	89,3	5	5
	Aproveita ao máximo a iluminação natural e evite ligar as lâmpadas durante o dia	3,9	6,8	18,4	39,8	31,1	4	4
	Desliga o ar condicionado ou o ventilador ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado	0	1	1,9	21,4	75,7	5	5
	Fecha portas e janelas quando o ar condicionado está ligado	1	0	1	7,8	90,3	5	5
	Desliga os monitores do seu setor quando faz uma pausa para descanso	3,9	4,9	12,6	27,2	51,5	5	5
	Configura o computador para desligamento automático do vídeo	27,2	6,8	17,5	15,5	33	3	5
Papel	Dá preferência ao uso de mensagens eletrônicas (<i>e-mail</i>), evitando o uso do papel nas comunicações, inclusive nas endereçadas ao público externo	0	1	1	31,1	67	5	5
	Substitui o uso de documento impresso por documento digital	0	0	3,9	45,6	50,5	5	5
	Imprime ou faz cópia dos documentos em frente-e-verso	0	2,9	13,6	40,8	42,7	4	5
	Utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco	8,7	20,4	39,8	22,3	8,7	3	3
	Reutiliza papéis para fazer bloco de anotações/rascunho	1	1	8,7	34	55,3	5	5
Copos	Substitui copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável	1,9	7,8	17,5	31,1	41,7	4	5
Água	Procura reduzir o consumo de água, com pequenos hábitos como fechar a torneira na hora de escovar os dentes, também diminuir a quantidade de água derramada na hora de lavar as mãos	0	0	3,9	28,2	68	5	5

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: N – Nunca; R – Raramente; AV – Às Vezes; F – Frequentemente; S – Sempre; Me – Mediana; Mo – Moda.

Em relação ao uso eficiente de energia, pode-se verificar que dentre as seis ações sustentáveis referentes a este tópico e destacadas na Tabela 3, cinco (1 – apaga a luz ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado; 2 – aproveita ao máximo a iluminação natural e evite ligar as lâmpadas durante o dia; 3 – desliga o ar condicionado ou o ventilador ao término do expediente

ou quando se ausenta por período de tempo prolongado; 4 – fecha portas e janelas quando o ar condicionado está ligado; 5 – desliga os monitores do seu setor quando faz uma pausa para descanso) apresentaram mediana igual ou superior a 4, denotando que são práticas adotadas “frequentemente” ou “sempre”. Esses dados podem ser evidenciados, consultando-se as frequências relativas, na Tabela 3.

Somente a ação “configura o computador para desligamento automático do vídeo” demonstra que precisa ser incentivada entre os servidores, uma vez que apresentou mediana igual a 3 e a soma das frequências das respostas “nunca”, “raramente” e “às vezes” é superior a mais da metade dos participantes, embora, a resposta com maior adesão tenha sido “sempre” (33% do total).

Esses dados corroboram com as respostas coletadas junto aos servidores ocupantes dos cargos de direção do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, em entrevista, conforme a Tabela 4:

Tabela 4 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Energia

Práticas sustentáveis para redução do consumo de Energia	G1	G2	G3	G4
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?	A	A	A	A
A IFES desenvolve a utilização de placas solares ou geradores de energia, para gerar sua própria energia?	A	A	A	A
A IFES utiliza sistema de iluminação de maior eficiência energética, com lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas LED?	A	A	A	A
Nas compras, a IFES dá preferência por equipamentos que consomem menos energia (Selo Procel, letra A)?	A	A	NA	A

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Com relação ao uso eficiente de energia, os gestores foram unânimes em afirmar que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte desenvolve alguma ação de monitoramento e/ou redução do consumo de energia. Todos os gestores também asseguram que a instituição utiliza: placas solares ou geradores de energia, para gerar sua própria energia; sistema de iluminação de maior eficiência energética. A maioria também aponta que, na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, o órgão dá preferência por equipamentos que consomem menos energia (Selo Procel, letra A).

Para ilustrar, alguns comentários dos gestores durante as entrevistas e uma resposta recebida para pergunta discursiva do questionário *on-line*:

[...] fazendo uma revisão do nosso contrato de energia elétrica junto a Enel. Porque a gente paga por demanda, a gente faz contratação por demanda, e no momento, a gente não está consumindo toda a demanda. Então, uma parte da energia fica subutilizada no nosso transformador. Então, o [...] está reduzindo essa contratação por demanda, gerando economia do nosso

recurso e gerando uma melhor distribuição da energia gerada para a rede, no bairro, no entorno, diminuindo oscilações e picos de energia. – G3

Além de acompanhar o consumo, sempre chamar atenção quando ocorre a elevação desproporcional do consumo de energia em alguma unidade, ou na sede, ou na UEPE, ou na Cidade Alta. – G3.

Recentemente nós tivemos a instalação das placas solares, para redução do consumo de energia, e também produção, para redução dos custos associados. – G1

Se você entrar nas nossas salas de aulas, sempre tem aviso sobre redução do consumo de energia. E é uma coisa que temos que levar da instituição para casa: a redução do consumo de energia. – G2

A gente tem o acompanhamento da fiscalização de contrato. Inclusive, a gente tem implantado mecanismos, ideias e projetos que possam minimizar esse gasto de energia. O advento das placas solares, campanha e sensibilização. – G4

No Ano de 2019, através de projetos de professores junto a concessionária de energia elétrica conseguiu-se um projeto de energia fotovoltaica de 50 kWp e a substituição das lâmpadas tubulares fluorescentes por lâmpadas tubulares de LEDs. Ocorre também a substituição dos ares condicionados por outros de rendimento melhores. – Resposta coleta junto aos servidores, por meio da pergunta discursiva do questionário *on-line*.

Em se tratando do consumo eficiente de papel, verificou-se significativa adoção de práticas sustentáveis, por parte dos servidores. Dentre as cinco ações sustentáveis referentes a esta temática, destacadas na Tabela 3, quatro (1 – dá preferência ao uso de mensagens eletrônicas (*e-mail*), evitando o uso do papel nas comunicações, inclusive nas endereçadas ao público externo; 2 – substitui o uso de documento impresso por documento digital; 3 – imprime ou faz cópia dos documentos em frente-e-verso; 4 – reutiliza papéis para fazer bloco de anotações/rascunho) apresentaram mediana igual ou superior a 4, significando que são práticas adotadas “frequentemente” ou “sempre” pelos servidores. Encontra-se evidências desses dados, ao se consultar os valores da frequência relativa, na Tabela 3.

A ação sustentável “utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco” demonstrou-se ser pouco praticada pelos servidores. Tanto a mediana quanto a moda desse quesito foi igual a 3, significando que é uma ação adotada “às vezes”, bem como a maioria (68,9%) das respostas ficou nos itens “às vezes”, “raramente” e “nunca”.

Ainda sobre o consumo eficiente de papel, analisando os dados coletados na entrevista junto aos servidores ocupantes dos cargos de direção do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, encontra-se as seguintes informações, na Tabela 5:

Tabela 5 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Papel

Práticas sustentáveis para redução do consumo de Papel	G1	G2	G3	G4
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	A	A	A	NA
Nas compras, a IFES dá preferência ao papel oriundo de madeira certificada ou ao papel reciclado?	A	A	NA	NA
A IFES possui alguma normatização do acesso ao serviço de impressão e reprografia monocromático e policromático?	A	A	A	A

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Observa-se que não houve unanimidade entre os gestores quanto ao desenvolvimento de alguma ação de monitoramento e/ou redução do consumo de papel, ainda assim, a maioria entende que existe essa prática. Para essa questão, o gestor G4 ponderou que

A gente não tem nenhum tipo de ferramenta de monitoramento do consumo do papel. Apesar de ter diminuído bastante com o advento do SEI, mas a gente nota que precisa desse tipo de conscientização. [...] Tem uma normatização no que tange ao controle do gasto como um todo. Está mais no controle da justificativa do gasto, do que do controle voltado para o viés da sustentabilidade. Há o controle para justificar porque está gastando a tinta, o papel. Então, eu não vejo como um controle voltado para a sustentabilidade.
– G4

Em contraponto, veja-se como argumentaram os outros gestores:

A gente não tem normatização, mas a gente tem instruções, via *e-mail*, de como proceder, quanto cada um pode imprimir e sistemas de incentivo a menos impressões. E também há o reaproveitamento de papel, quando algumas impressões saíam erradas, a gente aproveitava o verso [...]. Quando a gente estava presencial, eu me lembro das diversas campanhas, inclusive com o registro do número de cópias que você fazia por mês, já visando essa redução. – G1

A primeira ação foi anotar o número de cópias, que era algo não tinha um certo controle. E a instituição passou a adotar. E reduziu bastante, não só com a questão da pandemia, quando a gente começou a adoção de sistemas eletrônicos. [...] Esse sistema [de controle de impressão] que é uma cota mensal para cada professor, cada técnico-administrativo, cada laboratório. – G2

Foi na última gestão que se publicizou uma orientação para reduzir o consumo e se alterou os procedimentos para impressão. Hoje em dia, a impressão da gente é praticamente zero, digo isso não só por estarmos remotos, mesmo antes com a adesão do SEI, a gente estava imprimindo muito pouco. – G3

Embora a falta de unanimidade em relação ao desenvolvimento de alguma ação de monitoramento e/ou redução do consumo de papel, todos os gestores informaram que existe alguma normatização/controle para o acesso ao serviço de impressão e reprografia monocromático e policromático.

Quanto à preferência ao papel oriundo de madeira certificada ou ao papel reciclado, nos processos de compras, não houve concordância entre os gestores, com duas respostas para cada um dos quesitos (Adere ou Não Adere). Os gestores que responderam com “Não Adere” a essa questão justificaram com as seguintes respostas:

Eu não lembro se nos processos da gente foi colocado como prioridade. E geralmente a gente faz a compra do material como participantes de outros pregões. [...] Se realmente fosse uma prioridade efetiva nossa, a gente realizaria o processo de compra para poder implementar o uso de papel de madeira certificada e de papel reciclado. – G3

Preferência não. Coloca assim, sempre como um percentual. Mas, realmente se utiliza mais aquele padrão do A4. Não tem essa cultura de ser 100% como preferência. – G4

Conforme identificado que não existe a preferência ao papel oriundo de madeira certificada ou ao papel reciclado, depreende-se que não existe disponibilização de 100% de papel reciclado, influenciando diretamente nas respostas dos servidores em relação a ação sustentável “utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco”. Portanto, demonstrando-se ser um ponto a ser observado pela instituição, nos processos de aquisição de papel.

Na pergunta discursiva do questionário *on-line*, coletou-se duas respostas com ações sustentáveis ligadas ao consumo eficiente de papel, a saber: utilização dos meios digitais para a informação, ao invés do uso de papéis; uso de papel reciclado com maior frequência; reutilização de folhas impressas (doação aos alunos, para serem usadas em atividades de estudo; novas impressões no verso; uso como pequenos blocos de anotações).

Tratando do consumo consciente de copos descartáveis, para a ação sustentável que versa sobre a “substituição de copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável”, obteve-se mediana igual a 4 e moda igual a 5, demonstrando ser uma prática adotada “frequentemente” ou “sempre” pelos servidores. Quando analisados os dados da frequência relativa, na Tabela 3, observa-se que 41,7% dos servidores “sempre” procuram substituir os copos descartáveis por outros utensílios de material durável e 31,1% dos servidores “frequentemente” assumem essa prática.

Aos servidores ocupantes dos cargos de direção do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, fez-se duas questões sobre uso eficiente de copos descartáveis, conforme apresentado na Tabela 6:

Tabela 6 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Copos Descartáveis

Práticas sustentáveis para redução do consumo de Copos Descartáveis	G1	G2	G3	G4
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?	A	A	A	A
A IFES disponibiliza copos permanentes para todos os servidores e discentes?	A	A	NA	A

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Os gestores foram unânimes quanto ao desenvolvimento de alguma de monitoramento e/ou redução do consumo de copos plásticos. Sobre essa questão, foram proferidos os seguintes comentários pelos gestores:

Quando eu estava na coordenação, a gente recolhia os copos, aproveitava até para fazer artesanato, e tinha o controle de quantos copos cada setor recebia, para a gente não ter excesso [...]. Outra ação que a gente fazia nas coordenações, na sala administrativa, era que cada um adotasse seu copo e sua xícara. Até teve um evento que, era Natal, que a gente fez um amigo secreto para cada um dar uma xícara para o outro [...]. – G1

A gente, acho que, nem está mais tendo copos plásticos. Acho que cada um tem. Eu lembro que teve uma campanha, cada um ganhou uma garrafinha com o símbolo do IFCE. Estou tentando buscar da memória, mas estou achando que a gente quase não usa mais copos plásticos. – G2

Pelo menos, na parte administrativa, tem a campanha do adote um copo e a sensibilização das pessoas trazerem as suas garrafinhas, seus copos, para que não possam ficar tendo todo tempo descarte de copos, dos descartáveis. Assim também, como a Assistência Estudantil desenvolve aqueles auxílios de garrafinhas pets para dar aos alunos. Então, acredito que adere sim. – G4

Com relação à disponibilização de copos permanentes para todos os servidores e discentes, dos quatro gestores, apenas o G3 afirmou que a instituição não adota essa prática, com o seguinte argumento:

Houve distribuição de squeeze para os alunos. Acontece, eventualmente, a distribuição daquelas garrafinhas. Mas, são ações muito pontuais, e na entrega de kits escolares. Eu não sinto que se entregue tipo "Oh. Está aqui essa garrafinha para você não consumir copos descartáveis". E não é uma coisa para todo nosso universo de alunos. São entregas pontuais, quase que como kits escolares, e eu não percebi qualquer tipo de orientação que aquela garrafinha teria aquela utilidade. Por isso, vou marcar como não adere. A mesma coisa, de maneira generalizada, para servidores. Acho que teve uma ação. Agora, eu confesso se teve uma ação ou fui eu que comprei aquele copo tipo escoteiro, com a tampinha que você monta o copo. Porque, lá no setor, a gente fez. O bloco 4, praticamente, todo mundo tem o seu copo de água. A gente acabava consumindo copo descartável para café. E mesmo assim, eu e [...] outros colegas, por exemplo, tínhamos uma xicarazinha para café. Tomava café, lavava e deixava lá, para o próximo uso. Mas, nem na gestão anterior, nem recentemente, a gente se debruçou sobre algo desse tipo. Até porque como a gente está remoto, talvez não tenha estimulado a fazer uma campanha desse tipo. Como é algo que eu não vejo institucionalizado, aqui eu marco como não adere. – G3

Embora tenha marcado como “Adere” para o quesito sobre a disponibilização de copos permanentes para todos os servidores e discentes, o G4 pontou que “Para os servidores tem a campanha de sensibilização. Agora, para os discentes tem todo esse olhar diferenciado, realmente disponibiliza. Agora, para todos não. Para boa parte sim”.

Analisando essas informações, denota-se que a realização de campanhas de sensibilização referente ao consumo eficiente de copos descartáveis, inclusive com a doação institucionalizada de copos permanentes para todos os públicos (discentes e servidores), é uma ação de melhoria para o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Considerando o uso eficiente de água, com a ação sustentável “Procura reduzir o consumo de água, com pequenos hábitos como fechar a torneira na hora de escovar os dentes, também diminuir a quantidade de água derramada na hora de lavar as mãos”, obteve-se mediana e moda igual a 5, evidenciando ser uma prática adotada “sempre” ou “frequentemente” pelos servidores. De fato, quando avaliados os dados da frequência relativa, na Tabela 3, observa-se que 68% dos servidores “sempre” procuram reduzir o consumo de água com pequenos hábitos e 28,2% dos servidores “frequentemente” tem essa atitude.

Em relação ao consumo consciente de água, foram realizadas três perguntas aos servidores ocupantes dos cargos de direção do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, durante a entrevista *on-line*, como disposto na Tabela 7:

Tabela 7 – Percepção do gestores quanto à adesão ao eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Água

Práticas sustentáveis para redução do consumo de Água	G1	G2	G3	G4
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?	A	A	A	A
A IFES dispõe de sistemas que aproveitem a água das chuvas?	A	NA	NA	NA
A IFES aproveita as reformas para implantar estrutura que permita o reuso da água servida em pias e lavadouros (água cinza) para alimentar descargas sanitárias (água negra)?	NA	NA	A	NA

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Em mais um quesito relacionado ao desenvolvimento de alguma ação de monitoramento e/ou redução do consumo de recursos naturais e bens públicos, no caso específico, a água, os gestores foram unânimes em afirmar que a instituição adere a essa prática sustentável.

A respeito das outras duas perguntas associadas ao consumo eficiente de água, três dos quatro gestores, ou seja, a maioria respondeu que a instituição não adere aos quesitos: disposição de sistemas que aproveitem a água das chuvas e

aproveitamento de reformas para implantar estrutura que o reuso da água. Esses fatos podem ser confirmados com as seguintes falas dos gestores:

Adere. Inclusive tem o projeto de reuso da água dos condicionadores de ar. [...] [sobre sistemas de aproveitamento de água da chuva] Aqui em baixo não [nas unidades sede e Cidade Alta]. Mas, acredito que lá em cima tem, na UEPE. – G1

Recentemente, a gente teve um monitoramento para ver onde tinha vazamento, [...]. Isso aí foi uma redução bem significativa de consumo de água. A gente usa também o nosso poço, tem uma água de poço que a gente usa para irrigação de plantas. [...] A gente está trocando muitas plantas que consumiam água por plantas menos exigentes de água. – G2

Inclusive a gente está tentando implementar um sistema de reuso, de captação e reuso de água para jardinagem, especialmente. [...] [sobre o aproveitamento de reformas para implantar estrutura que o reuso da água] Como é uma coisa que está sendo tratada agora, vou colocar que adere. – G3

A exemplo da energia, a fiscalização também faz todo esse trabalho de acompanhamento e sensibilização do gasto com água. – G4

Avaliando esses dados, observa-se que implementação de práticas sustentáveis para o uso eficiente de água, como sistemas para aproveitamento da água das chuvas e reuso de águas cinzas, são pontos passíveis de melhoria por parte da gestão do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Os gestores da instituição também foram indagados sobre outras ações sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”, como pode ser observado na Tabela 8:

Tabela 8 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – Outras ações

Práticas sustentáveis	G1	G2	G3	G4
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?	A	A	A	A
A IFES promove a racionalização e controle do uso da frota, evitando deslocamentos desnecessários e definindo procedimentos (escalas de saída, itinerário padrão, lotação mínima, etc.)?	A	A	A	A
A IFES realiza a manutenção preventiva dos veículos oficiais, conforme previsto no manual do fabricante?	A	A	A	A
A IFES utiliza softwares de gerenciamento de ligações telefônicas ou telefones tipo VOIP, com o intuito de reduzir as despesas telefônicas?	A	A	A	A

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Sobre o desenvolvimento de alguma ação de monitoramento e/ou redução do consumo de outros materiais e/ou recursos que possam causar impactos ambientais significativos, todos os gestores concordaram que a instituição adere a alguma prática,

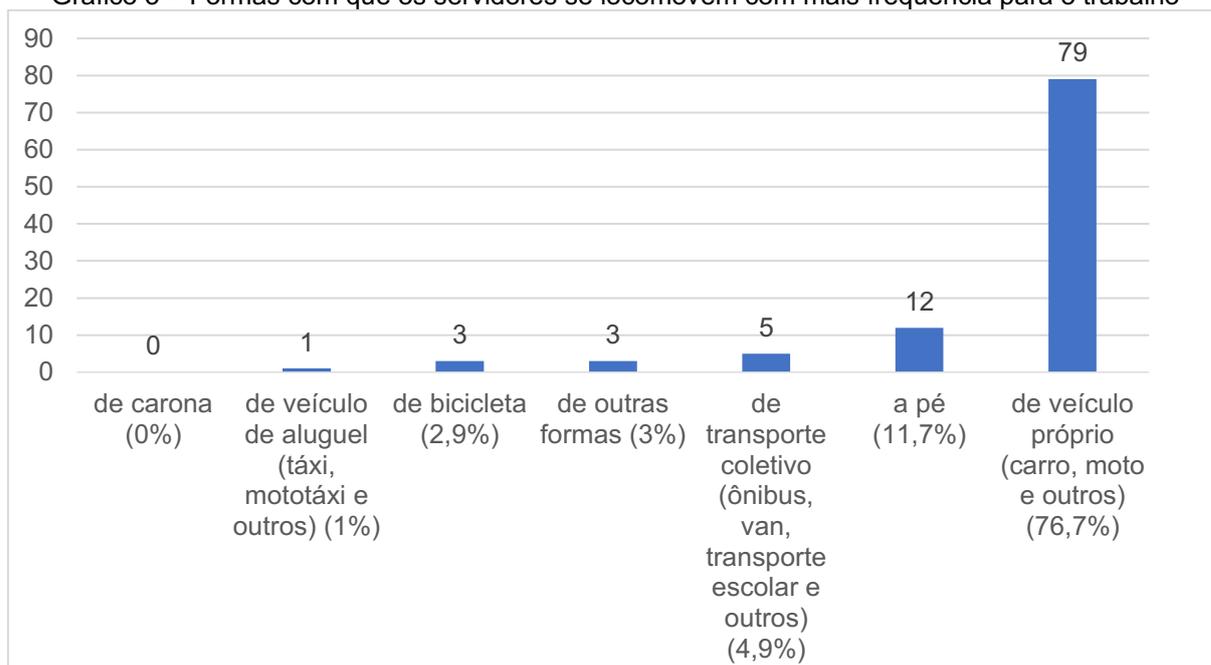
conforme os exemplos citados pelo G3: “Outros materiais de expediente, pinceis, materiais laboratoriais, reagentes, para se ter um melhor aproveitamento”.

Analisando-se a adoção de práticas sustentáveis para o consumo eficiente de ligações telefônicas, todos gestores informaram que, atualmente, a instituição utiliza o sistema de telefonia do tipo VoIP (Voz sobre Protocolo de Internet), e que, antes da sua implantação, era realizado controle de ligações telefônicas e campanha de conscientização para redução com despesas telefônicas. Sobre a implantação do sistema VoIP, o G4 destaca “Inclusive, o nosso *campus* foi pioneiro nesse desenvolvimento de telefonia tipo VoIP e é um dos que estão dentro do manual, em termos de rede, como um dos setores que estão disponíveis para ajudar outros campi na implantação do telefone tipo VoIP”.

Quanto ao uso racional dos transportes, para as duas questões da entrevista, houve unanimidade entre os gestores, os quais informaram que a instituição adere as ações sustentáveis de promoção da racionalização e controle do uso da frota (com a definição de procedimentos de escalas de saída, itinerário padrão, lotação mínima etc.) e de conservação dos veículos (com a manutenção preventiva dos veículos oficiais, conforme previsto no manual do fabricante).

Ainda sobre o uso racional dos transportes, no questionário *on-line*, perguntou-se aos servidores qual a forma de locomoção dos mesmos para o trabalho, sendo as respostas a esta questão sumarizadas no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Formas com que os servidores se locomovem com mais frequência para o trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como se pode analisar no Gráfico 3, observa-se que a maioria dos servidores (76,7%) se desloca para o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte utilizando veículo próprio, sendo pequena a parcela dos servidores que utilização outras formas mais sustentáveis para o deslocamento até o local de trabalho (a pé, transporte coletivo, de bicicleta). Percebe-se ainda que nenhum dos respondentes vão ao trabalho de carona e, apenas, 2,9% dos questionados utiliza bicicleta para ir trabalhar. Baseado na análise desses dados, pode-se interpretar que falta incentivo da instituição para que seus servidores utilizem formas mais sustentáveis de locomoção para o trabalho, como a utilização de bicicleta e a carona solidária.

Analizados os aspectos relacionados ao eixo temático do Programa A3P voltado para o “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”, coletados por meio do questionário *on-line* (para os servidores) e da entrevista (com os gestores), constata-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte desenvolve práticas sustentáveis referente a esse eixo, em consonância com as diretrizes organizacionais planejadas e definidas no PDI 2019-2023 do IFCE. Entretanto, evidenciou-se a existência de ações sustentáveis que precisam ser adotadas ou melhoradas, voltadas para o consumo eficiente de energia, papel, copos plásticos, água e transportes.

4.2.4 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Gestão adequada dos resíduos gerados”

Nesta subseção buscou-se identificar as práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático do Programa A3P voltado para a “Gestão adequada dos resíduos gerados”, o qual visa à reutilização dos materiais, à implantação da coleta seletiva e à destinação ambientalmente adequada dos resíduos (BRASIL, 2009, 2016; MMA, 2020c).

Objetivando-se apurar as práticas adotadas relacionadas a esse eixo temático, colocou-se uma pergunta no questionário *on-line*, aplicado junto aos servidores, tratando da frequência com que os respondentes adotam algumas ações sustentáveis, no ambiente de trabalho. Com base nas respostas obtidas, foram calculadas a frequência relativa e as medidas de tendência (mediana e moda) para cada ação sustentável. Esses dados estão descritos na Tabela 9:

Tabela 9 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Gestão adequada dos resíduos gerados"

Práticas sustentáveis	Frequência relativa (%)					Medidas de tendência	
	N	R	AV	F	S	Me	Mo
Separa os resíduos gerados dentro da instituição, utilizando adequadamente as lixeiras divididas por padrão de cores da coleta seletiva	2,9	8,7	22,3	37,9	28,2	4	4
Incentivo pelo IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro Norte de coleta seletiva e reciclagem.	4,9	26,2	43,7	16,5	8,7	3	3
Descarte adequado, por você, do lixo nas dependências do IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte, de acordo com o tipo de resíduo.	1,9	12,6	22,3	36,9	26,2	4	4
Reutilização, por você, de materiais no seu ambiente de trabalho.	0	4,9	22,3	41,7	31,1	4	4
Identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores.	7,8	19,4	32	32	8,7	3	3

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: N – Nunca; R – Raramente; AV – Às Vezes; F – Frequentemente; S – Sempre; Me – Mediana; Mo – Moda.

Também sobre o eixo temático “Gestão adequada dos resíduos gerados”, foi perguntado aos servidores ocupantes dos cargos de direção do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, durante a entrevista, as seguintes questões apresentadas na Tabela 10:

Tabela 10 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Gestão adequada dos resíduos gerados

Práticas sustentáveis	G1	G2	G3	G4
A IFES providencia para que todo o esgoto produzido pela unidade seja canalizado para a rede coletora do município ou seja tratado antes de ser liberado na natureza?	A	A	A	A
A IFES desenvolve e incentiva a política dos 5R's?	A	A	A	A
A coleta seletiva na IFES atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2005? (padrão de cores para as coletas seletivas)	A	A	A	A
A IFES realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006, para separar os resíduos na fonte e doar para cooperativas e associações de catadores?	A	NA	A	NA
A IFES possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?	NA	NA	NA	NA
Há destinação adequada a resíduos perigosos?	A	A	NA	A
Na IFES, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e defensivos agrícolas bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010)?	A	A	A	NA
A IFES manter lixeiras em pontos estratégicos que recolham apenas o material orgânico (não reciclável), destinando-o para a realização de compostagem na própria unidade ou para o serviço de coleta próprio para esse tipo de resíduo?	A	A	A	A
A IFES dispõe de comissão de desfazimento de bens, para identificação e avaliação dos bens que poderão ser objeto de desfazimento ou de transferência a outro órgão?	NA	NA	A	A
Na IFES é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)?	NA	A	NA	A

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Pelos dados coletados por meio do questionário *on-line*, observa-se que os servidores “às vezes” observam incentivo pelo IFCE – *campus* de Limoeiro Norte para coleta seletiva e reciclagem, conforme demonstra a mediana e moda de valor 3, na Tabela 9. Analisando os dados da frequência relativa, nota-se que a maioria (74,8%) das respostas ficou nos itens “às vezes”, “raramente” e “nunca”.

Todavia, nas entrevistas realizadas com os quatro gestores, todos confirmaram (Adere) que a instituição desenvolve e incentiva a política dos 5R's. Como já explicado na subseção 2.4.1 deste estudo, a política dos 5R's é um dos fundamentos dos eixos temáticos do Programa A3P, e se baseia no emprego de cinco verbos iniciados com a letra “R” (Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar) nos momentos de consumo de produtos, sobretudo aqueles que gerem impactos socioambientais negativos significativos (MMA, 2020c). No entanto, os gestores também pontuaram uma ressalva que o desenvolvimento e incentivo a política dos 5R's ainda é incipiente, a exemplo da fala da G1 “A gente não trabalha especificamente os 5R's. [...] Mas, eu sei que a gente trabalha com reciclagem, com reutilização, conforme já tem sido dito. Então, vou colocar que adere”.

Para tanto, como ainda é precário o desenvolvimento e incentivo da política dos 5R's, e como foi baixa a percepção dos servidores em relação ao estímulo da coleta seletiva e reciclagem pelo IFCE – *campus* de Limoeiro Norte, depreende-se um ponto passível de melhoria, com a realização de campanhas institucionalizadas da política dos 5R's, coleta seletiva e destinação para reciclagem.

A respeito de ações sustentáveis voltadas, especificamente, para coleta seletiva, as duas práticas consultadas com os servidores (1 – Separa os resíduos gerados dentro da instituição, utilizando adequadamente as lixeiras divididas por padrão de cores da coleta seletiva; 2 – Descarte adequado, por você, do lixo nas dependências do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, de acordo com o tipo de resíduo) apresentaram mediana e moda iguais a 4, significando que são práticas adotadas “frequentemente” pelos servidores. Encontra-se evidências desses dados, ao se consultar os valores da frequência relativa, na Tabela 9.

Ainda sobre a coleta seletiva, os gestores foram unânimes em informar que a instituição “Adere” a prática da separação pelo padrão de cores da coleta seletiva e “Não Adere” para a existência da Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006. Em outra pergunta sobre a coleta seletiva

solidária, estabelecida pelo mesmo Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006, as respostas dos gestores discordaram, com 50% para cada resposta possível (“Adere” ou “Não Adere”), apontando que, apesar da instituição promover a separação dos resíduos recicláveis, ela não realiza a doação dos materiais recicláveis para cooperativas e associações de catadores. Essas informações podem ser corroboradas nas falas dos gestores:

Eu não sei se a gente doa, mas a gente recebe da comunidade e separa. Então, eu acredito que se a gente separa, deve haver um link para doação. Por exemplo, das baterias, certamente, deve haver. – G1

Eu acho que não é feita essa doação. Não tem, porque eu acho que não tem nenhuma estrutura para ter essa separação [...] Eu desconheço. Acredito que não tenha. – G2

Infelizmente, hoje, a única entidade que faz trabalho de coleta seletiva fica na Cidade Alta. Ela tinha, tem muitas dificuldades para vir até, tipo, ela não vem até o Centro. Eles fazem a coleta mais no entorno da Cidade Alta. Mas, eu estava tratando disso, até no final do ano passado, [...] eu acho que foi a Justiça Federal que conseguiu uma moto com a carrocinha e doou para a cooperativa. Eles estão pegando materiais, agora, na Justiça Federal e no INSS. Eu vou firmar um contato com eles para estabelecer um ou dois dias na semana, para que eles passem lá no IF também, para poder levar e, claro, efetivamente fazer a separação do resíduo sólido e ele ser devidamente aproveitado. [...] A gente tem as lixeiras, a gente tem as campanhas, os professores costumam conversar com os alunos. A gente só, infelizmente, tem uma única cooperativa, com muita dificuldade de vir até o Centro. Mas, que está sendo tratado, para atender da melhor maneira possível. – G3

Nós temos distribuído no *campus* e nos anexos, as lixeiras padrões, de forma para que seja o descarte de forma seletiva, papel, plástico, vidro, material orgânico. – G4

Esse último trecho, extraído da entrevista com o G4, confirma e compactua com a resposta dada por todos os gestores, os quais informaram que a instituição “Adere” a prática de manter lixeiras em pontos estratégicos que recolham apenas o material orgânico (não reciclável), destinando-o para a realização de compostagem na própria unidade ou para o serviço de coleta próprio para esse tipo de resíduo.

Em relação à reutilização de materiais no ambiente de trabalho, os servidores responderam que “frequentemente” realizam essa prática, obtendo-se mediana e moda iguais a 4. Quando analisados os dados da frequência relativa, na Tabela 9, observa-se que 41,7% dos servidores “frequentemente” reutilizam materiais no ambiente de trabalho e 31,1% dos servidores “sempre” assumem essa prática.

A prática de reaproveitamento de materiais e resíduos ainda foi constatada nas respostas dos servidores à pergunta discursiva do questionário *on-line*, a saber: curso de alimentos: projetos voltados para aproveitamento de resíduos; reaproveitamento

de etanol e clorofórmio; por um tempo as sobras/restos dos alimentos da UAN eram usados para fazer adubo para o projeto de horta; aproveitamento dos resíduos de alimentos processados nas plantas pilotos de processamento de alimentos (curso superior e mestrado); utilizo resíduos orgânicos na produção de compostagem; projetos relacionados ao aproveitamento de resíduos; reaproveitamento de materiais e madeiras na unidade da UEPE. Analisando essas declarações de alguns servidores, evidencia-se ações sustentáveis de reaproveitamento de materiais e resíduos, sobretudo de orgânico para a prática de compostagem, por exemplo.

Sobre a destinação de dejetos, todos os gestores responderam, nas entrevistas, que a instituição envereda esforços para que todo o esgoto produzido pela unidade seja canalizado para a rede coletora do município. Todavia, dois servidores, por meio da pergunta discursiva do questionário *on-line*, alertaram para a destinação inapropriada dos resíduos dos laboratórios, conforme pode-se observar nas respostas: os resíduos dos laboratórios não têm um destino adequado, o que pode levar a contaminação das águas subterrâneas; [...], outro aspecto são os resíduos dos diferentes laboratórios do *campus*, que não tem o descarte apropriado, conforme legislação vigente.

Essa preocupação se verifica também com a discordância observada entre os gestores, ao responderem sobre a destinação adequada a resíduos perigosos, tendo um dos quatro informado que a instituição “Não Adere” a essa prática. Isto pode ser conferido nas declarações dos gestores:

Olha, eu digo que sim [destinação adequada a resíduos perigosos] porque eu trabalhei uma época num laboratório e todo, por exemplo, todo reagente, tóxico ou solvente, a gente pegava e colocava em frascos maiores para dar o destino adequado. Eu não sei para onde ele ia, mas tinha uma época que o pessoal vinha recolher. – G1

Por conta da gente, hoje, jogar no esgoto comum subproduto de análise, eu vou colocar não adere. Acho que, hoje, a gente deixa muito a desejar na destinação adequada de resíduos perigosos. – G3

Sim. Isso aí [destinação adequada de resíduos perigosos] nós temos o cuidado necessário. – G4

Ainda sobre a destinação adequada de materiais perigosos, não houve unanimidade entre os gestores com relação ao atendimento ao sistema de logística reversa, criado pela Lei nº 12.305 (2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos), para a devolução aos comerciantes, após o uso, de materiais e produtos (como pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus,

óleos lubrificantes e defensivos agrícolas bem como suas embalagens). Enquanto o G4 respondeu que a instituição “Não Adere” essa prática, os demais gestores afirmaram que a unidade adota essa postura, como observa-se nas declarações:

Eu vejo a coleta. Eu não tenho informações mais específicas sobre essa relação aí. Mas eu acredito que, se a gente coleta separado, deve ter o destino adequado. – G1

No caso, há muito tempo, a gente optou por não utilizar nenhum tipo de agrotóxicos [...] mas os agrotóxicos que ainda restavam foram devolvidos, foram alocados pela Adagri. É feito sim esse trabalho. Como também das embalagens. Lá em cima existem locais de recebimento, nesse sentido. – G2

Sim. Tanto pilhas e baterias, quanto a parte de pneus e lubrificantes. Sim. Nas manutenções, esses itens são comumente devolvidos. – G3

O descarte de materiais perigosos também foi tema de comentários divergentes coletados na pergunta discursiva, por meio do questionário aplicado junto aos servidores, a saber: [...] seriam necessárias ações no sentido de descarte de defensivos agrícolas, bem como fertilizantes com prazo de utilização vencidos [...]; separação do lixo infectante do lixo de escritório, separação e destino adequado de resíduos de metais contidos no amálgama de prata; reciclagem de pilhas.

Considerando a identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores, obteve-se mediana e moda iguais a 3, valor que pode ser interpretado como uma conduta que “às vezes” é percebida pelos servidores. Avaliando-se os dados das frequências relativa, tem-se que 32% “às vezes” percebem essa prática, e a mesma quantidade (32%) “frequentemente” notam essa ação.

Com relação à comissão de desfazimento de bens (para identificação e avaliação dos bens que poderão ser objeto de desfazimento ou de transferência a outro órgão) e a destinação adequada para os bens materiais inservíveis (classificados como ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável), houve discordância entre os gestores, com 50% para cada resposta possível (“Adere” ou “Não Adere”), conforme constatado nas falas deles:

Eu sei que tem sido estudada a viabilização dessa comissão. Mas ainda não tem. Até a última informação que eu tive, não tem. [...] Talvez os outros gestores cheguem dizendo que tem, que pode ser que já tenha sido implantada e eu não saiba. Isso aí é um problema. Vou colocar não adere. Inclusive, nas plantas de alimentos, a gente tem um ‘bucado’ de equipamento em desuso, que não foi avaliado. Enfim. As vezes eles ainda funcionam, só que o sistema de vapor não está mais funcionando [...] das plantas, e acaba que eles ficam encostados. Poderiam até ser reutilizados. – G1

Possui. Infelizmente, quando a comissão ia começar a trabalhar veio a pandemia. Mas, dispõe de comissão, sim, de desfazimento. [...] Vou colocar não adere, por conta da comissão de desfazimento ter demorado 10 anos para ser constituída e até hoje não conseguir, efetivamente, dar a destinação de nenhum equipamento. A gente tem equipamentos, lá na Cidade Alta, lá na Incubadora, tem três salas lá, que são um cemitério de computadores. [...] Embora a comissão exista, eu acho que 11 anos para se realizar o primeiro trabalho para comissão de desfazimento me parece muito tempo. – G3

Nós temos a comissão formada e, esse ano, a gente vai fazer o nosso primeiro edital de desfazimento de bens inservíveis, aqueles que não tem condição de ser aproveitado dentro da instituição, mas que pode, de repente, ser aproveitado de outras formas, nessas cooperativas de reciclagem, trabalho artístico, onde eles pegam muitos materiais e fazem seus trabalhos. – G4

Pelas falas, depreende-se que a instituição dispõe de comissão de desfazimento de bens, todavia, ainda aguarda a realização efetiva do trabalho da comissão, que é promover a destinação adequada dos bens materiais inservíveis (classificados como ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável), tornando-se mais um ponto de melhoria para a unidade.

Tratados os dados coletados referente ao eixo temático “Gestão adequada dos resíduos gerados”, apesar da instituição apresentar destaque quanto ao reaproveitamento de materiais e resíduos, infere-se que existem diversas práticas sustentáveis, relacionados ao eixo em análise, que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte necessita implementar, tais como: promover ações de incentivo para servidores sobre a política do 5R’s, a coleta seletiva e a destinação adequada para a reciclagem; formalizar a implantação da Coleta Seletiva Solidária, inclusive com a criação da Comissão; promover, de forma efetiva, a identificação e destinação adequada de bens materiais inservíveis; realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de resíduos perigosos, bem como de produtos e materiais do sistema de logística reversa. Além de serem implementadas de forma institucionalizada, essas práticas precisam ser divulgadas e estimuladas, a fim de se fomentar ações de redução do consumo e combate ao desperdício, assim como a adoção de mecanismos de destinação adequada dos resíduos gerados.

4.2.5 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”

Nesta subseção buscou-se identificar as práticas sustentáveis relativas ao eixo temático do Programa A3P voltado para a “Qualidade de vida no ambiente de

trabalho”. Este eixo engloba ações que objetivam o desenvolvimento pessoal e profissional, o bem-estar e a integração dos servidores no ambiente laboral. No Programa A3P, este tema divide-se em quatro tópicos: 1 – uso e desenvolvimento de capacidades; 2 – integração social e interna; 3 – respeito à legislação; e, 4 – condições de segurança e saúde no trabalho (MMA, 2020c).

Na perspectiva de se averiguar as práticas adotadas relacionadas a esse eixo temático, colocou-se uma pergunta no questionário *on-line*, buscando investigar a percepção dos servidores a respeito dos quatro tópicos que influenciam na Qualidade de vida no ambiente de trabalho. Com base nas respostas obtidas, foram calculadas a frequência relativa e as medidas de tendência (mediana e moda) para cada ação sustentável. Esses dados estão descritos na Tabela 11:

Tabela 11 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Qualidade de vida no ambiente de trabalho"

Práticas sustentáveis		Frequência relativa (%)					Medidas de tendência	
		N	R	AV	F	S	Me	Mo
Tópico 1	Aproveitamento eficiente, pela instituição, das habilidades do servidor.	0	13,6	50,5	33	2,9	3	3
	Autonomia dos servidores em suas atividades diárias.	0	6,8	17,5	57,3	18,4	4	4
	Estímulo à educação continuada e a capacitação.	1	20,4	26,2	40,8	11,7	4	4
Tópico 2	Existência de preconceitos no ambiente de trabalho.	23,3	31,1	33	11,7	1	2	3
	Promoção de atividades de integração no local de trabalho (que estimulem o convívio social).	2,9	37,9	37,9	19,4	1,9	3	2
Tópico 3	Respeito à liberdade de expressão.	0	10,7	20,4	46,6	22,3	4	4
	Respeito à privacidade pessoal.	0	2,9	15,5	52,4	29,1	4	4
	Tratamento imparcial a todos os servidores	1	11,7	38,8	30,1	18,4	3	3
Tópico 4	Promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer.	3,9	18,4	47,6	26,2	3,9	3	3
	Promoção de programas de orientação médica e nutricional	13,6	34	32	18,4	1,9	3	2
	Mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada (que oferecem conforto e que favorecem a postura física correta)	10,7	30,1	33	23,3	2,9	3	3
	Controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho (realização de horas extras)	9,7	14,6	36,9	26,2	12,6	3	3
	Manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada	1	3,9	13,6	57,3	24,3	4	4

As instalações do IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte são acessíveis e apropriadas às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	2,9	23,3	40,8	28,2	4,9	3	3
---	-----	------	------	------	-----	---	---

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: N – Nunca; R – Raramente; AV – Às Vezes; F – Frequentemente; S – Sempre; Me – Mediana; Mo – Moda.

Analisando os dados obtidos referente ao tópico 1 – uso e desenvolvimento de capacidades, observa-se que os servidores “às vezes” percebem o aproveitamento eficiente, pela instituição, das habilidades do servidor, conforme mostram a mediana e a moda iguais a 3. Nos valores de frequência relativa, encontra-se que metade dos participantes da pesquisa (50,5%) tem a percepção de que “às vezes” a instituição aproveita adequadamente as habilidades dos servidores, a segunda maior parcela (33%) dos pesquisados percebem “frequentemente” essa atitude da instituição.

As outras duas perguntas sobre uso e desenvolvimento de capacidades (1 – autonomia dos servidores em suas atividades diárias; 2 – estímulo à educação continuada e a capacitação) apresentaram mediana e moda iguais a 4, demonstrando que os servidores “frequentemente” percebem a instituição desenvolver essas ações. Encontra-se evidências dessas informações, ao se consultar os valores da frequência relativa, na Tabela 11.

Aos servidores ocupantes dos cargos de direção do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, nas entrevistas, realizou-se três perguntas relacionadas ao uso e desenvolvimento de capacidades, conforme exposto na Tabela 12:

Tabela 12 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho – Uso e desenvolvimento de capacidades

Práticas sustentáveis para uso e desenvolvimento de capacidades	G1	G2	G3	G4
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?	A	A	A	A
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?	A	A	A	A
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?	A	A	A	NA

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Como observado na Tabela 12, para as três questões houve discordância apenas de um gestor (G4) referente a único quesito, sobre a percepção do significado do trabalho individual e coletivo, justificado com a seguinte declaração, do G4: “Não. Esse trabalho de desenvolvimento de percepção, de você se entender, o seu lugar na instituição, como trabalhador individual e coletivo, eu não vi esse programa de incentivo não”.

Nas demais perguntas, houve unanimidade entre os gestores em informar que a instituição “adere” ações de incentivo ao desenvolvimento e capacitação dos servidores. Todavia, houve algumas considerações críticas, como pode ser observado nas respostas dos gestores:

[Sobre incentivo ao desenvolvimento e capacitação de servidores] Sim. A gente sempre incentiva a capacitação. Inclusive com liberações e editais para esse tipo de ação. – G1

[Sobre o aproveitamento das habilidades individuais e coletivas] A partir do momento que a gente incentiva a participação de um funcionário, por exemplo, que gosta de trabalhar com música, a tocar numa banda, a se apresentar dentro da instituição. Ou então, outro funcionário que gosta da parte cultural a participar de evento cultural, da decoração. Então, eu acho que a gente estimula sim. Agora assim, apesar da gente estimular em termos de incentivo e convite, eu acho que falta um pouquinho de reconhecimento em termo de carga horária. – G1

[Sobre autonomia das atividades a serem desenvolvidas] É sim. Eu acho que é estimulado. Porque o serviço público, ele é burocrático mesmo, ele é engessado, às vezes. E pode ter aquela questão de alguns servidores [...] acharem que podem desempenhar mais. Mas, às vezes, não dá para fugir muito do que é o serviço. Mas eu acho que é estimulado a iniciativa. [...] Acho que é incentivado até mesmo aquela questão da gente procurar a nossa capacitação, tem os incentivos, diárias, paga os cursos, alguns cursos são pagos, tem auxílio e tudo. – G2

[Sobre o aproveitamento das habilidades individuais e coletivas] Existe sim essas campanhas. Eu sempre vejo que estão fazendo essas movimentações, principalmente dos técnicos-administrativos, de setores. Eu acho que é uma forma de ver se a pessoal está satisfeita ou não. [...] Na parte de professor, eu vejo muito que se tenta adequar a questão de horário, de disciplinas. [...] Eu mesmo, praticamente 11 anos que sou professor do Instituto Federal e nunca passei por um perrengue desse de uma sobrecarga muito grande de trabalho. – G2

[Sobre incentivo ao desenvolvimento e capacitação de servidores] Inclusive a gente teve o edital agora de ressarcimento, e ninguém se inscreveu. Vai sair outro edital, agora, voltando o recurso integralmente para realização de participação de cursos, eventos e palestras. – G3

[Sobre o aproveitamento das habilidades individuais e coletivas] Tendo que essa crítica em relação ao aproveitamento das habilidades pré-adquiridas ou inerentes para alocação de servidores em alguns setores. Os assistentes em administração, especialmente os que a gente recebeu, por último, [...] eu conversei com ambas, a gente tinha necessidades a atender, e ambas foram alocadas nos setores em que poderia haver melhor, maior proveito. [...] Embora eu entenda que a gente deixa a desejar nesse aproveitamento, dada a situação e o contexto atual, eu vou colocar que adere sim. G3

[Sobre incentivo ao desenvolvimento e capacitação de servidores] Sim, nós temos realmente. Também deixa um pouco a desejar. Mas, tem essa preocupação, e nós temos um cronograma de treinamentos, de capacitação, anualmente. Muitas vezes, *in company* ou então individualmente, fornecido pelo próprio *campus*. – G4

Pela leitura das falas dos gestores, assim como observado nos dados coletados junto aos servidores, a instituição promove o incentivo ao desenvolvimento e capacitação dos servidores e autonomia nas atividades desenvolvidas, no entanto, ainda são falhas as estratégias que levem os servidores a perceberem o aproveitamento das habilidades individuais e coletivas.

Referente ao tópico 2 – integração social e interna, pelos dados da Tabela 11, observa-se que os servidores “raramente” percebem a existência de preconceitos no ambiente de trabalho, de acordo com a mediana (= 2) obtida. Quando analisados os dados de frequência relativa, a maior quantidade de servidores (33%) “às vezes” percebe a existência de preconceitos no ambiente de trabalho, enquanto 31,1% e 23,3% dos respondentes “raramente” e “nunca”, respectivamente, perceberam atitudes preconceituosa no trabalho.

Em se tratando da promoção de atividades de integração no local de trabalho (que estimulem o convívio social), os servidores responderam que “às vezes” percebem essa prática, conforme mostra a mediana igual a 3. Avaliando-se os dados de frequência relativa, encontra-se duas parcelas iguais de respondentes (37,9%) informando que “raramente” e “às vezes” percebem a promoção de atividades de integração no local de trabalho.

Em relação a integração social e interna, realizou-se quatro perguntas aos gestores do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, nas entrevistas, como exposto na Tabela 13:

Tabela 13 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho – Integração social e interna

Práticas sustentáveis para integração social e interna	G1	G2	G3	G4
A IFES incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?	A	A	A	A
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?	A	A	A	A
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?	A	A	NA	A
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais?	A	A	A	A

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Sobre o incentivo e promoção de integração social interna e externa, por meio da ausência de preconceitos, os quatro gestores responderam que a instituição “adere” essa prática, compactuando com as respostas dos servidores, os quais informaram que “raramente” percebem a existência de preconceitos no ambiente de trabalho.

Durante as entrevistas, ao responderem essa questão, os gestores pontuaram a existência e atuação de núcleos (NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas; NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas), no combate aos preconceitos. Inclusive, um gestor (G3) registrou que está em fase de criação e implantação de um núcleo que visa dirimir qualquer tipo preconceito de gênero, o NEGED – Núcleo de Estudos sobre Gênero e Diversidades. Ressalta-se que a existência e atuação desses Núcleos está em conformidade com as diretrizes organizacionais planejadas e definidas no PDI 2019-2023 do IFCE.

A respeito do incentivo e promoção da integração social interna, das três perguntas feitas (integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa, senso comunitário, promoção dos relacionamentos interpessoais), obteve-se a confirmação dos gestores que a instituição “adere” a essas práticas, com exceção de apenas um gestor (G3) em uma única ação (senso comunitário). Para tanto, o G3 apresentou a seguinte justificativa:

Eu vou colocar que não adere, porque eu acho que a gente não faz, ou praticamente, faz muito pouco [...] não é uma política institucional. Alguns cursos tem, mas puxado pelos professores. Então alguns cursos têm esse senso comunitário e outros não, eu diria que até a maioria não. Então, já que não é algo em nível institucional, vou colocar que não adere. – G3

As demais declarações dos gestores apontam que a instituição promove ações e eventos de integração social interna, a exemplo do que se pode constatar nas seguintes falas:

Inclusive a gente sempre tem esse tipo de evento [de integração entre os servidores] no pátio. – G1

[Promoção dos relacionamentos interpessoais] Tanto nos eventos, nas conversas internas, e nos discursos dos gestores a gente vê bastante isso. – G1

A gente sempre tem eventos, sempre tenta aí captar datas comemorativas com alguns eventos, com algumas coisas. A gente teve, acho que, deu até saudade, a gente teve, em 2019, [...], teve um grande São João na nossa garagem, no nosso estacionamento. Rapaz, muito bom aquilo dali, aquele movimento. A gente tem uma festinha de final de ano. – G2

[Promoção dos relacionamentos interpessoais] Sempre vai haver conflitos. Você juntou dois seres humanos vai haver conflito. [...] A questão é uma pessoa que você ainda não conhece ainda, um colega e tudo. E vai muito do respeito. [...] Se você tem uma chefia imediata, se você tem um diretor, um chefe de departamento que lhe respeita, isso é efeito cascata. Aí os servidores de uma forma geral, se autorrespeitam. Eu acho que é muito complicado a gente viver num local em que não tem esse respeito mútuo, em que é desvalorizado o trabalho. [...]. Não estou dizendo que o *campus* é perfeito, [...] questões de desentendimentos, alguma coisa assim, mas é, de

uma forma geral, é tentado solucionar, principalmente as gestões que passaram, elas sempre se colocaram aí para solucionar isso daí. – G2

No entanto, alguns gestores também pontuaram algumas necessidades de melhorias, como a promoção de mais eventos de integração social, inclusive como política institucional, bem como o retorno da realização desse tipo de ação, considerando-se o atual cenário, no qual a maioria dos servidores estão em trabalho remoto, em virtude da pandemia de Covid-19. As necessidades de melhorias podem ser evidenciadas nas seguintes declarações:

[...] Uma coisa, parece ser simples, mas é bem interessante, eu queria que tivesse mais, que a gente se limita muito ali a aquele momento, é a questão do café, do café que é feito nos Encontros Pedagógicos, só tem duas vezes, por semestre. Aquele café é tão interessante. Se fosse uma política institucional, falando agora como servidor, não como gestão, fosse uma política institucional de ter uma vez por mês, um café coletivo. É muito bom essa troca de informação, aquele bate-papo. É bom porque às vezes pelo dia a dia, pelo horário de aulas, você não encontra todos ali. Você tem uns professores que vão mais à tarde, mais à noite, por causa dos horários, outros pela manhã. [...] Tem essa promoção. É pouco. Queria que fosse mais. – G2

A gente não está conseguindo fazer agora, por conta da pandemia. Mas tem a intenção de voltar a realizar eventos com Programa de Qualidade de Vida, aniversariantes do mês, e coisas do tipo. E datas comemorativas, especialmente. – G3

Sim nós temos, que também é um fator a ser melhorado. Mas nós temos a integração, nós temos o show de calouros. Temos a integração de alguns eventos, o Dia da Mulher. – G4

Depreende-se que essas necessidades de melhorias nas ações de incentivo e promoção da integração social interna, apontadas por alguns gestores, podem justificar a baixa percepção (entre “raramente” e “às vezes”) dos servidores com relação às atividades de integração no local de trabalho.

Considerando o tópico 3 – respeito à legislação, em virtude da mediana e moda obtidas, com valor igual a 4, observa-se que os servidores percebem “frequentemente” o respeito à liberdade de expressão e à privacidade pessoal, no ambiente de trabalho. Enquanto no quesito tratamento imparcial a todos os servidores, para o qual obteve-se mediana e moda iguais a 3, nota-se que os servidores “às vezes” percebem essa conduta.

Aos quatro gestores, durante as entrevistas, também se perguntou sobre os três quesitos a serem observados em relação ao tópico 3 – respeito à legislação. Todos os gestores confirmaram que a instituição “adere” essas práticas, com exceção

apenas de um gestor (G4) em uma única ação (tratamento impessoal), conforme pode ser analisado na Tabela 14:

Tabela 14 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho – Respeito à legislação

Práticas sustentáveis para respeito à legislação	G1	G2	G3	G4
A IFES incentiva e respeita a liberdade de expressão?	A	A	A	A
A IFES incentiva e respeita a privacidade pessoal?	A	A	A	A
A IFES incentiva e respeita o tratamento impessoal?	A	A	A	NA

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Para ilustrar as respostas, veja-se algumas declarações dos gestores sobre esses quesitos:

[Sobre privacidade pessoal] Olha acredito que sim. [...] porque é uma resposta pessoal. Nunca vi nem me senti desrespeitada com relação à minha privacidade. – G1

[Sobre tratamento impessoal] Sim. Incentiva e respeita sim. Apesar de que a gente não pode controlar tudo. Talvez, tenha algum caso de alguém que não observou isso. Mas acho que são casos pontuais. Mas o IF em si incentiva e respeita. – G1

[Sobre liberdade de expressão e tratamento impessoal] Sim. Sim. Nós temos aí, dentro da medida do possível, dentro do *campus* nós temos pessoas com ideologias diferentes e convivem, trabalham juntos. O *campus*, o *campus*, de uma forma geral, de uma instituição pública, ela tem que ter esse respeito. Tem que respeitar ideologias. Ela tem que respeitar credos diferentes. Tem que respeitar históricos diferentes. [...] Isso faz muito parte da preocupação de nós, gestores. Os gestores não podem, em nenhum momento, tanto por dentro da nossa lei do serviço público, a impessoalidade tem que reinar, a imparcialidade tem que reinar dentro da instituição. Quando você é impessoal, quando você é imparcial, você também promove justiça, justiça social. Justiça dentro do ambiente de trabalho. – G2

Pelas falas dos gestores, inclusive, demonstrando ser uma preocupação dos próprios gestores, denota-se que a instituição preconiza e respeita a liberdade de expressão, a privacidade pessoal e o tratamento imparcial, apontados por Camargo (2018) como elementos a serem observados, quando se tem o objetivo de implantar a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Entretanto, referente ao tratamento imparcial, considerando os dados colhidos junto aos servidores (mediana e moda igual a 3, representando que “às vezes” os servidores percebem essa prática), a resposta “Não Adere” de um gestor e o comentário de outro gestor (que informou poder haver “casos pontuais”), infere-se que, em algum momento, algum servidor pode ter identificado alguma conduta que não se enquadra em tratamento imparcial. Tornando-se um fator que, ainda, precisa de atenção por parte da gestão.

Concernente ao tópico 4 – condições de segurança e saúde no trabalho, cinco dos seis pontos analisados apresentaram mediana igual a 3, demonstrando que são ações que os servidores “às vezes” percebem. A única questão que apresentou mediana 4, assim como a moda igual a 4, foi sobre a manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada, representando que os servidores “frequentemente” percebem essa prática.

Outro item a ser destacado do tópico 4 é o que questionou sobre promoção de programas de orientação médica e nutricional, pois apresentou moda igual a 2, significando que o maior número de servidores (34%) “raramente” percebe essa prática.

Ainda sobre o tópico 4 – condições de segurança e saúde no trabalho, considerando-se as respostas dos gestores, durante as entrevistas, em linhas gerais, é possível detectar que as ações pertinentes a este tópico são escassas, sobretudo, porque apenas duas das dez perguntas apresentaram concordância entre os quatro gestores, com a confirmação de que a instituição “Adere” às práticas de se preocupar com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas, e de controlar a jornada de trabalho. Esses dados podem ser conferidos na Tabela 15.

Tabela 15 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho – Condições de segurança e saúde no trabalho

Práticas sustentáveis para condições de segurança e saúde no trabalho	G1	G2	G3	G4
A IFES oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e bolsistas?	A	A	A	NA
A IFES atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?	A	A	NA	NA
A IFES possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas?	A	A	A	A
A IFES possui uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)?	A	NA	NA	A
A IFES promove educação e ações de prevenção de acidentes de trabalho?	NA	A	NA	NA
A IFES possui controle da jornada de trabalho?	A	A	A	A
A IFES possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?	A	A	NA	NA
Os ambientes da IFES, especialmente os de trabalho, são salubres?	A	A	A	A
A IFES possui programa de saúde ocupacional?	A	A	NA	NA
A IFES possui programa de orientação nutricional?	A	A	NA	NA

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Sobre o oferecimento de atividades de ginástica ou atividade semelhantes aos servidores e bolsistas, embora três dos quatro gestores tenham marcado que a instituição “Adere” à essa prática, foram levantas ressalvas nas declarações dos gestores:

Aos bolsistas, acho que não tem. Eu lembro que tem o Programa de Qualidade de Vida para nós servidores [...]. Não é uma coisa constante. Poderia até ser mais constante. Mas não tem uma coisa semanal e tudo. [...]. Mas, para discentes, os bolsistas de forma geral, eu acho que não tem. – G2

Não adere. Assim, já teve. Mas, eu não vi como prática. [...] Então, se não tem mais. Mas, já teve. Eu não estava no *campus*, mas eu sei do histórico, já teve. Mas não tem mais essa prática. – G4

Com relação ao atendimento a todas as exigências de acessibilidade, em todas as instalações da unidade, os gestores pontuaram que existem algumas adaptações nos ambientes institucionais que precisam ser feitas, inclusive nas falas dos gestores que marcaram “Adere” para esse quesito:

Eu colocaria parcialmente, em termos de exigências mínimas a gente tem. A gente tem rampa, dispõe de cadeira de rodas, se for o caso, de muleta. Mas, eu acho que todo o sistema é muito mal estruturado, acho desconfortável. Então, eu vou botar adere, mas deixando registrado que pode melhorar. – G1

É feito constantemente essas atualizações de acessibilidade, justamente porque é um dos pontos que é avaliado da instituição nos critérios do MEC. Tenta-se adequar [...] busca-se atender a todos. – G2

Eu tenho uma ressalva quanto aquela rampa do bloco 10, mas eu vi um laudo que dizia que ela era acessível, então eu vou marcar que adere sim. Apesar de achar que a inclinação não está adequada, eu acho aquela rampa muito íngreme. Estava até vendo [...] se não era o caso de refazê-la [...], porque vai ter que disponibilizar salas de aulas nos térreos. [...] levando em consideração as passagens elevadas, as rampas. [...]. Não. Eu acho que vou marcar não adere, lembrando, especialmente, dos banheiros. A gente não tem banheiros adaptados e acessíveis ao público cadeirante, nem permanente, nem provisório a pessoas com uso da cadeira. Nem a correta aplicação de piso tátil e de outros itens de identificação. Não. Vou colocar que não adere. Como coloca todas as exigências, vou colocar que não adere. – G3

Não. Todas as exigências não. Vamos supor, lá na Cidade Alta nós não temos o piso tátil. Então, só aí já quebra a corrente. – G4

No quesito preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas, apesar de haver unanimidade entre os gestores em informar que a instituição “Adere” à essa prática, existem alguns pontos que requerem observação por parte da instituição para que seja cumprido a contento, podendo, inclusive, refletir na melhor percepção pelos servidores (mediana e moda iguais a 3, demonstrando que “às vezes” os servidores percebem a preocupação da instituição com relação à ergonomia). Denota-se essas possíveis melhorias nas seguintes declarações dos gestores:

Olha, quando fala de ergonomia, eu acho que a gente pode melhorar. Eu vou botar adere, aqui, mas também é parcial. Por exemplo, a gente tem separações dos nichos, mas eu acho que pode melhorar ainda. Mas, a gente

adere. Distribuição de novas cadeiras, adaptação das cadeiras adequadas pros ambientes, a gente faz. – G1

Numa forma geral, todo material que está sendo adquirido tem-se essa preocupação. Porque a gente tem uma herança grande que foi do CENTEC³, e algumas coisas não estavam adequadas às normativas. E, por questão mesmo de recurso, a gente não tem como trocar tudo. Mas, eu acredito que, em grande parte, a gente se adequa a essas normativas de ergonomia. – G2

Em relação à existência de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), dois gestores afirmaram que a instituição dispõe de equipe. Porém, depreende-se, das falas dos gestores, que a atuação da comissão precisa ser revista:

Olha, tem. Tem. Inclusive a gente tem também, acho que é até a CIPA que está trabalhando junto com a CISP, nessa questão do retorno. [...] Eu estou dizendo é no “eu acho”. Porque eu sei que, quando a gente vai avaliar as questões da insalubridade, tem que passar pela CIPA, e a gente tem. Eu me lembro que, quando eu estava na coordenação, enviava algumas coisas. [...] Eu não sei se é uma CIPA, tipo por núcleo, por grupo, mas eu sei que a gente tem esse serviço. – G1

Tem? Eu acho que não. Não conheço. – G2

Pois é. A CIPA atualmente, eu acho que num prédio em que trabalham mais de 100 pessoas deveria ter CIPA, né? [...] até chamou atenção para uma coisa interessante aqui, vou até tomar nota aqui, porque eu acho que a gente deveria ter. A gente está atrasado no mapa de riscos. Um negócio que é até mais simples. O último que eu vi lá, eu acho que é de 2010, acho que é da fundação do IF. – G3

Sim. Temos a comissão formada. [...]. Foi adotada, eu acho que em 2018, não, 2019. [...] Tem que achar essa portaria pra gente resgatar isso aí. – G4

Sobre a promoção de educação e ações de prevenção de acidentes de trabalho, três gestores afirmaram que a instituição não promove campanhas e reuniões com esse intuito. Apenas um gestor assegurou que a instituição adota essa prática. Todavia, pela declaração do gestor, evidencia-se que essa ação se restringe às disciplinas dos cursos para os discentes, sem que exista uma ação institucional voltada para os servidores. O gestor também fala sobre os mapas de riscos nas salas, entretanto, pela exposição de outro gestor (G3), na questão anterior sobre a CIPA, descobre-se que está desatualizado este mecanismo de segurança e prevenção de acidentes de trabalho:

É feito. Eu acho que o [...] fez até um trabalho lá na UEPE. [...]. Nas disciplinas também a gente repassa, praticamente todos os cursos tem disciplina de segurança do trabalho. E se a gente observar nas salas de aulas, não sei se já foi renovado e tudo, tem um gráfico mostrando quais são os riscos que tem

³ CENTEC é a sigla do Instituto Centro de Ensino Tecnológico, instituição pública de nível estadual que precedeu o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, no prédio onde hoje é a instituição.

naquela sala, risco baixo, risco alto, nos laboratórios também. Então, tem esses quadros. – G2

Em se tratando do controle adequado da jornada de trabalho, identifica-se uma discrepância em relação ao afirmado por todos os quatro gestores (que a instituição “Adere” à essa prática, com o registro da frequência) e o pontuado pelos servidores (pelos quais obteve-se mediana e moda iguais a 3, significando que os servidores “às vezes” percebem essa prática). É provável que tenha ocorrido alguma confusão em alguma das partes analisadas, como se observa na declaração de um gestor (G2), ao responder esse questionamento durante a entrevista: “Não. Eu acho que... existe? Não sei. A gente aqui, os horários são 40 horas semanais e pronto. Acho que o próprio servidor faz esse controle e pronto. Não temos essa questão de hora extra.” – G2. Ou, pode ser que a baixa percepção dos servidores em relação ao controle da jornada de trabalho esteja associada ao trabalho remoto. É uma questão que precisa ser melhor trabalhada pelos gestores, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho (realização de horas extras).

Referente à existência de grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas), dois gestores confirmaram que a instituição dispõe de equipe. Porém, pelas declarações dos mesmos dois gestores, deduz-se que, de fato, não existe a formação de um grupo especializado/capacitado para atuar, especificamente, no apoio a neuroses:

A gente tem grupo especializado, mas eu não sei se eles trabalham. Assim, eu não vejo muita campanha sobre drogas, eu vejo mais campanhas sobre ansiedade, transtornos mentais, e tal. Mas, a gente tem um grupo apropriado. [...] A gente tem equipe, só não foi feito nada nessas especificidades aí. – G1

Tem o pessoal da Comissão, da Coordenação de apoio ao estudante. Faz campanhas e tudo. E quando faz campanha para os estudantes, conseqüentemente faz também para gente. Durante os encontros pedagógicos, eu lembro que já teve palestras com psicólogos e tal. Campanha antitabagismo, também já lembro que tem aí. – G2

Para a questão sobre a salubridade dos ambientes de trabalho, os gestores foram unânimes em abonar as condições salubres dos espaços laborais da instituição. Essa constatação corrobora com a percepção dos servidores, obtida por meio do questionário, com mediana e moda iguais a 4, através do qual se captou que os servidores percebem “frequentemente” a manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada.

Ainda assim, ressalta-se que a instituição dispõe de ambientes que requerem mais atenção, como laboratórios, bem como o desempenho de atividades insalubres, como pode ser visto nos seguintes trechos das entrevistas com os gestores:

Olha eu vou botar adere, porque eu estou pensando na administração. Mas, por exemplo, quando a gente pensa num laboratório de usinagem, laboratório de química, assim, eles são ambientes perigosos que requerem um cuidado maior. Mas, os cuidados são instruídos, a gente tem, por exemplo, extintor, sistema de exaustão para os reagentes tóxicos. Então, adere. – G1

São, eu acho que não adoce muito a gente não. Essa parte ergométrica, foi feito aí, uns quatro anos atrás, eu acho que três ou quatro anos, uma substituição total de cadeiras pros servidores, por cadeiras mais confortáveis. Mais confortável que as daqui de casa. Eu estou sentindo saudade das cadeiras lá, das poltronas que a gente tinha. São iluminados. De uma maneira geral, tenta manter o ar-condicionado limpo, tem a manutenção. – G2

Sim. Vou colocar que adere sim. Assim, tem sempre críticas a estrutura e a melhor adequação dos espaços, mas eu diria que sim, que os ambientes são salubres. E naqueles ambientes em que não existe a salubridade há de se retribuir adequadamente. Até porque, não que o ambiente seja insalubre, mas a atividade desempenhada é insalubre. A gente não tem uma atividade perigosa, tanto que no *campus* ninguém recebe periculosidade, mas a gente tem insalubridade de grau máximo, eu acho, para alguns laboratórios. – G3

Considerando a existência de programas de saúde ocupacional e de orientação nutricional, observa-se que houve divisão, pela metade, entre os gestores. Os dois gestores que admitiram a existência dos programas apresentaram os seguintes argumentos:

[Saúde ocupacional] Eu acho que a gente tem, porque tem a avaliação dos riscos, a questão da insalubridade. Então eu vou botar que tem. Mas, é uma informação não muito embasada. – G1

[Orientação nutricional] Sim, inclusive nós temos nutricionista na instituição e campanhas do curso de Nutrição. – G1

[Orientação nutricional] Eu lembro que tem um laboratório de Nutrição e temos uma nutricionista que acompanha o cardápio dos discentes. Mas, eu não sei se tem um consultório. Eu acho que até vi, que tem um laboratório na parte da Nutrição. O pessoal da Nutrição tem um laboratório nutricional. E tem durante [...] feiras, de uma forma geral, já teve de uma disciplina, [...], que eles colocaram os alunos para fazer vários testes. [...] Eu acho que é mais nesse perfil durante as campanhas que são feitas. – G2

Ao analisar-se as falas dos gestores, nota-se que a declaração sobre a existência do programa de saúde ocupacional não foi confirmada. Já os trechos sobre o programa de orientação nutricional não especificam a existência de um programa, propriamente dito, limitando-se a informar sobre a disposição de uma nutricionista (que desempenha a função voltada para os discentes) e as ações acadêmicas (campanha, laboratório, feiras) de alunos e docentes do curso Nutrição.

Outro trecho que corrobora a existência de programa de orientação nutricional voltado, somente, para os discentes encontra-se no depoimento do gestor G4:

[Orientação nutricional] Voltada pra toda comunidade, não. Mas, assim, para todos os discentes, acredito que nós tenhamos, com certeza, um programa de orientação nutricional. Mas, voltado para os discentes, por conta da merenda escolar, do almoço do integrado. Mas, a nível como campanha educacional, institucional, da comunidade como um todo, porque a comunidade é os discentes, os docentes, os técnicos-administrativos. Então, eu vejo só pra parcela voltada para os discentes. Não vi nenhum tipo de trabalho, campanha voltada para esse tipo de conscientização voltada para servidores. [...]. Então, não adere. – G4

Essas informações se associam com os dados obtidos junto aos servidores, os quais apresentaram a percepção de que “às vezes” (mediana igual a 3) identificam a promoção de programas de orientação médica e nutricional por parte da instituição, sendo que, com moda obtida igual a 2, o maior número de servidores (34%) “raramente” percebe essa prática. Sendo assim, compreende-se que a instituição precisa criar e desenvolver programas de saúde ocupacional e de orientação nutricional, com perspectiva a saúde dos servidores.

Ainda sobre temática ligada ao eixo “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”, por meio do questionário *on-line*, perguntou-se aos servidores com que frequência observavam que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte preocupa-se com a preservação dos elementos da natureza presentes na instituição, através de ações de arborização e paisagismo. Baseado nas respostas obtidas, foram calculadas a frequência relativa e as medidas de tendência (mediana e moda) para as duas ações sustentáveis, conforme exposto na Tabela 16:

Tabela 16 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis de preservação dos elementos da natureza presentes na instituição

Práticas sustentáveis	Frequência relativa (%)					Medidas de tendência	
	N	R	AV	F	S	Me	Mo
Arborização	2,9	5,8	36,9	33	21,4	4	3
Paisagismo	4,9	10,7	36	35	15,5	3	3

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: N – Nunca; R – Raramente; AV – Às Vezes; F – Frequentemente; S – Sempre; Me – Mediana; Mo – Moda.

Em relação às ações de arborização, analisando-se a mediana obtida com valor igual a 4, tem-se que os servidores “frequentemente” percebem essas práticas na instituição. Muito embora, em virtude da moda obtida, sendo igual a 3, a maioria dos servidores (36,9%) “às vezes” identificam as ações de arborização no *campus*. Enquanto as ações de paisagismo na instituição são percebidas “às vezes” pelos

servidores, conforme a mediana e moda iguais a 3. Esses dados demonstram que ainda há espaço para instituição trabalhar na divulgação das ações de promoção da preservação dos elementos da natureza presentes na instituição, de modo que possa influenciar na qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho.

Abordando outras questões ligadas ao eixo “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”, perguntou-se aos gestores sobre a disposição de pontos de coleta de sugestões e a promoção do hábito da leitura, como exposto na Tabela 17:

Tabela 17 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho – Outras ações

Práticas sustentáveis	G1	G2	G3	G4
A IFES dispõe de pontos de coleta de sugestões?	A	NA	A	A
A IFES promove o hábito da leitura?	A	A	A	A

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Os dois quesitos foram confirmados pela maioria dos gestores, apenas um gestor (G2) negou a existência de pontos de coleta de sugestões. É provável que o desconhecimento da prática tenha ocorrido em decorrência da pouca visibilidade dos pontos de coleta, ou da divulgação falha e falta de estímulo junto aos servidores, ou, ainda, da efetiva implementação dos pontos. Essas inferências são derivativas das respostas dos outros gestores:

Olha a gente tinha uma caixinha de coleta, e teve uma época que a gente coletava informações também pelo site. – G1

Eu vou colocar que sim, porque, assim, isso aqui inclusive era uma promessa, estava no plano da campanha, a colocação dessas caixas de sugestões. Que não foram implementadas até o momento, porque a gente não está tendo qualquer tipo de atividade presencial de maior vulto. Mas, como é algo que é entendimento nosso, que vai ser colocado, só não foi colocado ainda por conta da situação em que a gente se encontra, eu vou marcar que adere sim. – G3

Sim. Embora de maneira bem tímida, mas temos sim. – G4

Ao justificarem que a instituição promove o hábito da leitura, os gestores mencionaram ações como grupos de leitura, compartilhamento de livros (por meio de uma casinha, alocada na área de convivência, na qual a pessoa deixa o livro que já leu e pega outro, de modo a compartilhar), evento do dia do livro, incentivo aos públicos frequentarem a biblioteca.

Após toda a exposição desse cenário, mediante a percepção de servidores e gestores, revela-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte precisa implantar uma

política efetiva de qualidade de vida no ambiente de trabalho. Porquanto, não obstante tenham sido evidenciadas algumas iniciativas com êxito, como é o caso das práticas de incentivo ao “uso e desenvolvimento de capacidades” e de promoção ao “respeito à legislação”, as ações relativas aos tópicos “integração social interna” e “condições de saúde e segurança no trabalho” demonstraram-se escassas. Portanto, adverte-se para a necessidade de se direcionar maior zelo a essas dimensões (“integração social interna” e “condições de saúde e segurança no trabalho”) da qualidade de vida no ambiente de trabalho, ao tempo que amplia as ações associadas ao “uso e desenvolvimento de capacidades” e de “respeito à legislação”.

4.2.6 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Sensibilização e capacitação dos servidores”

Nesta subseção buscou-se identificar as práticas sustentáveis relativas ao eixo temático do Programa A3P voltado para a “Sensibilização e capacitação dos servidores”. Este eixo tem o objetivo de criar e/ou estimular uma consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos gestores e servidores, bem como fomentar uma política de capacitação para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais. Deste modo, este eixo visa promover mudanças de hábitos, comportamento e padrões de consumo de todos os servidores (BRASIL, 2009, 2016; MMA, 2020c).

Na perspectiva de se apurar as práticas adotadas relacionadas a esse eixo temático, colocou-se uma pergunta no questionário *on-line*, buscando investigar a frequência com que os servidores observam ações de sensibilização e capacitação no ambiente de trabalho. A partir das respostas obtidas, foram calculadas a frequência relativa e as medidas de tendência (mediana e moda) para cada ação sustentável. Esses dados estão descritos na Tabela 18:

Tabela 18 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático “Sensibilização e capacitação dos servidores”

Práticas sustentáveis	Frequência relativa (%)					Medidas de tendência	
	N	R	AV	F	S	Me	Mo
Promoção de campanhas de sensibilização de servidores sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício (de energia, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por <i>e-mail</i> e outros.	6,8	35,9	43,7	8,7	4,9	3	3

Promoção de palestras, reuniões, oficinas e exposições sobre a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho.	12,6	48,5	28,2	8,7	1,9	2	2
Divulgação de informativos sobre temas de sustentabilidade no ambiente de trabalho, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.	13,6	43,7	33	8,7	1	2	2

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: N – Nunca; R – Raramente; AV – Às Vezes; F – Frequentemente; S – Sempre; Me – Mediana; Mo – Moda.

Com base na análise dos dados da Tabela 18, percebe-se que são incipientes as práticas sustentáveis relacionadas à sensibilização e capacitação dos servidores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, uma vez que as medianas e modas obtidas só alcançaram os valores 3 e 2, denotando que essas ações, na visão dos respondentes, são empregadas “às vezes” e “raramente”. Quando se consulta os valores da frequência relativa, na Tabela 18, evidencia-se as dimensões dessas informações.

O eixo temático “Sensibilização e capacitação dos servidores” também foi estudado junto aos servidores ocupantes dos cargos de direção do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, durante a entrevista, com a realização das seguintes questões apresentadas na Tabela 19:

Tabela 19 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Sensibilização e capacitação dos servidores

Práticas sustentáveis	G1	G2	G3	G4
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnicos-administrativos?	A	A	A	A
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?	A	A	A	A
Na IFES, há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais?	NA	A	A	A
A IFES desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente?	A	A	A	A
A IFES promove a educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino?	A	A	NA	A
A IFES desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?	A	A	NA	NA
A IFES produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente?	A	NA	NA	A

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

As duas questões sobre o desenvolvimento de ações de sensibilização e capacitação com servidores (técnicos-administrativos e docentes) apresentaram respostas unânimes entre os gestores, confirmando que a instituição “Adere” as essas práticas sustentáveis. Alguns gestores informaram que isso ocorre “mediante eventos, palestras e incentivo à aquisição de cursos, por exemplo” – G1. Houve menção ao

Plano Anual de Capacitação (PAC), como uma política de incentivo à capacitação dos servidores.

Pelo que se pode observar dos comentários dos gestores, deduz-se que as respostas deles remetem a ações de capacitação em sentido abrangente, porém, almejava-se respostas direcionadas a ações de sensibilização e capacitação de servidores no tocante a práticas sustentáveis e questões socioambientais, tendo em vista que, conforme Dias (2014), a criação da consciência socioambiental é um fator primordial para o sucesso da implantação de práticas sustentáveis. A autora alerta ainda que a tarefa de sensibilizar é uma missão árdua, sendo assim, requer atenção constante.

Assim sendo, acredita-se que não seja possível comparar essas informações com os dados coletados junto aos servidores, que apresentaram baixa frequência (“às vezes” e “raramente”) de percepção das ações de sensibilização e capacitação em questões socioambientais no ambiente de trabalho. Sobretudo, ao se considerar as respostas dos servidores referente ao estímulo à educação continuada e a capacitação (tópico 1 – uso e desenvolvimento de capacidades, do eixo temático “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”), conforme a Tabela 11, na subseção anterior, para o qual obteve-se um bom nível de percepção (mediana e moda iguais a 4, demonstrando que os servidores “frequentemente” observam as ações de estímulo à educação continuada e a capacitação).

Sobre a existência de sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais, um gestor (G1) alegou que a instituição “Não Adere”, com a seguinte justificativa: “Eu vou botar que não adere, porque eu não passei por nenhuma sensibilização até agora” – G1. Outro gestor (G4), embora tenha confirmado que o *campus* “Adere” essa prática, classificou que essa sensibilização dos gestores ocorre “de forma tímida” – G4.

Apesar do foco dessa pesquisa está voltado para as práticas sustentáveis desenvolvidas nas rotinas administrativas, considerando-se as especificidades do objeto de estudo, em se tratando de uma instituição de ensino e, portanto, que dissemina o desenvolvimento sustentável também por meio da formação acadêmica, humana e cidadã dos estudantes (OLIVEIRA; GÓMEZ; CORREIA, 2020), como visto na seção 2.5, durante as entrevistas com os gestores, direcionou-se duas perguntas voltadas à sensibilização e educação dos estudantes.

Em relação ao desenvolvimento de sensibilização com o corpo discente, os gestores foram unânimes em confirmar que a instituição “Adere” essa prática. Enquanto em relação à promoção da educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino, houve um gestor (G3) que negou a adoção dessa prática por parte do *campus*, com o argumento de que isso não ocorre em todos os níveis de ensino: “Isso acontece mais fortemente no integrado e talvez nos cursos de tecnologia, acho que no superior, no mestrado e na especialização, a gente falha um pouco. Então, vou colocar que não adere, por conta dessa diferença entre os níveis.” – G3. Outro gestor (G1), embora tenha confirmado a realização da prática na unidade, pontuou que falta envolvimento da gestão na promoção da educação ambiental aos alunos, em todos os níveis, como se observa no trecho: “Vou botar adere porque a gente tem os eventos, que vão para todos os níveis. Mas, é aquela coisa que parte de baixo pra cima. Não é uma ação da gestão. Acho que falta uma ação da gestão em si.” – G1.

Referente às duas últimas práticas desse eixo, analisadas junto aos gestores (1 – desenvolvimento de ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição, abrangendo a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; 2 – produção e divulgação de material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente), houve divisão entre os gestores: duas respostas “Adere” e duas respostas “Não Adere”, nas duas questões. Todavia, os comentários dos gestores demonstram que as ações precisam de melhoria, sobretudo, com a implementação de programas institucionalizados para tratar da sensibilização da comunidade no entorno da instituição e da produção e divulgação de material educativo:

[Sensibilização da comunidade] Vou botar que adere, mas eu acho que ainda é muito tímida essas ações. Mas no momento, por exemplo, os pontos de coleta, não é divulgado via instituição, pela rádio [...]. Não. É um professor que fala "ali tem. ali tem coleta. vai lá deixar". Então, eu acho que falta uma divulgação mais robusta. – G1

[Material educativo] Eu acho que a gente não tem ainda uma editoração. É feito mesmo na questão de aulas e questão de eventos. Mas, livros, essas cartilhas. Acho que é feito alguma coisa com parceria, [...]. Então, é feito em parte esse tipo de coisa. – G2

[Material educativo] Eu vou botar que, lamentavelmente, não produz, porque eu acho que, apesar de que é um entendimento nosso, que passe a fazer isso, como a gente está falando da instituição, eu acho que a gente falha nesse sentido. Então, vou colocar que não adere. – G3

[Material educativo] Sim. [...]. Nós temos divulgações, tipo, se a gente for pensar, nós temos sensibilização contra o gasto da energia, da água, o

descarte dos materiais inservíveis. Juntando tudo isso, acredito que se tenha uma parte considerado campanha também. Embora sejam vários temas, juntando tudo. – G4

Destarte, por meio das análises dos dados coletados por esse estudo, não se identificou nenhuma outra ação relacionada a esse eixo temático, significando que a instituição precisa trabalhar na criação e disseminação da consciência socioambiental (DIMANTE; TAMBOVCEVA; ATSTAJA, 2016), para que, de fato, a implantação das práticas sustentáveis logre êxito. Como preconizado por esse eixo temático, a sensibilização e capacitação dos servidores em relação a questões socioambientais possibilitaria que os envolvidos internalizassem novas condutas nas rotinas de trabalho (até, do lar), implicando em transformações de hábitos, na ampliação da eficiência do trabalho, na redução de custos para a instituição e para a administração pública, conseqüentemente, minimizando os impactos ambientais (PEIXOTO, 2019).

Ainda concernente ao exame do eixo temático “Sensibilização e capacitação dos servidores”, considerando que o objetivo principal deste estudo é analisar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, procurou-se avaliar o grau de conhecimento dos servidores a respeito desse programa. Para tanto, utilizou-se uma Escala *Likert* de cinco pontos (1 = Nenhum conhecimento; 2 = Pouco conhecimento; 3 = Razoável conhecimento; 4 = Bom Conhecimento; e 5 = Grande conhecimento). As medidas de frequência relativa e de tendência (mediana e moda) foram calculadas com base nos resultados obtidos, encontrando-se expostas na Tabela 20.

Tabela 20 – Frequência relativa e medidas de tendência do grau de conhecimento dos servidores sobre o Programa A3P

	Frequência relativa (%) Grau de conhecimento					Medidas de tendência	
	Nenhum	Pouco	Razoável	Bom	Grande	Mediana	Moda
Programa A3P	45,6	33	13,6	4,9	2,9	2	1

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao se examinar a Tabela 20, constata-se o baixo grau de conhecimento dos servidores a respeito do Programa A3P, situando-se na linha do “pouco conhecimento”, conforme a mediana igual a 2. Muito embora, em virtude da moda obtida no valor igual a 1, a maioria dos respondentes tenha assinalado “nenhum conhecimento”, com 45,6% dos participantes.

Apesar de não fazer parte do roteiro utilizado durante as entrevistas, perguntou-se aos quatro gestores se eles tinham algum conhecimento do Programa A3P, dos quais, apenas um confirmou que já conhecia o programa.

Logo, verifica-se que servidores e gestores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, de maneira geral, têm pouco conhecimento referente ao Programa A3P. Considerando o baixo entendimento dos atores envolvidos a respeito do programa, se faz necessária a criação de estratégias que disseminem as diretrizes contidas nessa ferramenta, possibilitando a implantação efetiva do desenvolvimento sustentável na unidade, inclusive, em consonância com o planejamento estabelecido no PDI 2019-2023 do IFCE, no qual o Programa A3P figura como projeto estratégico, sendo prevista a pretensão do IFCE em realizar a adesão ao programa.

Nesse aspecto, as pesquisas de Gazzoni *et al.* (2018) e Peixoto (2019), ao estudar o grau de conhecimento sobre temáticas sustentáveis da comunidade acadêmica de duas Instituições de Ensino Superior (Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal Rural de Pernambuco, respectivamente), encontraram resultados semelhantes a esta pesquisa. Os dois estudos observaram que havia ampla deficiência no entendimento de servidores a respeito de tópicos de sustentabilidade (logística reversa, PLS, A3P, Agenda 21 e outros), destacando a necessidade de maior participação dos atores envolvidos, sendo necessária a implantação de uma política institucional voltada para o desenvolvimento sustentável (GAZZONI *et al.*, 2018; PEIXOTO, 2019).

Sintetizando, adverte-se que são escassas as ações de sensibilização e capacitação relativo a questões socioambientais, no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, assim como é limitado o conhecimento dos servidores e gestores a respeito do Programa A3P.

4.2.7 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Compras públicas sustentáveis”

Nesta subseção buscou-se identificar as práticas sustentáveis relativas ao eixo temático “Compras públicas sustentáveis”. Este eixo recomenda que a administração pública incentive a responsabilidade socioambiental por meio de compras e contratações (licitações públicas) de produtos e serviços (NISSINEN; PARIKKA-ALHOLA; RITA, 2009). Para tanto, defende que ocorra a inserção de critérios sociais,

ambientais e econômicos nos processos licitatórios (CAMELO; MONTEIRO, 2015; OLIVEIRA; GÓMEZ; CORREIA, 2020). Desse modo, tenta estimular fabricantes, fornecedores e servidores a promoverem a sustentabilidade socioambiental.

Na perspectiva de se apurar a adoção de práticas relacionadas a esse eixo temático, inseriu-se uma pergunta no questionário *on-line*, buscando verificar a frequência com que os servidores percebem que os materiais adquiridos pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte possuem padrões de sustentabilidade (provenientes de materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agriam menos o meio ambiente). Destaca-se que se abordou apenas um item sobre essa temática, no instrumento de coleta de dados, em virtude das suas especificidades técnicas, sobretudo, porque são poucos os servidores que trabalham diretamente com licitações públicas. A partir das respostas obtidas, foram calculadas a frequência relativa e as medidas de tendência (mediana e moda) para cada ação sustentável, conforme exposto na Tabela 21:

Tabela 21 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Compras públicas sustentáveis"

	Frequência relativa (%)					Medidas de tendência	
	N	R	AV	F	S	Me	Mo
Frequência com que os servidores percebem que os materiais adquiridos pelo IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte possuem padrões de sustentabilidade.	16,5	41,7	34	7,8	0	2	2

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: N – Nunca; R – Raramente; AV – Às vezes; F – Frequentemente; S – Sempre; Me – Mediana; Mo – Moda.

Considerando-se os valores da mediana e da moda iguais a 2, observa-se que os servidores “raramente” percebem que os materiais adquiridos pela instituição possuem padrões de sustentabilidade. Quando analisado os valores de frequência relativa, percebe-se que 92,2% dos participantes apresentaram baixa percepção (“nunca”, “raramente” ou “às vezes”) de padrões de sustentabilidade nos produtos adquiridos pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Ainda sobre o eixo temático “Compras públicas sustentáveis”, questionou-se aos gestores, nas entrevistas, as seguintes questões apresentadas na Tabela 22:

Tabela 22 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Compras públicas sustentáveis

Práticas sustentáveis	G1	G2	G3	G4
A IFES incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?	A	A	NA	A
É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável?	NA	A	NA	A

A IFES dá preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza?	A	A	A	A
Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras?	A	NA	A	A
A IFES dá preferência a produtos biodegradáveis, principalmente os do ramo da higiene e limpeza?	A	NA	A	A
A IFES dá prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...)?	A	A	A	NA
A IFES adquire produtos reciclados?	A	A	A	A
A IFES observa a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?	NA	A	NA	A
Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?	A	A	A	A
Na aquisição de produtos ou subprodutos da madeira, a IFES exige que a origem dos insumos seja de manejo sustentável em conformidade com o Programa Brasileiro de Certificação Florestal do Inmetro (Cerflor)?	A	A	NA	A
A IFES dá preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?	A	A	NA	A
Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução Nº 20 do CONAMA (1994), que instituiu o selo ruído?	NA	NA	NA	A
A IFES incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?	A	A	A	A
Nos editais é exigido que a empresa terceirizada forneça treinamento a seus empregados?	A	A	A	A
Nos editais é exigido que a empresa terceirizada utilize equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?	A	A	NA	A
Nos editais é exigido que a empresa terceirizada forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade?	A	A	A	A
Nos editais é exigido que a empresa terceirizada realize a separação dos resíduos sólidos descartados?	NA	NA	A	A
Nos editais é exigido que a empresa terceirizada adote medidas para reduzir o consumo de água e energia?	A	NA	A	A
Sempre que possível, a IFES realiza a licitação por meio do pregão eletrônico?	A	A	A	A
Sempre que possível, a IFES utiliza compras compartilhadas ou o sistema de registro de preços (IRP)?	A	A	A	A
Sempre que possível, a IFES confere margem de preferência aos produtos que forem manufaturados no Brasil, observando os Decretos 7.709/12, 7.713/12, 7.756/12, 7.810/12, dentre outros, e a declaração constante do Anexo II da Portaria MDIC nº 279/2011?	A	NA	A	A
A IFES aplica penalidades aos contratados, em caso de descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade prometidas na licitação?	A	NA	NA	A

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Como se pode analisar na Tabela 22, de 22 (vinte e dois) itens avaliados, apenas oito foram respondidos como “Adere” em unanimidade entre os gestores. Para avaliação, os critérios de sustentabilidades foram divididos em: aquisição de bens e produtos, contratação de serviços (públicos e terceirizados) e procedimentos licitatórios.

Com relação às aquisições de bens e produtos, 13 (treze) questões avaliaram os critérios de sustentabilidades aplicados nesses processos. Apenas três (1 – preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza; 2 – aquisição de produtos reciclados; 3 – na

aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos) foram confirmados por todos os gestores como prática da instituição.

Sobre a prática da instituição em dar preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza, um gestor (G3) frisou que isso ocorre “porque, inclusive, tem disposições na lei 8666 e na nova lei de licitações, também, a respeito. Então, é uma aderência meio que obrigatória.” – G3.

Referente à aquisição de produtos reciclados, os gestores informaram que a prática não ocorre de forma generalizada. O único exemplo de produto reciclado adquirido foi o papel, sendo que, como visto na subseção 4.2.3, não houve evidências que a instituição dê preferência a compra de papel reciclado.

Já em relação à prática de observância de critérios sustentáveis na aquisição de veículos (maior eficiência, menor poluição, utilização de combustíveis alternativos), os gestores relataram que há tempos a instituição não tem possibilidade de comprar um novo veículo, porém, na frota atual, sempre é dado preferência a utilização de combustíveis alternativos.

Em se tratando das ações de incentivo e promoção de compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade, três gestores confirmaram ser uma prática da instituição. Nesse quesito, um gestor (G1) advertiu para uma necessidade de melhoria: “Acho que falta um pouco de divulgação disso.” – G1. Enquanto outros dois gestores explicaram como essas ações ocorrem:

Acho que é um requisito até para se ter uma compra mais bem direcionada e a gente conseguiu usar bem o recurso público, acho que é feita essa preocupação. A legislação deixa bem amarrada nessa questão, nesse quesito. – G2

Sim. Inclusive é uma das cláusulas que a gente coloca nos documentos processuais de aquisição. – G4

Concernente à observância da produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável, alguns gestores apresentaram as seguintes informações:

Olha, vou botar não adere, porque eu acho que a gente podia usar mais material reciclável. Teve uma época que a gente usava bastante. Inclusive até sabão. [...] Mas era bem no início. Nos últimos cinco anos não tenho visto. Então vou botar não adere. – G1

Acho que a gente não chegou ainda nesse nível, não. De consumo de mais reciclável do que de material sem ser reciclado. [...] Acho que a gente ainda não teve essa inversão. – G2

Sobre a utilização como critério avaliativo da observância a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras, os gestores frisaram que “Faz parte da documentação exigida” – G3, sendo, inclusive, “uma exigência para entrar na licitação” – G1. O gestor (G2) que não confirmou a prática alegou não saber do assunto.

Em relação a prática de preferência a produtos biodegradáveis, principalmente os do ramo da higiene e limpeza, apenas um gestor (G2) não confirmou a aderência, justificando que desconhece a adoção da prática por parte da instituição.

Sobre se a instituição dá prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...), apenas um gestor (G4) não confirmou essa prática pela instituição.

Considerando a observância a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos, houve discordância entre as respostas dos gestores, inclusive, nas declarações deles, não sendo possível estabelecer se essa prática é adotada pela instituição:

Vou botar não adere, porque a gente não tem esse acompanhamento. – G1

Sim. É feito isso daí. – G2

Vou colocar que não adere. Acho que não adere. A gente simplesmente, é meio que cultural ainda se solicita um item do almoxarifado, alguma coisa assim, e ele apresenta defeito rapidamente é mais comum a gente só ir lá e pegar outro, então, como um grampeador, por exemplo, outros equipamentos assim. Eu acho que a gente não adere. – G3

Sim. A gente faz esse acompanhamento, inclusive, o almoxarifado. – G4

Na aquisição de produtos ou subprodutos da madeira, perguntou-se se a IFES exige que a origem dos insumos seja de manejo sustentável em conformidade com o Programa Brasileiro de Certificação Florestal do Inmetro (Cerflor). Para essa questão, dois gestores alegaram desconhecimento sobre a prática, sendo que um (G1) marcou como “Adere” e o outro (G3) “Não Adere”. Já os outros dois que confirmaram essa prática na instituição alegaram que “quando se faz uma licitação é feito todo esse tipo de preocupação. As empresas para se aderir ao pregão têm que estar todas regulares” – G2, ratificando ainda que “inclusive, a gente está com um edital. Estamos fazendo

um pregão de mobiliário que a gente está fazendo todas essas exigências que são recomendadas” – G4.

Com relação à prática de preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento, apenas um gestor (G3) não confirmou a adoção dessa prática, com a seguinte justificativa: “Não sei se dá preferência. Então, vou colocar que não adere” – G3. Os demais recordaram da aquisição de detergente e desinfetante (em grandes volumes para abastecer *dispenser*) e impressoras (com *tonners* que são recarregáveis).

Referente à aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, questionou-se se são observados os critérios estabelecidos na Resolução Nº 20 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), de 1994, que instituiu o selo ruído, apenas um gestor (G4) confirmou a prática. Os demais não tinham certeza sobre a adoção da prática, a exemplo do trecho da declaração do gestor G1:

Eu não sei. Eu vou botar não, porque eu sei que a gente tem muito equipamento barulhento, inclusive, lá na parte da usinagem. [...] mas eu não sei se existe, por exemplo, um equipamento daquele que seja menos 'zuadento'. Então vou botar não adere pelo barulho que eu tenho escutado. Mas, não tenho certeza. – G1

Também houve o questionamento se a instituição, sempre que possível, confere margem de preferência aos produtos que forem manufaturados no Brasil. Apenas um gestor (G2) não confirmou essa prática, alegando que não saberia responder. Os demais gestores ratificaram que a instituição confere “preferência aos nacionais” – G1, em observação, sobretudo, a “disposição da lei de licitações” – G3.

Ainda sobre os critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens e produtos, ao se comparar as informações obtidas com os gestores e os dados coletados com os servidores, depreende-se que a baixa percepção dos servidores de padrões de sustentabilidade nos produtos adquiridos pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte pode estar associado ao número reduzido de ações confirmadas por todos os gestores, significando que os processos de compras da Unidade necessitam de melhorias quanto à inserção de critérios sustentáveis. Outro ponto a ser observado foram as respostas dos gestores para alguns questionamentos, com a alegação de desconhecimento sobre a adoção ou não da prática. Assim sendo, de acordo com Valente (2011), os processos de compras públicas precisam priorizar a aquisição de produtos e equipamentos que impliquem menor impacto ambiental, maior vida útil, redução de resíduos e menor consumo de matéria-prima e de energia.

Em relação às contratações de serviços (públicos e terceirizados), foram levantadas seis questões junto aos gestores, das quais obteve-se confirmação de aderência da instituição em metade das práticas avaliadas (1 – incentivo e promoção de contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade; 2 – exigência, em editais, que a empresa terceirizada forneça treinamento a seus empregados; 3 – exigência, em editais, que a empresa terceirizada forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade).

Sobre a exigência, em editais, que a empresa terceirizada utilize equipamentos de limpeza que não gerem ruídos, apenas um gestor (G3) não confirmou essa prática pela instituição, muito embora, tenha-se observado alegações de desconhecimento por dois gestores que confirmaram a prática, a exemplo do seguinte trecho: “Olha, isso aí eu não tenho certeza. Mas eu sei que os equipamentos que eles usam não geram. Então vou colocar adere” – G1.

Em se tratando da exigência, em editais, que a empresa terceirizada realize a separação dos resíduos sólidos descartados, verificou-se uma divisão pela metade entre as respostas dos gestores. Destaca-se que os gestores que marcaram “Não Adere” relataram que não tinham informação suficiente sobre a prática, como se vê nos trechos:

Olha, essa informação também eu não tenho. Então, eu vou botar como não adere, porque eu não tenho e nunca vi nenhuma informação associada. – G1

Eu acredito que não, porque a gente não tem uma coleta seletiva aqui. Eu acho que a instituição é quem promove isso daí. – G2

A respeito da exigência, em editais, que a empresa terceirizada adote medidas para reduzir o consumo de água e energia, apenas um gestor (G2) não confirmou a prática pela instituição, muito embora, o mesmo tenha pontuado que a própria instituição incentiva a redução do consumo de água e energia, como se observa na seguinte declaração: “Eu acho que é pela própria instituição. Todos da instituição são estimulados a esse tipo de coisa” – G2.

Analisados os tópicos associados à contratação de serviços (públicos e terceirizados), apesar de não haver confirmação unânime dos gestores em todas as questões, depreende-se que a instituição apresenta bons níveis de práticas sustentáveis aplicadas nesse processo. Ressalta-se que, também nesse quesito, foram observadas respostas dos gestores para alguns questionamentos, com a alegação de desconhecimento sobre a adoção ou não da prática.

Concernente aos procedimentos licitatórios, os gestores foram indagados em três práticas (1 – sempre que possível, a IFES realiza a licitação por meio do pregão eletrônico; 2 – sempre que possível, a IFES utiliza compras compartilhadas ou o sistema de registro de preços (IRP); 3 – a IFES aplica penalidades aos contratados, em caso de descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade prometidas na licitação). Somente a última não apresentou confirmação unânime de aderência entre os gestores.

Referente à última questão, dois gestores confirmaram a prática da instituição aplicar penalidades aos contratados, em caso de descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade prometidas na licitação, explicando, inclusive, sobre os procedimentos que são adotados:

Sim, também. Eu sei que tem até uma suspensão do período de compras com aquela empresa. – G1

Sim. A gente notifica. Se for o caso, faz a devolução do produto ou do serviço. E, faz a penalidade. – G4

Já os outros dois alegaram desconhecimento, como se observa nos trechos:

Desconheço também, não sei. Essa parte de compras é tudo uma novidade para mim. Eu não mecho com contratos, essas coisas. Então, não saberia dizer. – G2

Eu acho que não adere. Eu acho que a gente não aplica penalidade. Chega a mandar ofício, recomendando a mudança de procedimento, mas, o processo de penalidade eu desconheço. – G3

Com os depoimentos acima, evidencia-se mais uma vez que os gestores declararam falta de informação ou desconhecimento sobre a adoção ou não de práticas sustentáveis nos processos de compras públicas, representando um ponto passível de melhoria com capacitação e treinamentos dos gestores sobre os procedimentos licitatórios e as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis.

Ademais, concluídas as análises referentes ao eixo temático “Compras públicas sustentáveis”, observou-se a necessidade da instituição inserir e ampliar a aplicação de critérios sustentáveis nos processos de compras públicas, principalmente, nas aquisições de bens e produtos. Outro ponto a ser ressaltado foram as declarações dos gestores para alguns questionamentos, com a alegação de desconhecimento sobre a adoção ou não de práticas sustentáveis nos processos de compras públicas, constatando-se também que é necessário realizar a conscientização e a capacitação

dos gestores sobre as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis nos procedimentos licitatórios.

4.2.8 Práticas sustentáveis relacionadas ao eixo temático “Construções sustentáveis”

Nesta subseção buscou-se identificar as práticas sustentáveis relativas ao eixo temático “Construções sustentáveis”. Este eixo determina que as construções e reformas de edifícios públicos observem diretrizes socioambientais (ARRUDA; RODRIGUES, 2018; FREITAS; BORGERT; PFITSCHER, 2011). Para tanto, com a finalidade de reduzir os impactos socioambientais, orienta que as obras públicas devem considerar projetos voltados para: economia da manutenção e operacionalização das edificações; redução do consumo de energia e água; conforto e acessibilidade dos usuários; utilização de tecnologias e materiais menos agressivos na obra pública (BRASIL, 2009, 2016; MMA, 2020c).

Com o intuito de se averiguar a adoção de práticas associadas a esse eixo temático, inseriu-se uma pergunta no questionário *on-line*, buscando verificar a frequência com que os servidores percebem que as construções/installações do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte adotam determinados critérios sustentáveis. A partir das respostas obtidas, foram calculadas a frequência relativa e as medidas de tendência (mediana e moda) para cada ação sustentável, conforme Tabela 23:

Tabela 23 – Frequência relativa e medidas de tendência das práticas sustentáveis relativas ao eixo temático "Construções Sustentáveis"

Critérios sustentáveis	Frequência relativa (%)					Medidas de tendência	
	N	R	AV	F	S	Me	Mo
Privilegiam a ventilação natural, visando à redução da utilização do ar-condicionado.	5,8	33	47,6	9,7	3,9	3	3
Privilegiam a iluminação natural, visando à redução da utilização de lâmpadas.	4,9	31,1	42,7	16,5	4,9	3	3
Privilegiam a utilização de divisórias em áreas internas, ao invés de paredes, objetivando maior flexibilidade de uso dos prédios.	7,8	24,3	37,9	25,2	4,9	3	3
Utilizam fontes alternativas de energia, como a energia solar e a energia eólica.	1	13,6	31,1	37,9	16,5	4	4

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: N – Nunca; R – Raramente; AV – Às Vezes; F – Frequentemente; S – Sempre; Me – Mediana; Mo – Moda.

Como se pode analisar da Tabela 23, dos quatro critérios avaliados junto aos servidores, apenas um (utilização de fontes alternativas de energia, como a energia

solar e a energia eólica) obteve mediana e moda igual a 4, significando ser uma prática que os servidores “frequentemente” percebem. Esse fato deve estar associado à utilização de energia solar, projeto implementado há dois anos na instituição, conforme já mencionado nas subseções 4.2.2 e 4.2.3.

Enquanto os outros três quesitos (1 – privilégio a ventilação natural, visando à redução da utilização do ar-condicionado; 2 – privilégio a iluminação natural, visando à redução da utilização de lâmpadas; 3 – privilégio a utilização de divisórias em áreas internas, ao invés de paredes, objetivando maior flexibilidade de uso dos prédios) apresentaram mediana e moda iguais a 3, demonstrando serem práticas que os servidores percebem “às vezes”.

Ainda em relação a práticas sustentáveis no eixo temático “Construções Sustentáveis”, durante as entrevistas com os servidores ocupantes dos cargos de direção do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, levantou-se as seguintes questões apresentadas na Tabela 24:

Tabela 24 – Percepção dos gestores quanto à adesão ao eixo temático: Construções sustentáveis

Práticas sustentáveis	G1	G2	G3	G4
A IFES incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?	A	A	A	A
Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais?	A	A	NA	A
Nas reformas e manutenção de pintura, a IFES dá preferência a tinta à base de água e a cores claras para melhor aproveitamento e reflexão da luz natural?	A	A	A	A
A IFES dá preferência ao uso de divisórias e carpetes que utilizam fibras naturais?	A	NA	NA	A
Nas áreas externas, a IFES dá preferência a pisos que privilegiem a absorção da água da chuva?	NA	NA	NA	A
A IFES dispõe de hortas compartilhadas, levando aos servidores informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, etc.?	A	A	NA	NA

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Dos seis critérios avaliados, somente dois apresentaram concordância unânime entre os gestores (1 – incentivo e promoção de contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade; 2 – nas reformas e manutenção de pintura, preferência a tinta à base de água e a cores claras para melhor aproveitamento e reflexão da luz natural).

Sobre o incentivo e promoção de contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade, embora todos os gestores tenham confirmado a adoção

da prática, observou-se nos comentários de dois entrevistados que essa confirmação não precisa, como se pode ver nos seguintes trechos:

Eu botar adere, mas é uma informação baseada na ideia geral da instituição, não tenho informações específicas. – G1

Eu acho que na hora que a gente começa, quando elabora um projeto ali, coisa de estrutura já é, já pensa essa preocupação em se manter tudo isso. Acho que sim. – G2

Concernente a questão que levantou se os projetos de engenharia para construções possuem critérios sustentáveis (com exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais), apenas um gestor (G3) não confirmou a prática na instituição, com a seguinte alegação: “Eu acho que não a esse ponto. Então, não adere” – G3. Muito embora, os demais entrevistados tenham confirmado a aderência a esse critério, há de se considerar os comentários de dois gestores, que demonstram desconhecimento sobre o assunto e a não observância desse critério em todas as instalações da unidade.

Vou botar adere, também pela ideia geral IF. Também não tenho informações específicas. – G1

É como eu falei, como a gente tem a estrutura do Centec, no nosso *campus* a gente não teve essa questão. Mas, eu sei que na Cidade Alta teve: localização do prédio, questão de ventilação, teve tudo isso, teve preocupação lá, aplicação de elevadores, de rampas, alguma coisa assim. Então, teve sim, no prédio novo. Nesse aqui como é uma coisa antiga, o pessoal fala em mais de 50 anos que tem essa estrutura, então, algumas coisas, não sei se adequa. – G2

Em relação à preferência ao uso de divisórias e carpetes que utilizam fibras naturais, houve empate entre as respostas dos gestores. Porém, observou-se que os entrevistados não detinham informações seguras sobre esse assunto, como se verifica nos trechos abaixo:

Olha, isso aqui eu não tenho certeza. Mas eu vou botar adere pela ideal do IF geral. – G1

Eu acho que não. Não lembro se tem carpete de fibra natural lá, não. A gente tem mais sintético mesmo. – G2

Considerando se a instituição, nas áreas externas, dá preferência a pisos que privilegiem a absorção da água da chuva, a maioria dos gestores confirmou não adota essa prática, somente um gestor marcou “Adere”, com a seguinte alegação: “Sim. Intertravado. E nos espaços que a gente não tem intertravado a gente coloca aquelas

pedrinhas, britas.” – G4. Todavia, os comentários de outros entrevistados demonstram que a instituição não observa por completo esse quesito:

Antigamente era. Agora já nem tanto, porque o pavimento, acho que aquela área do estacionamento é toda fechada. Eu acho que o sistema do IF é ruim. Vou colocar não aqui. Porque eu me lembro que alaga tudo ali, por causa da falta de vazão. – G1

Eu não sei se aqueles pisos fazem isso. Eu acredito que não. A gente tem muita área verde, aberta, para se ter essa absorção. – G2

Em se tratando da disposição de hortas compartilhadas (para levar aos servidores informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, etc.), não se verificou concordância entre os gestores, inclusive, observa-se, nos comentários abaixo, que essa prática não ocorre de forma institucionalizada para os servidores, mas como prática didática para os discentes:

Eu vou botar adere porque a gente tem horta e tem as informações que são levadas ao público. Mas, eu não sei se a gente compartilha em termos de doar alimentos. Aliás, a gente tem doação de alimentos também. Então sim, adere. – G1

Nessa questão, a gente tem a horta didática lá que é feito durante as aulas e é repassado alguma parte aos alunos. Mas uma horta compartilhada na própria instituição a gente não tem. É feito numa forma com as próprias disciplinas, no geral. – G2

Não. Não adere. Infelizmente. Seria bem interessante. Nós temos recurso humano e físico para isso. – G4

Ademais, as informações coletadas junto aos gestores corroboram com a percepção mediana dos servidores quanto aos critérios sustentáveis adotados no eixo “Construções Sustentáveis”, uma vez que se observou pouca unanimidade entre as respostas dos gestores, sobretudo, com alegações de desconhecimento em relação à aderência ou não de algumas práticas pela instituição.

A partir do cenário apresentado, percebe-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte está adotando algumas práticas na perspectiva de tornar suas construções mais sustentáveis. No entanto, constatou-se que a gestão do *campus* ainda precisa implementar mais critérios sustentáveis relacionados a essa temática, sobretudo, com relação ao aproveitamento de projetos de obras públicas, visando a economia da manutenção e operacionalização da instituição, a diminuição do consumo de energia e água, o conforto e acessibilidade dos usuários, e a utilização de tecnologias e materiais menos agressivos na obra pública. Como já apontado por Peixoto (2019), a adoção de critérios sustentáveis nas construções públicas possibilita que o órgão

repense as metas institucionais a serem priorizadas, implicando em benefícios sociais, ambientais e, principalmente, econômicos, a longo prazo.

4.3 Possibilidades e desafios quanto à implantação da A3P no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte

Conforme estabelecido no Quadro 6, na seção 3.4, considerando o “Objetivo específico c” dessa pesquisa, com base na percepção dos gestores da instituição, essa seção trata sobre as possibilidades e desafios quanto à implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Os resultados relacionados ao referido objetivo específico foram organizados em três subseções. A primeira, a subseção 4.3.1 apresenta os dados correspondentes a visão dos gestores com relação aos objetivos do Programa A3P. A segunda, a subseção 4.3.2 trata do Índice de Adesão ao Programa A3P calculado para o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte. A terceira, a subseção 4.3.3. avalia as possibilidades e desafios quanto à implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

4.3.1 Adesão aos Objetivos da A3P, na visão dos gestores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte

Especificamente, nesta subseção, apresenta-se os resultados sobre os cinco objetivos da A3P, coletados com a aplicação do roteiro na entrevista semiestruturada com os gestores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Conforme apresentado na seção 3.3 desta pesquisa, o roteiro das entrevistas foi focado em dois aspectos do Programa A3P: Objetivos da A3P e Eixos temáticos da A3P. Para os 5 (cinco) objetivos da A3P, apresentados na subseção 2.4.1 deste estudo, foram aplicadas 7 (sete) questões no roteiro da entrevista. Para os eixos temáticos da A3P, foram aplicadas 83 (oitenta e três) questões no roteiro da entrevista. Para cada questão do roteiro de entrevista, houve duas opções possíveis de serem respondidas: “adere”, “não adere”.

Os dados coletados a partir das respostas dos gestores, para as 83 (oitenta e três) referentes aos Eixos temáticos do Programa A3P, foram apresentados por meio

de tabelas e análises na seção anterior, que tratou de identificar as ações sustentáveis praticadas no *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE.

Agora, apresenta-se os dados obtidos a partir das respostas dos gestores para as 7 (sete) questões referentes aos 5 (cinco) objetivos do Programa A3P, como exposto na Tabela 25:

Tabela 25 – Percepção dos gestores quanto à adesão aos Objetivos do Programa A3P

		G1	G2	G3	G4
Objetivo 1 – sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais	Há sensibilização dos gestores em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição?	A	A	A	A
Objetivo 2 – promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais	A gestão ambiental na IFES promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos?	NA	A	A	A
	A gestão ambiental na IFES promove a redução de gastos institucionais?	A	A	A	A
Objetivo 3 – reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional	A gestão ambiental na IFES contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição?	A	A	A	A
Objetivo 4 – contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública	A gestão ambiental na IFES contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública?	A	A	A	A
	A gestão ambiental na IFES contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo?	A	A	A	A
Objetivo 5 – contribuir para a melhoria da qualidade de vida	A gestão ambiental na IFES contribui para a melhoria da qualidade de vida dos stakeholders?	A	A	A	A

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4; A – Adere; NA – Não Adere.

Como se observa, em apenas uma questão, um único gestor (G1) pontou que a instituição “Não Adere” aos preceitos defendidos pelos objetivos do Programa A3P, sob a seguinte alegação:

Então, eu acho que existe um incentivo a se fazer, mas eu acho que a gente não tem uma promoção eficiente não. A gente poderia ser mais eficiente nesse ponto. Mas, estamos evoluindo. Por exemplo, redução do uso de papel durante os processos, eu já acho que é uma forma ambiental, bem é uma forma de respeito ao meio ambiente bem interessante. E a pandemia fez com que a gente se adaptasse a isso. Então, a gente está evoluindo. Mas, eu acho que ainda tem muita coisa a se melhorar. Então, dizer que promove eu acho muito forte. Então, vou botar não adere. – G1

Embora até cite um exemplo (redução do uso de papel nos processos), o gestor (G1) ressalta que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte ainda não desenvolve práticas de gestão ambiental que promovam, de forma eficiente, o uso racional de recursos naturais e bens públicos.

Outros gestores (G3 e G4) apresentaram visão semelhante com relação a necessidade de mais incentivo de promoção do uso racional de recursos naturais e bens públicos, como se observa nos trechos abaixo:

Aqui, se tivesse uma Escala de Likert, se tivesse um meio termo, eu marcasse por conta da problemática que é a cultura institucional ainda de alguns colegas. Mas, como aqui é voltada para o posicionamento da gestão, eu vou colocar que adere. Vou colocar que a gestão, ela adere. [...]. Eu estou lembrando de algumas ações, como a tentativa de eliminar o uso do copo descartável, apagar as luzes, redução do consumo de água, a correta realização de podas, [...]. Ainda existem ressalvas, eu acho que a gente pode fazer muito mais. Mas, eu entendo que sim. Adere. – G3

Sim, realmente a gente já tem visto uma campanha de sensibilização quanto ao gasto dos recursos, tanto de água, quanto de energia. Eu me lembro que teve até tipo uma gincana, promovendo algum tipo de, não sei o que era o ganho no caso, mas, que as equipes, aquela turma que desperdiça-se menos alimento da merenda. Então, esses tipos de trabalho de conscientização é importante e tem. Deve ser mais incrementado, mais encorpado isso. Mas, que tem e eu acredito que seja uma coisa para aderir na gestão. – G4

A partir da fala do gestor (G3), verifica-se que existe dificuldade de implementação de ações sustentáveis, para o uso racional de recursos naturais e bens públicos, decorrente da “cultura institucional” de alguns servidores. Em contrapartida, outro gestor (G2) acredita que as ações sustentáveis desenvolvidas pela instituição, nesse quesito, são capazes de gerar uma mudança de cultura tanto de servidores, quanto dos habitantes da própria cidade de Limoeiro do Norte, conforme o comentário:

Adere. É uma questão mesmo institucional, você hoje não tem como fugir mais desse tipo. A gente vê lá, tem campanha institucional. Você vê, mesmo não tendo uma coleta seletiva na cidade de Limoeiro do Norte, você tem dentro do *campus*, é distribuída assim de forma a receber os diferentes materiais. Isso vai gerando uma cultura nas pessoas. Então, eles veem nosso estacionamento com placas solares, também é uma forma cultural. Foi recentemente aprovado o nosso curso de Energias Renováveis, no *campus*, a especialização. Então, tudo isso vai gerando uma cultura. Então, sem dúvida, existe sim. – G2

Ainda sobre o Objetivo 2 (promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais) do Programa A3P, perguntou-se se a gestão ambiental na IFES promove a redução de gastos institucionais. Os gestores confirmaram que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte adota práticas sustentáveis visando diminuir os gastos institucionais, como se depreende dos trechos abaixo:

Sim, adere. É o que a gente mais escuta. Uso racional a gente não escuta muito campanha sobre isso, mas redução de gastos sim. Eu acho que talvez

a gestão superior ela fale para a gente reduzir os gastos, pra que a gente como gestão interna comece a promover ações de redução. – G1

Sim promove. Adere. Teve recentemente para diminuir o consumo até de energia, teve a substituição das janelas, por janelas com esquadria, que permite a entrada de luz natural economizando assim a luz. Um caso mais recente para exemplificar. [...]. Água de reuso também, o tratamento de água tem sido promovido pra já diminuir o consumo de água também. Não sei se a instalação de placas solares caberia aqui, também nesse sentido de reduzir gastos. Mas, a gente tem reduzido, aproximadamente 5mil reais na conta de energia, por mês, com a instalação, com a utilização de energia limpa. – G3

Sim. Promove. Agora, assim, tem que ser mais reforçado o trabalho de conscientização. É aquele negócio de você bater na tecla. E não só uma vez, e ficar acompanhando os indicadores e feedbacks. Eu acredito que deva reforçar nesses indicadores, ficar acompanhando. – G4

Em relação ao Objetivo 1 da A3P (sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais), a questão foi semelhante a pergunta abordada no eixo temático “Sensibilização e capacitação dos servidores”, apresentado na subseção 4.2.6. Todavia, houve diferença entre a resposta do gestor G1, o qual marcou “Adere” para a questão “Há sensibilização dos gestores em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição?” (conforme Tabela 25), enquanto marcou “Não Adere” para a questão “Na IFES, há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais?” (conforme Tabela 19).

Como visto na subseção 4.2.6, a justificativa dada pelo gestor (G1), para a alegação de não haver sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais, foi a seguinte: “Eu vou botar que não adere, porque eu não passei por nenhuma sensibilização até agora” – G1. Expressando que não houve ação de sensibilização com os gestores em relação a questões socioambientais.

Entretanto, pelo depoimento dado pelo supracitado gestor (G1) a pergunta referente ao Objetivo 1 da A3P, é possível afirmar que a gestão do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte promove ações de sensibilização em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição, conseqüentemente, eles são sensíveis a essa temática, como se observa no trecho abaixo:

Eu acho que há uma sensibilização, desde o momento, por exemplo, que a gente faz uma reunião para conversar com os professores para ver qual a possibilidade de reduzir algum volume de alguma coisa. Ou então, quando a gente corta alguma compra de material em excesso, eu acho que é uma forma de sensibilizar. E também no incentivo que a gestão dá ao desenvolvimento de eventos na área socioambiental, e os contatos, inclusive, eu acho até que essa gestão ela tem tido uma visão mais ampla, uma visão não dentro da caixa do IF, mas, externa. E as questões socioambientais são uma ponte bem interessante entre o IFCE e a sociedade, em termo de divulgação. – G1

Ainda se tratando do Objetivo 1 da A3P (sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais), dois gestores (G2 e G3) destacaram a vocação que tem o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte para promover ações de sensibilização quanto a questões socioambientais, sobretudo, por se tratar de uma instituição de ensino e por ofertar cursos voltados à área ambiental, como se pode observar nos seguintes trechos:

Eu acho, assim, até mesmo pela vocação que a gente tem no nosso *campus* de ter cursos na área ambiental, como o curso técnico de Meio Ambiente, o curso de tecnólogo em Saneamento, isso já gera uma consciência, uma consciência institucional de forma a ter essa sensibilidade aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). [...] eu acho que assim, promover essa parte mesmo de reuso, do recurso, de ter uma melhor utilização de toda a infraestrutura. Por sinal, o nosso trabalho, até na gestão passada, na aquisição das placas solares, alguns trabalhos de extensão, que tem alguns trabalhos que eu destaco como a questão do Bioágua, um trabalho de extensão que vai além dos muros, das cercas, hoje não é mais muros, das cercas da nossa instituição, e tem impacto muito grande. Quando você vê uma instituição como o IFCE, que promove essa conscientização, e tem Semanas do Meio Ambiente. Então, eu acho que adere, tem uma sensibilização no nosso *campus*. – G2

Sim, adere. Adere. Inclusive, a gente tem cursos. A gente tem um curso, um tecnólogo voltado pra área, e toda uma vocação que pode ser aproveitada para melhor atuação na responsabilidade socioambiental. – G3

Houve gestor que destacou a necessidade de se ampliar as ações de sensibilização referente às questões socioambientais, inclusive com o acréscimo da pauta socioambiental na agenda de debate dos gestores, conforme exposto no trecho:

Olha, sendo bem franco, é um percentual muito pequeno quando se fala nesse tipo de abordagem, da sensibilização de gestores em relação a questão e responsabilidade socioambiental na instituição. Eu não vejo, eu acho assim que poderia ser mais abrangente esse tema. Poderia ser mais, inclusive ter um momento só pra isso, pra trabalhar nessas práticas ambientais, formação de comissões, de repente, de descarte de resíduos sólidos. Poderia ser mais focado no tema também. Assim como, por sinal, tem que ter prioridade e prioridades. Mas, essa eu não vejo assim na nossa rotina administrativa e educacional, como um ponto forte, embora nós sabemos a sensibilidade do tema. Mas, deixa a desejar. Assim, resumindo bem o que eu quero dizer é: dessa a desejar. [...]. Nessa nova gestão, eu acredito que possa ser um dos pontos fortes. Inclusive é uma preocupação do Diretor-geral, inclusive fazer essas comissões, fazer o descarte dos resíduos sólidos, foi também uma promessa de campanha, acredito que possa ser um diferencial realmente nessa gestão. – G4

Considerando o Objetivo 3 (reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional), os gestores ratificaram que as práticas sustentáveis do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte contribuem para a redução de impacto socioambiental negativo (direto e indireto)

provocado pelas atividades administrativas, operacionais e de ensino da instituição, inclusive ilustrando com algumas ações, conforme exposto nos comentários abaixo:

Assim, quando você fala se a gente contribui e aí especifica aqui a questão administrativa, eu penso que é dentro dos próprios setores [...]. Porque o Instituto Federal Limoeiro, a gente tem uma área, por exemplo, lá na UEPE, que trabalha com produção agrícola, então, lá eu sei que eles trabalham com compostagem, que é uma forma de aproveitamento de resíduos, trabalham com reciclagem, a gente tem um curso de meio ambiente que também trabalha. Agora, dentro dos escritórios, eu não sei se existe. Então, eu botar aqui adere, mas é deixando claro que é nessa visão ampla administrativa em termos dos diferentes ambientes. Agora, dentro do escritório, dos setores administrativos que envolvem aquela ação administrativa mesmo, eu não tenho informações, porque a gente está, eu entrei no período pandemia e não sei como era o funcionamento. – G1

Eu acho que respondi já na pergunta anterior. A adoção do SEI foi bem significativa a redução de *tonner*, de papel. E isso possibilita uma preocupação mesmo com o meio ambiente. Demonstra aí que, quando a gente racionaliza, quando a gente mantém o equilíbrio, isso é propagandeado de forma positiva, mesmo que se crie uma certa resistência, porque às vezes a gente ainda tem a cultura do papel, do ofício, de chegar, de entregar. E foi colocado recente que os próprios alunos agora vão ter como aderir isso daí. Eu acho que vai ser um salto bem interessante, vai ser um salto grande, até mesmo para otimizar os recursos e tempo. Tempo também, eu acho que tempo também é sustentabilidade, porque quanto mais tempo você tem de ficar numa fila, você vai gerar, ter uma sala acesa pra pessoa ficar numa fila, você vai ter que ter um ar-condicionado pra ter uma sala de espera. Quando você faz eletronicamente você pode fazer até pelo celular. – G2

Eu vou marcar adere, lembrando que, recentemente, a gente tem discutido com o SAAE o correto despejo dos resíduos dos laboratórios, que acho que até hoje ainda a gente joga, se não uma parte, talvez esteja jogando todo o rejeito das análises dos laboratórios no esgoto comum. E não é o adequado. Tem que ser feito um tratamento diferenciado. E por mais que a gente ainda não esteja enquadrado no que deve se estabelecer nas normas, a gente tem buscado dar solução a esse tratamento. Então, eu diria que sim, que a gestão atua para tentar reduzir esse impacto ambiental negativo, sim. – G3

Com relação ao Objetivo 4 (contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública), foram feitas duas perguntas aos gestores. Para a primeira, todos os gestores confirmaram que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte “Adere” práticas sustentáveis que contribuem para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública, destacando algumas ações nos trechos abaixo:

A gente tem diversos eventos que estimulam o respeito ao meio ambiente e também pesquisas que estimulam o reaproveitamento, reciclagens, [...], inclusive, dentro do IF, só para deixar registrado, teve uma época que o pessoal do Saneamento fazia uma pesquisa sobre reaproveitamento da água dos ar-condicionados. Então, eles pegavam essa água e utilizavam, faziam um sistema para irrigar, parcialmente, o jardim. [...]. Já era uma forma bem direcionada ao escritório que a gente tinha de padrões, contribuições pra sustentabilidade. – G1

De uma forma geral, a gente sempre está seguindo bons exemplos, como eu falei aí da adoção de alguns instrumentos. [...]. Uma questão que é interessante que é colocado muito pelas professoras [...] do Meio Ambiente, do Saneamento, era uma área que recolhia pilhas e baterias velhas, então se gerava uma certa demanda e tudo. Eu mesmo lá na UEPE, eu tinha muito, também sou responsável pelo Laboratório de Fruticultura, utilizar certas estruturas, reciclar, reutilizar certas estruturas. Então, eu acho que isso é cultural também, passa a ser [...] ser estimulado dentro da instituição, por exemplo. O exemplo é a melhor forma de ensinar. – G2

Para a segunda questão relacionada ao Objetivo 4, avaliou-se se a gestão ambiental na IFES contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo. Todos os gestores também confirmaram essa consequência das práticas sustentáveis adotadas na instituição, como se observa nos depoimentos abaixo:

Essas ações de utilizar materiais reciclados, a gente faz bastante isso, e também essa questão de utilizar materiais locais, da agricultura familiar, inclusive a gente tem o período de licitação, que os próprios agricultores, eles se inscrevem para fornecer o material para que seja comprado pelo Instituto. Então, eu acho que adere. – G1

É como eu mostrei, pelo exemplo também. Mais uma vez, demonstrando isso daí, é quando a gente tem essa exemplificação, quando a gente coloca, quando a própria instituição passa a otimizar o uso da água, reuso. Então, tem todo esse parâmetro de tudo e passa também a estimular que aquelas pessoas que estão ali, que são nossos alunos, nossos discentes terem essa noção e passarem pros futuros trabalhos, pros futuros empregos deles e até mesmo em casa. – G2

Por último, sobre o Objetivo 5 (contribuir para a melhoria da qualidade de vida), os gestores foram unânimes em afirmar que a gestão ambiental na IFES contribui para a melhoria da qualidade de vida dos *stakeholders*, sendo reforçado nos depoimentos abaixo, que exemplificam como as ações adotadas na instituição disseminam a cultura da sustentabilidade socioambiental em todos os públicos do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte:

Adere. Adere. Acho que a gente tem uma responsabilidade muito grande com relação aos nossos agregados. – G1

Como eu falei pra vocês, quando a gente tem determinadas atitudes, quando a gente tem determinados seguimentos de fluxograma de entrega de material. A gente recentemente, a gente abriu uma demanda com a merenda escolar pra agricultura familiar. Então, tudo isso se torna exemplo. Eu acho que isso se manifesta também em cada um de nós, como servidores, servidor docente, servidor técnico-administrativo, discentes. Achei muito interessante, o nosso *campus*, há dois, três anos pra cá, adotou os integrados. E o integrado, de uma forma geral, ele aproxima muito os pais e responsáveis da instituição. Normal, são alunos que tem ainda uma certa idade mais tênue, e uma aproximação muito com pais e responsáveis, diferente de um aluno do nível superior, que alguns já são até pais e tudo. Mas, é muito capilarizado. A capilaridade desses exemplos, dessas atitudes que o *campus* tem, em

promoção de feiras e tal. Eu digo isso muito porque, na última SEMIC, na SEMIC e MOSLIPRO, nossas feiras de iniciação científica, nós tínhamos alguns trabalhos de uso, de reuso de água, se eu não me engano, extratores de óleos essenciais para ter um produto mais sustentável, mais próximo do natural. E isso é interessante demais. Isso é interessante demais porque já vai disseminando uma ciência, uma ciência de sustentabilidade. – G2

Analisados os resultados obtidos junto aos gestores quanto à aderência da instituição aos Objetivos do Programa A3P, passa-se a apresentar o Índice de Adesão ao Programa A3P calculado para o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

4.3.2 Índice de Adesão ao Programa A3P pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte

A partir dos dados obtidos por meio do roteiro de entrevista semiestruturada realizada com os gestores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, foi possível calcular o Índice de Adesão ao Programa A3P pela instituição, contabilizado com base na equação abaixo, proposta no estudo de Lanzarin *et al.* (2018), que também utilizou o *check-list* proposto no estudo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) (ANEXO B).

$$IA = \frac{A}{\text{Total}} \times 100$$

Onde:

IA = Índice de Adesão;

A = Número de respostas “Adere”;

Total = total de questões relativas aos Objetivos da A3P e a cada Eixo Temático da A3P.

Considerando que o roteiro da entrevista é composto por 90 (noventa) questões (7 sobre os Objetivos da A3P e 83 sobre os Eixos temáticos da A3P) e que foram entrevistados 4 (quatro) gestores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, totaliza-se 360 (trezentos e sessenta) questões relativas aos Objetivos da A3P e a cada Eixo Temático da A3P.

A partir das respostas dos gestores ao roteiro da entrevista semiestruturada foi possível calcular o Índice de Adesão ao Programa A3P pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, conforme exposto na Tabela 26:

Tabela 26 – Índice de Adesão ao Programa A3P pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte

		G1	G2	G3	G4	Total
Objetivos da A3P	Número de respostas “Adere”	6	7	7	7	27

	Índice de Adesão	85,71%	100%	100%	100%	96,43%
Eixo temático 1: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Número de respostas "Adere"	15	14	12	12	53
	Índice de Adesão	93,75%	87,5%	75%	75%	82,81%
Eixo temático 2: Gestão adequada dos resíduos gerados	Número de respostas "Adere"	7	7	7	7	28
	Índice de Adesão	70%	70%	70%	70%	70%
Eixo temático 3: Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Número de respostas "Adere"	21	20	15	14	70
	Índice de Adesão	95,45%	90,90%	68,18%	63,63%	79,54%
Eixo temático 4: Sensibilização e capacitação dos servidores	Número de respostas "Adere"	6	6	4	6	22
	Índice de Adesão	85,71%	85,71%	57,14%	85,71%	78,57%
Eixo temático 5: Compras públicas sustentáveis	Número de respostas "Adere"	18	15	14	21	68
	Índice de Adesão	81,81%	68,18%	63,63%	95,45%	77,27%
Eixo temático 6: Construções sustentáveis	Número de respostas "Adere"	5	4	2	5	16
	Índice de Adesão	83,33%	66,66%	33,33%	83,33%	66,66%
Total	Número de respostas "Adere"	78	73	61	72	284
	Índice de Adesão	86,66%	81,11%	67,77%	80%	78,89%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Legenda: G1 – Gestor 1; G2 – Gestor 2; G3 – Gestor 3; G4 – Gestor 4.

Analisando a Tabela 26, percebe-se que, dentre os 7 (sete) tópicos do Programa A3P (1 – Objetivos e 6 – Eixos Temáticos), o que apresentou maior Índice de Adesão foi o relacionado aos Objetivos do Programa (com 96,43%), inclusive alcançando 100% de respostas "Adere" na avaliação de três gestores (G2, G3 e G4). Desses dados, verifica-se que, apesar da instituição não ter uma política ou setor responsável pela Gestão Ambiental, os gestores demonstram preocupação com temáticas ligadas à sustentabilidade socioambiental.

Já o contrário, o tópico do Programa A3P que obteve o menor Índice de Adesão foi o relacionado ao Eixo temático 6: Construções sustentáveis (com 66,66%), inclusive alcançando o menor Índice na avaliação do Gestor G3 (com 33,33%). Esses

dados corroboram as análises apresentadas na subseção 4.2.8, indicando que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte ainda precisa implementar mais critérios sustentáveis relacionados à temática “Construções sustentáveis”.

Ressalta-se que, dentre os Índices de Adesão ao Programa A3P obtidos pelas respostas dos gestores, o maior Índice foi indicado pelo gestor G1, com 78 (setenta e oito) respostas “Adere”, alcançando 86,66% de Índice de Adesão. Enquanto o menor Índice foi o calculado com as 61 (sessenta e uma) respostas “Adere” do gestor G3, alcançando 67,77% de Índice de Adesão.

Ainda analisando a Tabela 26, obteve-se o número de 284 (duzentos e oitenta e quatro) respostas “Adere”, indicadas pelos gestores. Aplicando-se a equação do Índice de Adesão, chega-se ao valor de 78,89% como o Índice Geral de Adesão ao Programa A3P pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Esse Índice foi próximo ao encontrado por Lanzarin *et al.* (2018) para a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que alcançou o Índice Geral de 76%. O mesmo estudo calculou o Índice Geral de Adesão ao Programa A3P para outras duas instituições de ensino superior situadas no estado de Santa Catarina: o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que obteve Índice de 51%, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que obteve Índice de 69%.

Apesar do Índice Geral de Adesão ao Programa A3P e os Índices de Adesão para cada um dos sete tópicos do Programa A3P (1 – Objetivos e 6 – Eixos Temáticos) terem ficados todos em níveis superiores a 50%, pontua-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte ainda apresenta muitos pontos passíveis de melhoria com relação a ações sustentáveis ligadas aos Eixos Temáticos do Programa A3P, conforme já exposto nas subseções 4.2.3 a 4.2.8.

Apresentados os Índices de Adesão ao Programa A3P calculados para o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, passa-se a avaliar as possibilidades e desafios quanto à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

4.3.3 Possibilidades e desafios de implantação do Programa A3P no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte

Para finalizar o capítulo 4, buscou-se avaliar as possibilidades e desafios quanto à implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE

– *campus* de Limoeiro do Norte, com base na percepção dos gestores da instituição, conforme estabelecido no Quadro 6, na seção 3.4, considerando o “Objetivo específico c” dessa pesquisa.

Para tanto, elaborou-se o Quadro 10, com a síntese das necessidades de melhorias em cada Eixo Temático:

Quadro 10 – Síntese das necessidades de melhorias por Eixo Temático

Eixo Temático	Necessidade de melhoria
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Configurar os computadores da instituição para desligamento automático do vídeo
	Utilizar papel reciclado em substituição ao papel branco
	Dar preferência à aquisição de papel oriundo de madeira certificada ou ao papel reciclado
	Promover a substituição de copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável
	Promover campanhas de sensibilização referente ao consumo eficiente de copos descartáveis, com a doação institucionalizada de copos permanentes para todos os públicos (discentes e servidores)
	Implantar sistemas para aproveitamento da água das chuvas e reuso de águas cinzas
	Promover campanhas de incentivo, junto ao público interno (servidores e discentes) para utilização de formas mais sustentáveis de locomoção para a instituição, como a utilização de bicicleta e a carona solidária
	Promover e ampliar campanhas voltadas ao consumo eficiente de energia, papel, copos plásticos, água e transportes
Gestão adequada dos resíduos gerados	Promover ações de incentivo para servidores sobre a política do 5R's, a coleta seletiva e a destinação adequada para a reciclagem
	Instituir a criação da Comissão de Coleta Seletiva Solidária
	Formalizar os procedimentos para a Coleta Seletiva Solidária
	Promover, de forma efetiva, a identificação e destinação adequada de bens materiais inservíveis
	Realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de resíduos perigosos
	Realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de produtos e materiais do sistema de logística reversa
	Promover campanhas de divulgação e incentivo de práticas de gestão adequada dos resíduos gerados, a fim de se fomentar ações de redução do consumo e combate ao desperdício, assim como a adoção de mecanismos de destinação adequada dos resíduos gerados
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Promover campanhas de incentivo ao desenvolvimento e capacitação dos servidores e autonomia nas atividades desenvolvidas
	Desenvolver estratégias que levem os servidores a perceberem o aproveitamento das habilidades individuais e coletivas
	Ampliar a promoção de eventos de integração social, inclusive como política institucional
	Criar e desenvolver programas de saúde ocupacional e de orientação nutricional, com perspectiva a saúde dos servidores
	Promover campanhas de divulgação das ações de promoção da preservação dos elementos da natureza presentes na instituição, de modo que possa influenciar na qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho
	Promover campanhas que incentivem ações de tratamento imparcial a todos os servidores
	Desenvolver ação junto aos servidores com atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes

	Fazer o levantamento de acessibilidade em todas as instalações da instituição e promover as adequações necessárias
	Instituir a criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)
	Promover educação e ações de prevenção de acidentes de trabalho
	Instituir a criação de grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)
	Instituir a criação do Programa Qualidade de Vida no Trabalho
	Divulgar a existência de pontos de coleta de sugestões
	Ampliar a promoção do hábito da leitura
Sensibilização e capacitação dos servidores	Criação e incentivo de ações que promovam a conscientização socioambiental dos servidores
	Promover ações de sensibilização e capacitação dos servidores e gestores no tocante a práticas sustentáveis e questões socioambientais
	Criação e fortalecimento de campanhas e programas institucionais ligados à sustentabilidade socioambiental, para difundir a temática junto a todos os públicos (servidores, discentes, comunidade externa)
	Criação de estratégias que disseminem as diretrizes do Programa A3P junto aos servidores
Compras públicas sustentáveis	Promover capacitação e treinamento de gestores e servidores sobre os procedimentos licitatórios e as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis
	Promover a adoção e inserção de critérios sustentáveis nos processos de licitações públicas
Construções sustentáveis	Promover capacitação e treinamento de gestores e servidores sobre as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis nas obras públicas
	Promover o aproveitamento de projetos de obras públicas visando a economia da manutenção e operacionalização da instituição, a diminuição do consumo de energia e água, o conforto e acessibilidade dos usuários, e a utilização de tecnologias e materiais menos agressivos na obra pública
	Dar preferência ao uso de divisórias e carpetes que utilizam fibras naturais
	Dar preferência a pisos que privilegiem a absorção da água da chuva, nas áreas externas
	Criar programa institucional para disposição de hortas compartilhadas, levando aos servidores informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, etc.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Sobre as dificuldades encontradas para implantação de práticas sustentáveis no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, embora não se tenha direcionado questão específica a esse quesito no questionário *on-line* ou no roteiro de entrevista, é possível enumerar as dificuldades evidenciadas com a análise das respostas dos gestores.

Para tanto, considera-se um estudo semelhante a este, desenvolvido por Peixoto (2019), que analisou como ocorrem as práticas sustentáveis na Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Garanhuns (UFRPE/UAG) de acordo com o que orienta os seis eixos da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Em sua pesquisa, Peixoto (2019) evidenciou que as principais dificuldades para adoção de práticas sustentáveis no ambiente laboral da UFRPE/UAG foram de natureza administrativa, orçamentária e cultural, sendo os

obstáculos mais críticos a falta de conhecimento e treinamento dos atores sobre ações sustentáveis e a falta de uma política institucional mais efetiva.

Tomando-se como base o estudo de Peixoto (2019) e as análises das respostas dos gestores durante as entrevistas semiestruturadas, apresenta-se o Quadro 11, com a síntese das principais dificuldades encontradas para a implantação de práticas sustentáveis no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Quadro 11 – Síntese das principais dificuldades encontradas para a implantação de práticas sustentáveis no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte

Dificuldades	
Natureza administrativa	Falta de conhecimento e treinamento dos atores a respeito de ações de sustentabilidade
	Falta de pessoal treinado para promoção de ações sustentáveis
	Inexistência de políticas institucionais voltadas para a sustentabilidade
Natureza cultural	Falta de tempo e interesse dos servidores para adoção de medidas e participação em projetos que visem à sustentabilidade
	Falta de comunicação que acarreta na ausência da divulgação de ações sustentáveis
	Resistência à mudança

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como exposto no Quadro 11, a partir da análise das respostas dos gestores nas entrevistas, não se identificou a menção de dificuldades de natureza orçamentária. Entretanto, foi possível identificar dificuldades de natureza administrativa e de natureza cultural, ressaltando-se como principais desafios a falta de conhecimento e treinamento dos atores a respeito de ações de sustentabilidade e a inexistência de políticas institucionais voltadas para a sustentabilidade.

Ademais, destaca-se que ao finalizar as perguntas do roteiro da entrevista, indagou-se dos gestores se havia alguma consideração ou alguma outra informação a acrescentar. Para essa indagação, recebeu-se as seguintes respostas:

Só acrescentar que achei a sua pesquisa bem interessante, porque nos abre os olhos sobre as necessidades que a gente tem com relação ao socioambiental. E, assim, os outros gestores também, provavelmente, serão abordados e eu acredito que eles também irão olhar com outros olhos as possibilidades associadas ao melhoramento dessas questões. – G1

Eu achei bem interessante assim e tal. Vi que eu preciso me informar em mais coisas sobre a instituição que a gente está participando. Mas, como eu falei para você, a minha área é de pesquisa e extensão. Então, muita coisa da parte de contratação, de contrato, essas coisas eu não tenho muita familiaridade. – G2

Acho que a consideração que eu tenho é de que foi oportunizado pra mim perceber como a gente ainda falha. Falha desde o desconhecimento da A3P, como falha no descumprimento de muitos itens. E eu nem estou falando de itens que são de grande complexidade de implementação, são itens que nem geram grande dificuldade pra implementação, mas que a gente, por cultura, o por excesso de atenção a outras coisas, acaba não cumprindo. – G3

Eu achei bem amplo, bem abrangente. Parabenizo pela pesquisa que foi feita. Excelente. Eu acredito que é tudo, está tudo dentro do que é pra ser feito e que deva ser feito. – G4

Pelos depoimentos dos gestores, inclusive com as solicitações dos mesmos a terem acesso aos resultados desta pesquisa, percebe-se que existe interesse na gestão em fazer adesão e implantar as diretrizes do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Desse modo, em consecução do “Objetivo específico d”, apresenta-se, no capítulo 5, o Plano de Trabalho com a proposta de implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no *campus* de Limoeiro do Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

5 PLANO DE TRABALHO

Considerando o “Objetivo específico d” dessa pesquisa, o presente capítulo apresenta o Plano de Trabalho como proposta de adesão e implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Como abordado na subseção 2.4.2, a implantação da A3P requer comprometimento institucional, coletivo e individual. O Portal A3P (MMA, 2021a) descreve cinco passos para se implantar o Programa em alguma instituição.

O primeiro passo é criar a Comissão Gestora da A3P, que ficará responsável por planejar, executar e monitorar as ações da Agenda. A recomendação é que a Comissão seja constituída por 5 a 10 membros, com representantes de todas as áreas da instituição, para que se obtenha apoio e participação coletiva. A criação da Comissão deve ocorrer de forma institucionalizada por meio de instrumento legal pertinente, como Portaria ou Instrução Normativa. O Portal A3P disponibiliza Modelo de Portaria de criação de Comissão Gestora da A3P (MMA, 2021a).

Depois de criada a Comissão, o segundo passo orienta que seja feito um levantamento de dados da situação socioambiental da instituição. Por meio desse processo, a instituição direciona as medidas que serão adotadas de acordo com as necessidades diagnosticadas. O diagnóstico deve ser baseado nos Eixos Temáticos do Programa A3P. Os dados coletados e analisados neste estudo poderão ser utilizados para balizar o diagnóstico da instituição. No entanto, é recomendado que a Comissão Gestora seja responsável pela elaboração do diagnóstico, considerando os seguintes critérios: mapear os gastos da instituição com energia, água, materiais de escritório, entre outros; revisar os programas já existentes de licitação, descarte de resíduos, capacitação, saúde e segurança do servidor, qualidade de vida no ambiente de trabalho, etc.; avaliar os recursos físicos e financeiros disponíveis para a efetivação do programa; promover a conscientização de todos os setores envolvidos acerca da importância da agenda para a instituição. Ao desenvolver o diagnóstico, a Comissão deverá promover o diálogo entre gestores, servidores e terceirizados, objetivando garantir a coletividade e sustentabilidade das ações adotadas. O Portal A3P também dispõe de Modelo de Diagnóstico (MMA, 2021a).

Com o Diagnóstico organizado, o terceiro passo é a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental (PGS), com a definição de atividades e projetos prioritários para a implantação da A3P na instituição. No Plano de Gestão devem ser

contempladas as ações, os objetivos, as metas, os recursos físicos e financeiros necessários e disponíveis. O Plano ainda deve organizar um cronograma de execução coerente, com a adequação das ações às metas pré-estabelecidas, bem como a definição dos indicadores para acompanhamento e aprimoramento das atividades, sempre em consonância com a realidade institucional previamente diagnosticada. Recomenda-se que no decorrer do desenvolvimento do PGS, promova-se o envolvimento do maior número possível de colaboradores e setores. Está disponível no Portal A3P Modelo de Plano de Gestão Socioambiental (PGS) (MMA, 2021a).

Em se tratando de órgãos federais, a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental (PGS) precisa coincidir com o Plano de Logística Sustentável (PLS), que pode ser usado alternativamente ao PGS da A3P. O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública (MMA, 2021a).

O quarto passo envolve mobilização e sensibilização. Esses processos devem ser contínuos, envolvendo o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, que deverão ser amparadas e encorajadas pela Comissão Gestora. Para a execução desta etapa, a Comissão Gestora precisa ter elaborado um Plano de Sensibilização, contendo as ações a serem implementadas, tais como campanhas, cursos, treinamentos, publicações de material educativo, entre outros; além das estratégias de comunicação entre os diferentes setores (cartazes, adesivos, etc.). As ações de sensibilização e capacitação devem ser direcionadas pela Comissão Gestora, para que as necessidades da instituição sejam satisfeitas, bem como ocorra o incentivo a adoção de uma postura socioambiental adequada por parte de todos os servidores, alcançando também os demais públicos (discentes e comunidade externa). As ações de mobilização devem ser permanentes, já que a mudança de hábitos demanda adaptação e envolvimento coletivo (MMA, 2021a).

Por fim, o quinto passo consiste nas ações de avaliação e monitoramento. A Comissão Gestora precisa elaborar um sistema de avaliação de modo a verificar o desempenho das ações, identificar falhas e desenvolver novas abordagens para as atividades que não atingirem os resultados esperados. Para tanto, é imprescindível a definição de indicadores que mensurem os avanços alcançados. No processo de

planejamento e monitoramento, os indicadores são ferramentas importantes, sendo fundamentais na disposição de informações em alto nível de especificidade, que aprimoram o conhecimento acerca da realidade da instituição e possibilitam a construção de subsídios que permitem a formulação de políticas públicas para as diferentes instâncias ligadas à gestão socioambiental. O Portal A3P disponibiliza Modelo de Indicadores (MMA, 2021a).

Após a conclusão do terceiro passo, a instituição está apta a formalizar a adesão ao Programa A3P. A formalização ocorre por meio do Termo de Adesão com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para formalizar o termo, a instituição deve enviar ofício para o Ministério, através do *e-mail* a3p@mma.gov.br, encaminhando ainda os seguintes documentos: da instituição – cópia do comprovante de endereço; minuta do Termo de Adesão em meio digital editável; Plano de Trabalho em meio digital editável; do representante da instituição signatária do Termo – cópias autenticadas do RG e CPF; cópia autenticada do ato de nomeação; cópia de delegação de competência para assinatura de atos (MMA, 2020f).

Enviados os documentos, existem alguns trâmites burocráticos para a formalização, resumindo: avaliação pela equipe da A3P se há necessidade de ajustes; criação de um processo com os documentos enviados; análise de consultoria jurídica do Ministério; coleta de assinaturas no Termo de Adesão e Plano de Trabalho; publicação no Diário Oficial da União. Após a adesão formal à Agenda, a instituição recebe o Certificado de Adesão à A3P, documento digital emitido e enviado às instituições que aderem formalmente ao Programa (MMA, 2020f).

Em resumo para as etapas de implantação do Programa A3P, o Modelo de Plano de Trabalho, disponível no Portal A3P, com duração de cinco anos, apresenta um Cronograma de Execução, conforme o Quadro 12:

Quadro 12 – Cronograma de Execução de Implantação do Programa A3P

ETAPAS	AÇÕES	Início	Término
1. Comissão Gestora da A3P	1.1. Definir os membros da Comissão Gestora;		
	1.2. Institucionalizar a Comissão Gestora (instrumento legal);		
	1.3. Definir plano de trabalho contendo cronograma de reuniões e as atividades da Comissão Gestora.		
2. Diagnóstico Socioambiental	2.1. Fazer levantamento do consumo de recursos naturais;		
	2.2. Fazer levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição;		
	2.3. Fazer levantamento de obras realizadas;		

	2.4. Fazer levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição;		
	2.5. Fazer levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente, com relação ao descarte de resíduos;		
	2.6. Fazer levantamento de necessidades de capacitação.		
3. Plano de Gestão Socioambiental	3.1. Definir os objetivos do plano;		
	3.2. Definir projetos, atividades e ações para a implementação da Agenda;		
	3.3. Definir as metas a serem alcançadas por projeto e/ou atividades e ações a partir da linha de base do diagnóstico;		
	3.4. Definir responsabilidades institucionais do órgão e dos servidores;		
	3.5. Definir os indicadores e as medidas de monitoramento;		
	3.6. Identificar os recursos disponíveis para a implantação das ações.		
4. Sensibilização e Capacitação	4.1. Participar do Módulo Básico de Capacitação do MMA;		
	4.2. Identificar as demandas de capacitação dos servidores;		
	4.3. Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc.;		
	4.4. Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc.;		
	4.5. Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores;		
	4.6. Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores;		
	4.7. Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados.		
5. Avaliação e o Monitoramento	5.1. Adotar um sistema de indicadores ambientais baseado nos indicadores da A3P;		
	5.2. Realizar avaliações periódicas do plano (mínimo trimestral);		
	5.3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria;		
	5.4. Reprogramar as ações se necessário;		
	5.5. Preencher o relatório de monitoramento da A3P - Ressoa.		

Fonte: Adaptado de Brasil (2020h)

Em síntese para as etapas de implantação do Programa A3P, apresenta-se a Figura 2, com o passo a passo dos procedimentos:

Figura 2 - Síntese das etapas de implantação do Programa A3P



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Considerando as informações analisadas no capítulo 4, apresenta-se uma proposta de Plano de Ação por Eixo Temático, conforme exposto no Quadro 13:

Quadro 13 – Plano de Ação por Eixo Temático

Ações e atividades a serem executadas		Objetivos	Responsável	Recurso	Prazos
Ações ligadas aos Eixo Temático 1: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Configurar os computadores da instituição para desligamento automático do vídeo	Reduzir o consumo de energia	Setor de Tecnologia da Informação		
	Desenvolver ação de monitoramento/redução do consumo de papel	Reduzir o consumo de papel	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Utilizar papel reciclado em substituição ao papel branco	Utilizar material que tem processo de produção menos prejudicial ao meio ambiente	Toda a instituição		
	Dar preferência à aquisição de papel oriundo de madeira certificada ou ao papel reciclado	Utilizar material que tem processo de produção menos prejudicial ao meio ambiente	Setor de Aquisição		
	Desenvolver ação de normatização do acesso ao serviço de impressão e reprografia monocromático e policromático	Reduzir o consumo com impressões	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover a substituição de copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável	Diminuir o consumo de material que tem processo de produção e descarte prejudicial ao meio ambiente	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover campanhas de sensibilização referente ao consumo eficiente de copos descartáveis, com a doação institucionalizada de	Diminuir o consumo de material que tem processo de produção e descarte	Gestores e Comissão Gestora da A3P		

	copos permanentes para todos os públicos (discentes e servidores)	prejudicial ao meio ambiente			
	Desenvolver ação de monitoramento/redução do consumo de energia	Reduzir o consumo de energia	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Utiliza sistema de iluminação de maior eficiência energética, com lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas LED	Reduzir o consumo de energia	Gestores e Setor de Infraestrutura		
	Dar preferência à aquisição de equipamentos que consomem menos energia (Selo Procel, letra A)	Reduzir o consumo de energia	Setor de Aquisições e Contratações		
	Desenvolver ação de monitoramento/redução do consumo de água	Reduzir o consumo de água	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Implantar sistemas para aproveitamento da água das chuvas e reuso de águas cinzas	Reduzir o consumo de água	Gestores e Setor de Infraestrutura		
	Utilizar softwares de gerenciamento de ligações telefônicas ou telefones tipo VOIP	Reduzir as despesas telefônicas	Setor de Tecnologia da Informação		
	Promover a racionalização e controle do uso da frota, evitando deslocamentos desnecessários e definindo procedimentos (escalas de saída, itinerário padrão, lotação mínima, etc.)	Reduzir as despesas com transportes	Setor de Transportes		
	Promover campanhas de incentivo, junto ao público interno (servidores e discentes) para utilização de formas mais sustentáveis de locomoção para a instituição, como a utilização de bicicleta e a carona solidária	Incentivar a utilização de formas mais sustentáveis de locomoção	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover e ampliar campanhas voltadas ao consumo eficiente de energia, papel, copos plásticos, água e transportes	Promover o uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
Ações ligadas aos Eixo Temático 2: Gestão	Promover ações de incentivo para servidores sobre a política do 5R's,	Promover e incentivar práticas sustentáveis de	Gestores e Comissão Gestora da A3P		

adequada dos resíduos gerados	a coleta seletiva e a reciclagem	consumo e descarte de materiais			
	Formalizar a implantação da Coleta Seletiva Solidária	Realizar a destinação adequada dos resíduos	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Instituir a criação da Comissão de Coleta Seletiva Solidária	Realizar a destinação adequada dos resíduos	Gestores e servidores		
	Promover, de forma efetiva, a identificação e destinação adequada de bens materiais inservíveis	Realizar a destinação adequada de bens materiais inservíveis	Comissão de Desfazimento de Bens		
	Realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de resíduos perigosos	Realizar a destinação adequada dos resíduos	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de produtos e materiais do sistema de logística reversa	Realizar a destinação adequada dos resíduos	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover campanhas de divulgação e incentivo de práticas de gestão adequada dos resíduos gerados, a fim de se fomentar ações de redução do consumo e combate ao desperdício, assim como a adoção de mecanismos de destinação adequada dos resíduos gerados	Promover e incentivar práticas sustentáveis de consumo e descarte de materiais	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
Ações ligadas aos Eixo Temático 3: Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Promover campanhas de incentivo ao desenvolvimento e capacitação dos servidores e autonomia nas atividades desenvolvidas	Incentivar o desenvolvimento e capacitação dos servidores e autonomia nas atividades desenvolvidas	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Desenvolver estratégias que levem os servidores a perceberem o aproveitamento das habilidades individuais e coletivas	Incentivar o desenvolvimento e capacitação dos servidores e autonomia nas atividades desenvolvidas	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Ampliar a promoção de eventos de integração social, inclusive como política institucional	Incentivar a integração social entre os servidores	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa		

			Qualidade de Vida		
	Criar e desenvolver programas de saúde ocupacional e de orientação nutricional, com perspectiva a saúde dos servidores	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Promover campanhas de divulgação das ações de promoção da preservação dos elementos da natureza presentes na instituição, de modo que possa influenciar na qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho	Influenciar a qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho por meio de ações de preservação dos elementos da natureza	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Promover campanhas que incentivem ações de tratamento imparcial a todos os servidores	Desenvolver ações de respeito à legislação	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Desenvolver ação junto aos servidores com atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Fazer o levantamento de acessibilidade em todas as instalações da instituição e promover as adequações necessárias	Realizar a acessibilidade física das instalações de modo a tornar acessível e apropriada às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Instituir a criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores e servidores		
	Promover educação e ações de prevenção de acidentes de trabalho	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores, Comissão Gestora da A3P, Comissão do Programa Qualidade de Vida e		

			Comissão Interna de Prevenção de Acidentes		
	Instituir a criação de grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores e servidores		
	Instituir a criação do Programa Qualidade de Vida no Trabalho	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores e servidores		
	Divulgar a existência de pontos de coleta de sugestões	Coletar sugestões e promover a gestão participativa	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Ampliar a promoção do hábito da leitura	Promover o hábito da leitura	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
Ações ligadas aos Eixo Temático 4: Sensibilização e capacitação dos servidores	Criação e incentivo de ações que promovam a conscientização socioambiental dos servidores	Promover a conscientização socioambiental dos servidores	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover ações de sensibilização e capacitação dos servidores e gestores no tocante a práticas sustentáveis e questões socioambientais	Promover a conscientização socioambiental dos servidores	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Criação e fortalecimento de campanhas e programas institucionais ligados à sustentabilidade socioambiental, para difundir a temática junto a todos os públicos (servidores, discentes, comunidade externa)	Promover a conscientização socioambiental dos servidores	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Criação de estratégias que disseminem as diretrizes do Programa A3P junto aos servidores	Promover a conscientização socioambiental dos servidores	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
Ações ligadas aos Eixo Temático 5: Compras públicas sustentáveis	Promover capacitação e treinamento de gestores e servidores sobre os procedimentos licitatórios e as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis	Adquirir produtos e serviços sustentáveis e promover a conscientização socioambiental de fornecedores	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover a adoção e inserção de critérios	Adquirir produtos e	Gestores, Comissão		

	sustentáveis nos processos de licitações públicas	serviços sustentáveis e promover a conscientização socioambiental de fornecedores	Gestora da A3P e Setor de Aquisições e Contratações		
Ações ligadas aos Eixo Temático 6: Construções sustentáveis	Promover capacitação e treinamento de gestores e servidores sobre as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis nas obras públicas	Adotar critérios sustentáveis nos projetos de obras públicas	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover o aproveitamento de projetos de obras públicas visando a economia da manutenção e operacionalização da instituição, a diminuição do consumo de energia e água, o conforto e acessibilidade dos usuários, e a utilização de tecnologias e materiais menos agressivos na obra pública	Adotar critérios sustentáveis nos projetos de obras públicas	Gestores, Comissão Gestora da A3P, Setor de Infraestrutura e Setor de Aquisições e Contratações		
	Dar preferência ao uso de divisórias e carpetes que utilizam fibras naturais	Adotar critérios sustentáveis nos projetos de obras públicas	Setor de Aquisições e Contratações		
	Dar preferência a pisos que privilegiem a absorção da água da chuva, nas áreas externas	Adotar critérios sustentáveis nos projetos de obras públicas	Setor de Infraestrutura e Setor de Aquisições e Contratações		
	Criar programa institucional para disposição de hortas compartilhadas, levando aos servidores informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, etc.	Disseminar informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos	Gestores e Comissão Gestora da A3P		

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Depois de formalizada a parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a instituição recebe apoio técnico para implementação e operação da Agenda. O Ministério oferece cursos de capacitação, promove eventos e disponibiliza conteúdo didático gratuito, além de monitorar e supervisionar as instituições pela plataforma Ressoa – sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental do MMA.

As atividades de avaliação e monitoramento são feitas pela própria instituição sob a supervisão do Programa A3P. O sistema Ressoa permite acompanhar metas e consolidar informações, constituindo-se como um instrumento auxiliar na gestão do órgão. A Plataforma Ressoa possibilita a compilação dos dados e o envio do relatório de monitoramento anual da A3P, conforme estabelecido no Termo de Adesão. A utilização da Plataforma dispensa a realização de relatórios em meios físicos, em consonância com os preceitos do Programa A3P, gerando economia e sustentabilidade nos processos (MMA, 2020h). As instituições parceiras que realizam o monitoramento e alimentam a Plataforma Ressoa recebem o Selo A3P.

Encontra-se, disponível no APÊNDICE E, o Relatório Técnico, elencando mais informações sobre a proposta de adesão e implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no contexto das atividades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* de Limoeiro do Norte.

Na perspectiva da consecução desse fim, por meio do primeiro objetivo específico desse estudo, realizou-se o levantamento das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), na seção 2.4 e subseções adjacentes, de modo que se fizesse uma exposição de todos os detalhes associados ao Programa A3P, como uma política pública socioambiental a ser adotada por instituições públicas que almejam praticar ações sustentáveis.

Em seguida, a fim de se atingir o segundo objetivo específico dessa pesquisa, buscou-se identificar e mapear as ações, atividades, programas, projetos ou atos realizados no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte que se enquadram nas diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Para tanto, foi realizada uma análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE, quadriênio 2019-2023, e documentos correlatos, bem como foi aplicado um questionário *on-line* com os servidores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, além de terem sido realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores da unidade.

A realização das entrevistas com os gestores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte também foi a metodologia utilizada para se atingir o terceiro objetivo específico desse estudo, que buscou verificar a percepção dos gestores da unidade, em relação às possibilidades e aos desafios quanto à implantação da A3P no órgão.

Por meio da análise documental do PDI 2019-2023 do IFCE, identificou-se as diretrizes organizacionais e os preceitos sustentáveis destacados nesse instrumento de planejamento estratégico institucional, bem como o comprometimento do IFCE com o desenvolvimento sustentável. Percebeu-se que, embora não haja menção literal ao termo, as diretrizes organizacionais são pautadas em ações de sustentabilidade socioambiental.

Conforme expresso no PDI 2019-2023, ressalta-se que o IFCE planeja aderir ao Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). A partir das análises das diretrizes organizacionais contidas no PDI da instituição, considera-se ser possível a adesão, uma vez que se evidenciou tópicos do planejamento institucional

que se enquadram nos fundamentos, princípios e objetivos da A3P, especialmente com os seis eixos temáticos prioritários do Programa.

Ademais, observou-se no PDI, a preocupação recorrente com a possibilidade de implantação de práticas sustentáveis nas rotinas administrativas. Desse modo, o IFCE, pelo menos no documento institucional de planejamento estratégico, procurou definir um compromisso com o desenvolvimento sustentável, projetando ações e práticas que minimizam os impactos socioambientais de suas atividades.

Conforme os resultados obtidos com as análises dos dados coletados por meio da aplicação do questionário com os servidores e com a realização das entrevistas com os gestores, embora não tenha adesão formal ao Programa A3P, conclui-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte vem desenvolvendo práticas socioambientais sustentáveis que estão em conformidade com os seis eixos temáticos da Agenda.

Com relação ao eixo temático “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”, evidenciou-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte desenvolve muitas práticas sustentáveis referente a esse eixo, em consonância com as diretrizes organizacionais planejadas e definidas no PDI 2019-2023 do IFCE. No entanto, pontuou-se a necessidade de adoção ou melhoria de ações sustentáveis voltadas para o consumo eficiente de energia, papel, copos plásticos, água e transportes.

No que se refere ao eixo temático “Gestão adequada dos resíduos gerados”, notou-se que a instituição promove ações de reaproveitamento de materiais e resíduos, entretanto identificou-se diversas práticas sustentáveis que precisam ser implementadas, tais como: promover ações de incentivo para servidores sobre a política do 5R's, a coleta seletiva e a destinação adequada para reciclagem; formalizar a implantação da Coleta Seletiva Solidária, inclusive com a criação da Comissão; promover, de forma efetiva, a identificação e destinação adequada de bens materiais inservíveis; realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de resíduos perigosos, bem como de produtos e materiais do sistema de logística reversa. Destacou-se que, além de serem implementadas de forma institucionalizada, essas práticas precisam ser divulgadas e estimuladas, a fim de se fomentar ações de redução do consumo e combate ao desperdício, assim como a adoção de mecanismos de destinação adequada dos resíduos gerados.

Em relação ao eixo temático “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”, revelou-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte precisa implantar uma política efetiva de qualidade de vida no ambiente de trabalho. Embora percebeu-se êxito em

algumas práticas de incentivo ao “uso e desenvolvimento de capacidades” e de promoção ao “respeito à legislação”, demonstraram-se escassas as ações relativas aos tópicos “integração social interna” e “condições de saúde e segurança no trabalho”. Portanto, orientou-se para a necessidade de se direcionar maior atenção a essas dimensões (“integração social interna” e “condições de saúde e segurança no trabalho”) da qualidade de vida no ambiente de trabalho, ao tempo que amplia as ações associadas ao “uso e desenvolvimento de capacidades” e de “respeito à legislação”.

Concernente ao eixo temático “Sensibilização e capacitação dos servidores”, os resultados apontaram que são escassas as ações de sensibilização e capacitação relativo a questões socioambientais, no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte. Além disso, revelou-se que os servidores e gestores possuem conhecimento limitado a respeito do Programa A3P. Desse modo, evidenciou-se a necessidade de criação e incentivo de ações que promovam a conscientização socioambiental, por meio de sensibilização e capacitação dos servidores e gestores, suscitando ainda a criação e o fortalecimento de campanhas e programas institucionais ligados à sustentabilidade socioambiental, para difundir a temática junto a todos os públicos (servidores, discentes, comunidade externa). Indicou-se ainda como estratégia a adesão ao Programa A3P e a implantação de suas diretrizes e eixos temáticos.

Quanto ao eixo temático “Compras públicas sustentáveis”, os resultados demonstraram que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte necessita inserir e ampliar a aplicação de critérios sustentáveis nos processos de compras públicas, principalmente, nas aquisições de bens e produtos. Evidenciou-se que os gestores desconhecem a adoção ou não de determinadas práticas sustentáveis nos processos de compras públicas, indicando-se ser necessário realizar a conscientização e a capacitação dos gestores e servidores sobre as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis nos procedimentos licitatórios.

No que tange ao eixo temático “Construções sustentáveis”, percebeu-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte está adotando algumas práticas na perspectiva de tornar suas construções mais sustentáveis. Todavia, constatou-se que a gestão do *campus* ainda precisa implementar mais critérios sustentáveis relacionados a essa temática, principalmente, com relação ao aproveitamento de projetos de obras públicas visando a economia da manutenção e operacionalização da instituição, a

diminuição do consumo de energia e água, o conforto e acessibilidade dos usuários, e a utilização de tecnologias e materiais menos agressivos na obra pública.

Ainda para atender o terceiro objetivo específico, calculou-se o Índice de Adesão ao Programa A3P pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, para o qual obteve-se o valor de 78,89% como o Índice Geral de Adesão ao Programa A3P. Ressaltou-se que, embora todos os Índices de Adesão ao Programa A3P tenham ficados em níveis superiores a 50%, demonstrando que a instituição observa e adere a alguns quesitos da A3P, o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte ainda apresenta muitos pontos passíveis de melhoria relacionados às práticas sustentáveis preconizadas pelos Eixos Temáticos do Programa A3P.

Em relação aos desafios encontrados para implantação de práticas sustentáveis no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, a partir da análise das respostas dos gestores nas entrevistas, identificou-se dificuldades de natureza administrativa e de natureza cultural, ressaltando-se como principais desafios a falta de conhecimento e treinamento dos atores a respeito de ações de sustentabilidade e a inexistência de políticas institucionais voltadas para a sustentabilidade.

Por fim, para a consecução do quarto objetivo específico, apresentou-se, no capítulo 5, o Plano de Trabalho com a proposta de implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte. Detalhou-se as cinco etapas para adesão e implantação do Programa A3P, a saber: 1 – Criar a Comissão Gestora da Agenda; 2 – Realizar o Diagnóstico Socioambiental; 3 – Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental; 4 – Realizar a Capacitação e a Sensibilização; 5 – Realizar a Avaliação e o Monitoramento. Também foi apresentado um Plano de Ação com atividades a serem realizadas por Eixo Temático da A3P.

A partir das análises dos resultados obtidos neste estudo, identificou-se potencial para o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte aderir e implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), considerando as ações sustentáveis já desenvolvidas na instituição e o interesse dos gestores em implementar o Programa na unidade.

Para isso, a instituição precisa criar e desenvolver estratégias de sensibilização e capacitação, para os gestores e os servidores, sobre o referido tema. Ademais, é necessário que a gestão elabore e desenvolva uma política global com o intuito de aplicar práticas sustentáveis nas rotinas administrativas, perpassando o nível teórico do planejamento e sendo colocada em prática de forma efetiva. Desse modo, a

implantação de práticas sustentáveis acarretará benefícios sociais, ambientais e econômicos, a médio e longo prazo.

Além disso, ao aderir e implantar a A3P, o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte estará na vanguarda dentre os *campi* do Instituto Federal do Ceará, estando em consonância com o PDI 2019-2023 da instituição, uma vez que ficou estabelecido no planejamento estratégico do órgão a adesão ao Programa A3P como projeto prioritário a ser implementado até o ano de 2023. Ademais, a adesão e implantação do Programa A3P no contexto das atividades administrativas do *campus* de Limoeiro do Norte serviria de estímulo aos demais *campi* do IFCE, podendo ser, inclusive, um case a ser analisado quanto aos procedimentos e resultados de implementação da A3P.

Destaca-se que a presente pesquisa buscou analisar as práticas sustentáveis adotadas nas rotinas administrativas do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, ou seja, o estudo analisou apenas uma das vertentes que envolvem a gestão socioambiental nas Instituições de Ensino Superior (IES). Além disso, realizou-se uma análise geral das práticas sustentáveis adotadas na instituição, conforme os seis eixos temáticos da A3P, considerando-se apenas a percepção de servidores efetivos e gestores, apontando-se as possibilidades e desafios para implantação da A3P. A partir desse cenário, recomenda-se que os estudos futuros abranjam as seguintes temáticas:

1. Contemplar a outra vertente da gestão socioambiental nas Instituições de Ensino Superior (IES), isto é, analisar as práticas de ensino-aprendizagem como indutor e disseminador de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável;
2. Avaliar os benefícios sociais, econômicos e ambientais das práticas sustentáveis adotadas com a implantação da A3P no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte;
3. Ampliar a aplicação desse estudo nos demais *campi* do Instituto Federal do Ceará ou em outras Instituições de Ensino Superior (IES), para expandir o entendimento de como as instituições de ensino praticam a sustentabilidade, desenvolvendo, assim, uma análise comparativa para indicar as melhores práticas;
4. Aprofundar essa pesquisa, alcançando toda a comunidade acadêmica, focando somente um dos seis eixos temáticos preconizados pela A3P.

Para finalizar, almeja-se que este estudo tenha favorecido para o entendimento de como ocorrem as práticas socioambientais no IFCE – *campus* de Limoeiro do

Norte, a partir das análises: de como se dá o planejamento estratégico da instituição para a consecução desse objetivo; de quais ações sustentáveis a unidade já adota em suas rotinas administrativas; e das possibilidades e desafios para a implantação da A3P no órgão. Desse modo, espera-se que a pesquisa tenha despertado o interesse dos atores envolvidos (servidores e gestores), servindo de base para o desenvolvimento de uma gestão pública mais eficiente e eficaz dentro do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, voltada para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, G. DE S. Agenda ambiental na administração pública brasileira : uma análise da A3P no Superior Tribunal de Justiça. 30 jun. 2016.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, J. DE A.; BRANDÃO, S. V.; PEDROSA, F. J. DE A. A agenda ambiental na administração pública (A3P) versus políticas socioambientais no Brasil: caracterização e desafios. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 8, n. 1, p. 236–254, 11 jan. 2017.

ARAUJO, C. L.; LUDEWIGS, T.; CARMO, E. A. D. A Agenda Ambiental na Administração Pública desafios operacionais e estratégicos. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 32, p. 21–47, 2015.

ARAUJO, S. M. DE. **Análise das questões socioambientais na UFCG com base na agenda ambiental na administração pública - A3P**. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais)—Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 22 ago. 2018.

ARRUDA, L.; RODRIGUES, R. N. Agenda ambiental na administração pública (A3P): uma análise da aderência das diretrizes da A3P em uma companhia hidroelétrica. **REFAS: Revista FATEC Zona Sul**, v. 5, n. 2, p. 10, nov. 2018.

ASSUNÇÃO, V. DE J. DE. **Ações socioambientais no espaço universitário: uma análise sobre a percepção da comunidade acadêmica do campus da UFSM/Palmeira das Missões - RS**. Dissertação de mestrado—Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria, 22 ago. 2016.

BARATA, M. M. DE L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 165–170, mar. 2007.

BARBIERI, J. C. et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, p. 146–154, jun. 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

BOFF, M. L.; ORO, I. M.; BEUREN, I. M. Gestão Ambiental em Instituição de Ensino superior na Visão de seus Dirigentes. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 2, n. 1, p. 4–13, 1 maio 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. . 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 dezembro 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 4 jul. 2020.

BRASIL, M. DO M. A. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).** 5. ed. Brasília - DF: MMA, 2009.

BRASIL, M. DO M. A. **Como implantar a A3P?** 2 ed. ed. Brasília - DF: MMA, 2016.

BRASIL, M. DO M. A. **Agenda 21 Global.** Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CAMARGO, L. S. **Práticas sócioambientais em uma instituição de ensino superior estadual do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade)—Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

CAMELO, G. L. P.; MONTEIRO, M. DE O. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P nos campi do IFRN: um olhar a partir dos gestores. **EmpíricaBR - Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação**, v. 1, n. 1, p. 26–42, 17 nov. 2015.

CAMPOS, R. et al. A Ferramenta 5S e suas Implicações na Gestão da Qualidade Total. **Simpep – Simpósio de Engenharia de Produção**, 1 nov. 2005.

CARRIERI, A. DE P.; SILVA, A. R. L. DA; PIMENTEL, T. D. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 1–16, mar. 2009.

CAVALCANTE, M. L. S. A. Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P - Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, v. 10, n. 1, p. 193–216, 2012.

CHAVES, L. C. et al. Gestão ambiental e sustentabilidade em instituições de ensino superior: construção de conhecimento sobre o tema. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 6, n. 2, p. 33–54, 29 abr. 2013.

COELHO, J. M. P.; COSTA E SILVA, C.; LOPES, M. N. Agenda ambiental na administração pública – A3P: o uso adequado dos recursos administrativos. **Gestão Pública - Inovação em Revista**, n. 1, p. 31–41, dez. 2013.

DIAS, A. L. **Gestão Ambiental na UFBA sob a perspectiva dos eixos temáticos da a3p.** Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade)—Salvador: Universidade Federal da Bahia, 18 nov. 2014.

DIAS, R. **Gestão Ambiental - Responsabilidade Social e Sustentabilidade.** 3ª edição ed. [s.l.] Atlas, 2017.

DIMANTE, D.; TAMBOVCEVA, T.; ATSTAJA, D. Raising environmental awareness through education. **International Journal of Continuing Engineering Education and Life-Long Learning (IJCEELL)**, v. 26, n. 3, 2016.

DONAIRE, D.; OLIVEIRA, E. C. DE. **Gestão Ambiental na Empresa**. 3ª edição ed. [s.l.] Atlas, 2018.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Oxford, U.K.: Capstone, 1997.

FAGANELLO, C. R. F.; SANTOS, Á. R. A.; FILHO, L. F. F. Compras Públicas Sustentáveis na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Campo Jurídico**, v. 3, n. 1, p. 15–51, 30 maio 2015.

FAUSTINO, M.; AMADOR, F. O conceito de “sustentabilidade”: migração e mudanças de significados no âmbito educativo. **Indagatio Didactica**, v. 8, n. 1, p. 2021–2033, jul. 2016.

FERREIRA, A. P. A. L. et al. A prática de sustentabilidade: um estudo bibliométrico com relação à percepção dos pesquisadores da área de administração. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 5, n. 3, p. 44–60, 4 dez. 2015.

FERREIRA, M. A. S. DE O. Apontamento sobre a gestão socioambiental na Administração Pública brasileira. In: **BLIACHERIS, M. W.; FERREIRA, M. A. S. O.. Sustentabilidade na administração pública: valores e práticas de gestão socioambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 21–43.

FOUTO, A. R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais**. Dissertação de mestrado—Lisboa, Portugal: Universidade Nova de Lisboa, 2002.

FREITAS, C. L. DE. **Avaliação de sustentabilidade em instituições públicas federais de ensino superior (IFES): proposição de um modelo baseado em sistemas gerenciais de avaliação e evidenciação socioambiental**. Dissertação de mestrado—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

FREITAS, C. L. DE; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. 9 dez. 2011.

GAZZONI, F. et al. O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, p. 48–70, 1 jan. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57–63, abr. 1995.

GOMES, A. C. A.; MEURER, A. P. S.; PINTOR, G. M. Z. DE. O uso da logística reversa para atender a responsabilidade socioambiental: estudo de caso de uma agroindústria canavieira no Paraná. **Orbis Latina**, v. 6, n. 2, p. 111–128, 2016.

HAYASHI, C.; SILVA, L. H. DE A. E. A Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Brasil. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 7, 9 dez. 2015.

IFCE, I. F. DO C. **Anuário Estatístico — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE**. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/anuario-estatistico>>. Acesso em: 29 ago. 2020a.

IFCE, I. F. DO C. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 - IFCE**IFCE, Fortaleza (CE), , 2018b. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-23-versao-final.pdf/>>. Acesso em: 23 abr. 2021

IFCE, I. F. DO C. **Institucional — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE**. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/ifce/acao-a-informacao/Institucional>>. Acesso em: 29 ago. 2020a.

IFCE, I. F. DO C. **O campus — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/limoeironorte/campus_limoeiro/o-campus>. Acesso em: 29 ago. 2020b.

IFCE, I. F. DO C. **Plano de Desenvolvimento Institucional IFCE**. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proap/pdi/menu/o-que-e-pdi/plano-de-desenvolvimento-institucional>>. Acesso em: 23 abr. 2021a.

IFCE, I. F. DO C. **Catálogo dos objetivos, indicadores e metas PDI 2019-2023**IFCE, , 2021b. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proap/pdi/catalogo-de-objetivos-ajustado-em-setembro_2020.pdf/>. Acesso em: 23 abr. 2021

IFCE, I. F. DO C. **Plano de Metas IFCE Limoeiro - PDI**IFCE, , 2021c. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proap/pdi/imagens/plano-de-metas-limoeiro-do-norte.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2021

KRUGER, S. D. et al. Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 4, n. 3, p. 44–62, 5 jun. 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Metodologia do trabalho científico**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANZARIN, J. et al. Agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 3, p. 1020–1049, 2018.

LEME, T. N. Os municípios e a política nacional do meio ambiente. **Planejamento e políticas públicas**, v. 16, n. 35, p. 25–52, 2010.

LIMA, R. M. D.; GOMES, M. DE Q. Desenvolvimento sustentável e a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente sadio: por uma ordem econômica ambiental. **XXV Congresso do CONPEDI - Curitiba**, Direito ambiental e socioambientalismo [Recurso eletrônico on-line]. p. 222–247, 2016.

LOPES, A. E. et al. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: a trajetória de conflitos e desafios para o meio ambiente. **ForScience**, v. 5, n. 2, p. 1–17, 6 out. 2017.

LOYOLA, M. M. A Responsabilidade socioambiental da administração pública. **Revista do Ministério Público do Estado de Goiás**, n. 15, p. 7–12, jun. 2008.

LUIZ, L. C. et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 54–62, jun. 2013.

MACIEL, D. DOS S. C.; FREITAS, L. S. DE. Utilização do método FMEA na identificação e análise dos impactos ambientais causados pelos postos de combustíveis: um estudo de caso. **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. 4, p. 570–589, 14 dez. 2014.

MAGALHÃES, J. E. P. O conflito socioambiental no horto florestal: um olhar pela educação ambiental crítica no programa elos de cidadania. **Revista TransVersos**, v. 7, n. 7, p. 100–133, 30 set. 2016.

MARQUES, J. F. S.; SANTOS, Â. V.; ARAGÃO, J. M. C. Planejamento e Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior à Luz Dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 14–29, 5 mar. 2020.

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 3, p. 433–460, dez. 2015.

MEIRELES, M. R. G.; CENDÓN, B. V. Aplicação prática dos processos de análise de conteúdo e de análise de citações em artigos relacionados às Redes Neurais Artificiais. **Informação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 77–93, 28 dez. 2010.

MENDONÇA, B. A. **Diagnóstico para implantação de um sistema de gestão ambiental em uma instituição federal de ensino**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos)—São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 20 out. 2015.

MMA, M. DO M. A. **História – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/historia/>>. Acesso em: 30 ago. 2020a.

MMA, M. DO M. A. **Balanco de 2018 – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/balanco-de-2018/>>. Acesso em: 2 jul. 2020b.

MMA, M. DO M. A. **Eixos Temáticos – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/eixos-tematicos/>>. Acesso em: 1 set. 2020c.

MMA, M. DO M. A. **Balanco de 2019 – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/balanco-de-2019/>>. Acesso em: 1 set. 2020d.

MMA, M. DO M. A. **Adesão à A3P – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/adesao-a-a3p/>>. Acesso em: 2 set. 2020e.

MMA, M. DO M. A. **Selo e Certificado – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/entrega-do-certificado-de-adesao-e-selo-de-monitoramento-para-as-instituicoes-parceiras/>>. Acesso em: 2 set. 2020f.

MMA, M. DO M. A. **Instituições parceiras – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>>. Acesso em: 2 set. 2020g.

MMA, M. DO M. A. **Ressoa – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/ressoa/>>. Acesso em: 2 set. 2020h.

MMA, M. DO M. A. **Rede A3P – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/rede-a3p/>>. Acesso em: 2 set. 2020i.

MMA, M. DO M. A. **11ª Edição Fórum A3P – 2020**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/11a-edicao-2020/>>. Acesso em: 2 set. 2020j.

MMA, M. DO M. A. **Prêmio A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/premio-a3p/>>. Acesso em: 2 set. 2020k.

MMA, M. DO M. A. **Passo a passo para implantar a A3P – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/passo-a-passo-para-implantar-a-a3p/>>. Acesso em: 3 jun. 2021a.

MMA, M. DO M. A. **A3P em números – Portal A3P**. Portal A3P. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/a3p-em-numeros/>>. Acesso em: 16 abr. 2021b.

MORI, J. S. et al. Os Benefícios da Gestão Ambiental como Ferramenta de Competitividade pela Organizações. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 7, n. 2, p. 25–38, 28 set. 2015.

NISSINEN, A.; PARIKKA-ALHOLA, K.; RITA, H. Environmental criteria in the public purchases above the EU threshold values by three Nordic countries: 2003 and 2005. **Ecological Economics**, v. 68, n. 6, p. 1838–1849, 2009.

OLIVEIRA, V. M. D.; GÓMEZ, C. P.; CORREIA, S. É. N. The role of governments in sustainable consumption: the perception of Brazilian experts. **International Journal of Sustainable Development**, v. 23, n. 1/2, p. 69, 2020.

ONU. **Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (RIO + 20): O Futuro que queremos**. Comitê

facilitador da sociedade civil catarinense, , 2012. Disponível em: <<https://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/07/CNUDS-vers%C3%A3o-portugu%C3%AAs-COMIT%C3%8A-Pronto1.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2021

ONU BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

ONU, C. M. SOBRE O M. A. E D. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PEGORIN, M. C.; SANTOS, D. C. DOS; MARTINS, I. DE S. C. A aplicação da agenda ambiental no setor público: estudo de caso em uma instituição da Administração Pública Federal direta. 2014.

PEIXOTO, C. S. B. DE S. **Práticas Sustentáveis: estudo de caso em uma Instituição Pública de Ensino Superior**. Dissertação de mestrado—Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2019.

PEIXOTO, C. S. B. DE S. et al. Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 12, n. 2, p. 230–252, ago. 2019.

PEREIRA, C. A. **Proposta de ações sustentáveis para o Colégio Pedro II com base no modelo da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão)—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 10 ago. 2016.

PRADO, W. C. **Gestão Participativa A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) na Prefeitura da Cidade do Recife: contribuições da educação a distância**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em EAD)—Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2015.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, L. A. **Da exploração dos recursos naturais aos desafios da educação ambiental em Minaçu – Goiás**. Monografia - Especialização Lato Sensu em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável—Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2015.

RÊGO, G. S.; PIMENTA, H. C. D.; SARAIVA, V. M. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P: um estudo sobre a potencialidade de aplicação no município de São Gonçalo do Amarante/RN. **Holos**, v. 4, n. 27, p. 29–50, 2011.

REIS, M. M. **Estatística aplicada à Administração**. Florianópolis: UFSC, 2009.

ROMERA, M. D. M. **La gestión integral de la calidad, el medio ambiente y la prevención de riesgos laborales en las organizaciones elementos, situación**

actual y aproximación práctica. Tese (doutorado)—Córdoba (Espanha): Universidad de Córdoba, 2005.

ROTTA, M. et al. Ambientalização curricular no ensino superior: formação e sustentabilidade nos cursos de graduação. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 17, n. 2, p. 395–414, ago. 2017.

RUFINO, B. H. V.; ANDRADE, J. I. C. DE. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): Importância e Aplicação para os municípios que compreendem a Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité. **Artigo científico (Especialização em Gestão Governamental)**, p. 26, 2014.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. DE. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade.** [s.l.] Elsevier, 2008.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. D. **Gestão Socioambiental - Estratégias na Nova Era da Sustentabilidade.** 2º edição ed. [s.l.] GEN Atlas, 2021.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em *campus* universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503–515, dez. 2006.

TEIXEIRA, M. F. DE F. B. **Desafios e oportunidades para a inserção do tripé da sustentabilidade nas contratações públicas: um estudo dos casos do Governo Federal Brasileiro e do Governo do Estado de São Paulo.** Dissertação de mestrado—Brasília - DF: Universidade de Brasília (UnB), abr. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, M. A. L. **Marco legal das licitações e compras sustentáveis na administração pública.** Brasília: Biblioteca da Câmara dos Deputados, 2011.

VAZ, C. R. et al. Sistema de Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: uma revisão. **Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas**, n. 3. v. S.I, p. 45–58, set. 2010.

VIEGAS, S. DE F. DA S.; CABRAL, E. R. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 8, n. 1, p. 236–259, 6 fev. 2015.

VIEGAS, S. DE F. S. DA S. **Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: um estudo na Universidade Federal Rural da Amazônia.** Dissertação (Mestrado em Administração)—Belém: Universidade da Amazônia, 2014.

VOGELMANN JUNIOR, J. C. **Roteiro Prático de Ações Sustentáveis na Administração Pública.** Porto Alegre: ESAF, 2014.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM O SERVIDORES DO IFCE – CAMPUS DE LIMOEIRO DO NORTE

O objetivo deste questionário é identificar as práticas sustentáveis adotadas no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, de acordo com os objetivos, preceitos e eixos temáticos do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a partir da percepção dos seus servidores. Os dados coletados por esse instrumento servirão para a elaboração da dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Administração Pública do PROFIAP/UFCEG.

Solicitamos a sua valiosa colaboração mediante o preenchimento deste questionário. Ao preenchê-lo, pedimos que o faça de forma sincera e pessoal, levando em consideração a realidade do seu ambiente de trabalho. Informamos ainda que os dados da pesquisa serão tratados de forma confidencial, mantendo assim, o anonimato dos respondentes.

Desde já, agradecemos pela colaboração e participação!

Primeira seção

Perfil dos Pesquisados
01 - Qual seu sexo? () Feminino () Masculino () Outro
02 - Qual sua cor ou raça? () Amarela () Branca () Indígena () Parda () Preta () Outra () Prefiro não me classificar () Prefiro não responder
03 - Qual sua idade? () Até 20 anos () Entre 21 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos () Acima de 51 anos
04 - Qual sua escolaridade? () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Graduação () Especialização lato sensu () Mestrado () Doutorado () Pós-doutorado
05 - Qual seu tempo de serviço no IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte? () Menos de seis meses () Entre seis meses e um ano () Entre um ano e três anos () Entre três anos e dez anos () Mais de dez anos
06 - Qual a sua categoria de vínculo com o IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte? () Técnico Administrativo () Docente
E-mail:

Segunda seção – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

06 – Informe a frequência com que você se utiliza das seguintes práticas sustentáveis, no seu ambiente de trabalho:

Ação Sustentável	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Apaga a luz ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado					
Aproveita ao máximo a iluminação natural e evita ligar as lâmpadas durante o dia					

Desliga o ar condicionado ou o ventilador ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado					
Fecha portas e janelas quando o ar condicionado está ligado					
Desliga os monitores do seu setor quando faz uma pausa para descanso					
Configura o computador para desligamento automático do vídeo					
Dá preferência ao uso de mensagens eletrônicas (<i>e-mail</i>), evitando o uso do papel nas comunicações, inclusive nas endereçadas ao público externo					
Substitui o uso de documento impresso por documento digital					
Imprime ou faz cópia dos documentos em frente-e-verso					
Utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco					
Reutiliza papéis para fazer bloco de anotações/rascunho					
Substitui copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável					
Procura reduzir o consumo de água, com pequenos hábitos como fechar a torneira na hora de escovar os dentes, também diminuir a quantidade de água derramada na hora de lavar as mãos					
Separa os resíduos gerados dentro da instituição, utilizando adequadamente as lixeiras divididas por padrão de cores da coleta seletiva					

07 – Como você se locomove com mais frequência para o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte?

- () de veículo próprio (carro, moto e outros)
- () de bicicleta
- () de transporte coletivo (ônibus, van, transporte escolar e outros)
- () a pé
- () de carona

() de veículo de aluguel (táxi, mototáxi e outros)

() de outras _____

Terceira seção – Gestão adequada dos resíduos gerados

08 – Informe a frequência com que você percebe ou adota as seguintes condutas:

Frequência	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Incentivo pelo IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro Norte de coleta seletiva e reciclagem.					
Descarte adequado, por você, do lixo nas dependências do IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte, de acordo com o tipo de resíduo.					
Reutilização, por você, de materiais no seu ambiente de trabalho.					
Identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores.					

Quarta seção – Qualidade de vida no ambiente de trabalho

09 - Informe a frequência com que você observa que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte preocupa-se com a preservação dos elementos da natureza presentes no *campus* através de ações de arborização e paisagismo:

Frequência	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Arborização					
Paisagismo					

10 - Em relação à qualidade de vida em seu ambiente de trabalho, informe a frequência com que você percebe as seguintes condutas:

Variáveis	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Aproveitamento eficiente, pela instituição, das habilidades do servidor.					
Autonomia dos servidores em suas atividades diárias.					
Existência de preconceitos no ambiente de trabalho.					
Promoção de atividades de integração no local de trabalho (que estimulem o convívio social).					
Respeito à liberdade de expressão.					
Respeito à privacidade pessoal.					
Tratamento imparcial a todos os servidores					

Promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer.					
Promoção de programas de orientação médica e nutricional					
Mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada (que oferecem conforto e que favorecem a postura física correta)					
Controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho (realização de horas extras)					
Manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada					
As instalações do IFCE – <i>campus</i> de Limoeiro do Norte são acessíveis e apropriadas às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.					
Estímulo à educação continuada e a capacitação.					

Quinta seção – Sensibilização e capacitação dos servidores

11 - Informe a frequência com que você observa as seguintes ações de sensibilização e capacitação no seu ambiente de trabalho.

Frequência	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Promoção de campanhas de sensibilização de servidores sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício (de energia, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por <i>e-mail</i> e outros.					
Promoção de palestras, reuniões, oficinas e exposições sobre a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho.					
Divulgação de informativos sobre temas de sustentabilidade no ambiente de trabalho, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.					

12 – Ao se falar em práticas de sustentabilidade em órgãos da Administração Pública, alguns temas são habitualmente mencionados. Informe o quanto você conhece a respeito da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P):

Nenhum conhecimento	Pouco conhecimento	Razoável conhecimento	Bom conhecimento	Grande conhecimento

Sexta seção – Compras públicas sustentáveis

13 - Informe a frequência com que você percebe que os materiais adquiridos pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte possuem padrões de sustentabilidade (provenientes de materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agridam menos o meio ambiente).

Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre

Sétima seção – Construções sustentáveis

14 - Informe a frequência com que você percebe que as construções/instalações do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte adotam os seguintes critérios:

Frequência	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Privilegiam a ventilação natural, visando à redução da utilização do ar condicionado.					
Privilegiam a iluminação natural, visando à redução da utilização de lâmpadas.					
Privilegiam a utilização de divisórias em áreas internas, ao invés de paredes, objetivando maior flexibilidade de uso dos prédios.					
Utilizam fontes alternativas de energia, como a energia solar e a energia eólica.					

Oitava seção

15 – Você identifica alguma outra atividade ligada à sustentabilidade que é desenvolvida no seu setor/curso ou no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte? Se sim, que atividade é esta?

**APÊNDICE B – ROTEIRO APLICADO EM ENTREVISTA COM O SERVIDORES
OCUPANTES DOS CARGOS DE DIREÇÃO NO CAMPUS DE LIMOEIRO DO
NORTE DO IFCE**

Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	Adere	Não Adere
Objetivo 1 – sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais		
Há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição?		
Objetivo 2 – promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais		
A gestão ambiental na IFES promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos?		
A gestão ambiental na IFES promove a redução de gastos institucionais?		
Objetivo 3 – reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional		
A gestão ambiental na IFES contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição?		
Objetivo 4 – contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública		
A gestão ambiental na IFES contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública?		
A gestão ambiental na IFES contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo?		
Objetivo 5 – contribuir para a melhoria da qualidade de vida		
A gestão ambiental na IFES contribui para a melhoria da qualidade de vida dos stakeholders?		

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	Adere	Não Adere
Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?		
Nas compras, a IFES dá preferência ao papel oriundo de madeira certificada ou ao papel reciclado?		
A IFES possui alguma normatização do acesso ao serviço de impressão e reprografia monocromático e policromático?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?		
A IFES desenvolve a utilização de placas solares ou geradores de energia, para gerar sua própria energia?		
A IFES utiliza sistema de iluminação de maior eficiência energética, com lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas LED?		
Nas compras, a IFES dá preferência por equipamentos que consomem menos energia (Selo Procel, letra A)?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?		
A IFES dispõe de sistemas que aproveitem a água das chuvas?		

A IFES aproveita as reformas para implantar estrutura que permita o reuso da água servida em pias e lavadouros (água cinza) para alimentar descargas sanitárias (água negra)?		
A IFES providencia para que todo o esgoto produzido pela unidade seja canalizado para a rede coletora do município ou seja tratado antes de ser liberado na natureza?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?		
A IFES disponibiliza copos permanentes para todos os servidores e discentes?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?		
A IFES dispõe de comissão de desfazimento de bens, para identificação e avaliação dos bens que poderão ser objeto de desfazimento ou de transferência a outro órgão?		
Na IFES é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irre recuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)?		
A IFES promove a racionalização e controle do uso da frota, evitando deslocamentos desnecessários e definindo procedimentos (escalas de saída, itinerário padrão, lotação mínima, etc.)?		
A IFES realiza a manutenção preventiva dos veículos oficiais, conforme previsto no manual do fabricante?		
A IFES utiliza softwares de gerenciamento de ligações telefônicas ou telefones tipo VOIP, com o intuito de reduzir as despesas telefônicas?		
Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados		
A IFES desenvolve e incentiva a política dos 5R's?		
A coleta seletiva na IFES atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2005? (padrão de cores para as coletas seletivas)		
A IFES realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006, para separar os resíduos na fonte e doar para cooperativas e associações de catadores?		
A IFES possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?		
Há destinação adequada a resíduos perigosos?		
Na IFES, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e defensivos agrícolas bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010)?		
A IFES manter lixeiras em pontos estratégicos que recolham apenas o material orgânico (não reciclável), destinando-o para a realização de compostagem na própria unidade ou para o serviço de coleta próprio para esse tipo de resíduo?		
Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho		
A IFES oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e bolsistas?		
A IFES atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?		
A IFES possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas?		
A IFES possui uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)?		
A IFES promove educação e ações de prevenção de acidentes de trabalho?		
A IFES possui controle da jornada de trabalho?		

A IFES possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?		
Os ambientes da IFES, especialmente os de trabalho, são salubres?		
A IFES possui programa de saúde ocupacional?		
A IFES possui programa de orientação nutricional?		
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?		
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?		
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais?		
A IFES incentiva e respeita a liberdade de expressão?		
A IFES incentiva e respeita a privacidade pessoal?		
A IFES incentiva e respeita o tratamento impessoal?		
A IFES dispõe de pontos de coleta de sugestões?		
A IFES promove o hábito da leitura?		
Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores		
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?		
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?		
Na IFES, há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais?		
A IFES desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente?		
A IFES promove a educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino?		
A IFES desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?		
A IFES produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente?		
Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis		
A IFES incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?		
É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável?		
A IFES dá preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza?		
Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras?		
A IFES dá preferência a produtos biodegradáveis, principalmente os do ramo da higiene e limpeza?		
A IFES dá prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...)?		
A IFES adquire produtos reciclados?		

A IFES observa a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?		
Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?		
Na aquisição de produtos ou subprodutos da madeira, a IFES exige que a origem dos insumos seja de manejo sustentável em conformidade com o Programa Brasileiro de Certificação Florestal do Inmetro (Cerflor)?		
A IFES dá preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?		
Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído?		
A IFES incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?		
Nos editais é exigido que a empresa terceirizada forneça treinamento a seus empregados?		
Nos editais é exigido que a empresa terceirizada utilize equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?		
Nos editais é exigido que a empresa terceirizada forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade?		
Nos editais é exigido que a empresa terceirizada realize a separação dos resíduos sólidos descartados?		
Nos editais é exigido que a empresa terceirizada adote medidas para reduzir o consumo de água e energia?		
Sempre que possível, a IFES realiza a licitação por meio do pregão eletrônico?		
Sempre que possível, a IFES utiliza compras compartilhadas ou o sistema de registro de preços (IRP)?		
Sempre que possível, a IFES confere margem de preferência aos produtos que forem manufaturados no Brasil, observando os Decretos 7.709/12, 7.713/12, 7.756/12, 7.810/12, dentre outros, e a declaração constante do Anexo II da Portaria MDIC nº 279/2011?		
A IFES aplica penalidades aos contratados, em caso de descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade prometidas na licitação?		
Eixo 6 – Construções sustentáveis		
A IFES incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?		
Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais?		
Nas reformas e manutenção de pintura, a IFES dá preferência a tinta à base de água e a cores claras para melhor aproveitamento e reflexão da luz natural?		
A IFES dá preferência ao uso de divisórias e carpetes que utilizam fibras naturais?		
Nas áreas externas, a IFES dá preferência a pisos que privilegiem a absorção da água da chuva?		
A IFES dispõe de hortas compartilhadas, levando aos servidores informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, etc.?		

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – QUESTIONÁRIO ON-LINE

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE IMPLANTAÇÃO NO *CAMPUS* DE LIMOEIRO DO NORTE DO IFCE

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado, intitulado “Agenda Ambiental na Administração Pública: possibilidades e desafios de implantação no *Campus* de Limoeiro do Norte do IFCE”. Em relação ao questionário a que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) se associa, os participantes do estudo são os servidores (técnico-administrativos e docentes) do *Campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, incluindo o(a) senhor(a). Todos os servidores (técnico-administrativos e docentes) do *Campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, incluindo o(a) senhor(a) serão convidados a responder um questionário estruturado a respeito do perfil dos(as) pesquisados(as) e dos eixos temáticos do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). O questionário será composto por quinze (15) questões divididas em oito (08) seções: uma sobre o perfil dos pesquisados, seis sobre os eixos temáticos do Programa A3P, a última seção com uma questão aberta para o apontamento de outras práticas sustentáveis. O questionário será aplicado através de um formulário eletrônico (Google Forms) com link disponibilizado através de envio de correio eletrônico (*e-mail*) para os servidores (técnico-administrativos e docentes) do *Campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, com o objetivo de levantar as ações sustentáveis praticadas pelo(a) senhor(a) e o grau de conhecimento dos mesmos a respeito do Programa A3P. A pesquisa terá como objetivo principal: analisar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no contexto das atividades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* de Limoeiro do Norte. O(a) senhor(a) ao aceitar participar da pesquisa deverá:

1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do TCLE, o qual poderá ser impresso se assim o desejar.
2. Responder ao questionário *on-line*.

O questionário será *on-line* e, portanto respondido no momento e local de sua preferência. Não é obrigatório responder a todas as perguntas se assim você o desejar.

O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem será remunerado(a) pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação na pesquisa não serão cobradas. Em caso de dano, em decorrência do estudo, será garantida a sua indenização.

O risco da pesquisa é mínimo por envolver apenas a resposta ao questionário *on-line*, o qual foi elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja mínimo, em torno de 10 a 15 minutos. Para garantir a confidencialidade e a privacidade dos indivíduos, a caracterização dos mesmos será feita por codificação de sua identidade. Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento do participante. Os resultados da pesquisa não serão divulgados a terceiros.

Como benefício ou vantagem direta em participar deste estudo, o(a) pesquisado(a) contribui para o aprimoramento da gestão do *Campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, uma vez que a pesquisa busca colaborar com a construção de uma administração pública voltada para práticas de gestão que visem a redução do desperdício, a administração adequada dos resíduos gerados e a utilização apropriada dos recursos naturais, humanos e econômicos disponíveis. Além disso, os benefícios e vantagens em participar são indiretos, proporcionando retorno social através da publicação dos resultados da pesquisa em periódicos científicos.

Remotamente as pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores: Profa. Dra. Verônica Macário de Oliveira Motta e Mestrando Francisco Diogenilson Almeida de Aquino, que são os responsáveis pela pesquisa.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer necessidade de justificativa.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome.

Ao assinar este termo de consentimento livre e esclarecido, cópia do mesmo será automaticamente enviada para seu endereço eletrônico informado no questionário *on-line*.

Ao clicar no botão abaixo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador

Caso se sinta prejudicado(a) por participar desta pesquisa, poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEP, do Hospital Universitário Alcides Carneiro – HUAC, situado a Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José, CEP: 58401 – 490, Campina Grande-PB, Tel: 2101 – 5545, *E-mail:* cep@huac.ufcg.edu.br; Conselho Regional de Medicina da Paraíba e a Delegacia Regional de Campina Grande.

Responsáveis:

Profa. Dra. Verônica Macário de Oliveira Motta – Fone: (83) 9 8137-2754

Mestrando Francisco Diogenilson Almeida de Aquino – Fone: (85) 9 9990-0730

Local, _____ de _____ de 2020.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que ao clicar no botão abaixo, estou concordando em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Estou ciente que receberei uma cópia deste TCLE automaticamente no endereço eletrônico informado por mim neste questionário *on-line*.

Nome _____ por _____ extenso

Assinatura _____

Local: _____ Data: ____/____/____

Agradecemos a vossa participação e colaboração.

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTA *ON-LINE*

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE IMPLANTAÇÃO NO *CAMPUS* DE LIMOEIRO DO NORTE DO IFCE

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado, intitulado “Agenda Ambiental na Administração Pública: possibilidades e desafios de implantação no *Campus* de Limoeiro do Norte do IFCE”. Em relação ao questionário a que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) se associa, os participantes do estudo são servidores ocupantes dos cargos de direção do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, incluindo o(a) senhor(a). Todos os servidores ocupantes dos cargos de direção do *Campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, incluindo o(a) senhor(a) serão convidados a participar de entrevista semiestruturada a respeito das ações de sustentabilidade socioambiental praticadas pela instituição, de modo a identificar se se enquadram nos objetivos e eixos temáticos do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). O roteiro da entrevista foi adaptado do *check list* proposto no estudo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), já utilizado em outras pesquisas como Arruda e Rodrigues (2018); Kruger *et al.* (2011); Lanzarin *et al.* (2018); Luiz *et al.* (2013), portanto, já validado e permitirá a comparabilidade com as demais pesquisas. O roteiro é focado em dois aspectos do Programa A3P: Objetivos da A3P e Eixos temáticos da A3P. Para os cinco objetivos da A3P serão aplicadas sete (07) questões no roteiro da entrevista. Para os eixos temáticos da A3P, serão aplicadas oitenta e três (83) questões no roteiro da entrevista. Para cada questão do roteiro de entrevista, há duas opções possíveis de serem respondidas: “adere”, “não adere”. Desse modo, será possível avaliar o nível de aderência do *campus* de Limoeiro do Norte do IFCE ao Programa A3P. Ao decorrer da entrevista, será possível coletar informações sobre as ações de sustentabilidade socioambiental praticadas pela instituição, com a realização de novas perguntas e espaço para o entrevistado(a) apresentar explicações, levantamentos, considerações, no decorrer da entrevista. A pesquisa terá como objetivo principal: analisar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no contexto das atividades do Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* de Limoeiro do Norte. O(a) senhor(a) ao aceitar participar da pesquisa deverá:

1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do TCLE, o qual poderá ser impresso se assim o desejar.

2. Participar da entrevista *on-line* por videoconferência com a utilização da ferramenta *Google Meet*, em dia e horário previamente acordado entre pesquisador e entrevistado(a).

3. Conceder autorização para gravação audiovisual da entrevista *on-line*, bem como autorização para utilização da gravação para coleta e análise dos dados nesta pesquisa.

A entrevista será *on-line* e gravada, portanto a ser agendada com o pesquisador para o dia e horário da preferência do entrevistado(a). Não é obrigatório responder a todas as perguntas se assim você o desejar.

O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem será remunerado(a) pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação na pesquisa não serão cobradas. Em caso de dano, em decorrência do estudo, será garantida a sua indenização.

O risco da pesquisa é mínimo por envolver apenas a resposta à entrevista *on-line*, cujo roteiro foi elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu respondido seja mínimo, em torno de 30 minutos. Para garantir a confidencialidade e a privacidade dos indivíduos, a caracterização dos mesmos será feita por codificação de sua identidade. Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento do participante. Os resultados da pesquisa não serão divulgados a terceiros.

Como benefício ou vantagem direta em participar deste estudo, o(a) pesquisado(a) contribui para o aprimoramento da gestão do *Campus* de Limoeiro do Norte do IFCE, uma vez que a pesquisa busca colaborar com a construção de uma administração pública voltada para práticas de gestão que visem a redução do desperdício, a administração adequada dos resíduos gerados e a utilização apropriada dos recursos naturais, humanos e econômicos disponíveis. Além disso, os benefícios e vantagens em participar são indiretos, proporcionando retorno social através da publicação dos resultados da pesquisa em periódicos científicos.

Remotamente as pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores: Profa. Dra. Verônica Macário de Oliveira Motta e Mestrando Francisco Diogenilson Almeida de Aquino, que são os responsáveis pela pesquisa.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer necessidade de justificativa.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome.

Ao assinar este termo de consentimento livre e esclarecido, cópia do mesmo será automaticamente enviada para seu endereço eletrônico informado no questionário *on-line*.

Ao clicar no botão abaixo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador

Caso se sinta prejudicado(a) por participar desta pesquisa, poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEP, do Hospital Universitário Alcides Carneiro – HUAC, situado a Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José, CEP: 58401 – 490, Campina Grande-PB, Tel: 2101 – 5545, *E-mail*: cep@huac.ufcg.edu.br; Conselho Regional de Medicina da Paraíba e a Delegacia Regional de Campina Grande.

Responsáveis:

Profa. Dra. Verônica Macário de Oliveira Motta – Fone: (83) 9 8137-2754

Mestrando Francisco Diogenilson Almeida de Aquino – Fone: (85) 9 9990-0730

Local, _____ de _____ de 2020.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que ao clicar no botão abaixo, estou concordando em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Estou ciente que receberei uma cópia deste TCLE automaticamente no endereço eletrônico informado por mim neste questionário *on-line*.

Nome _____ por _____ extenso

Assinatura _____

Local: _____ Data: ____/____/____

Agradecemos a vossa participação e colaboração.

APÊNDICE E – RELATÓRIO TÉCNICO

PROPOSTA PARA ADESÃO DO IFCE – *CAMPUS* DE LIMOEIRO DO NORTE À AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

Resumo

Este Relatório Técnico aborda questões ligadas à sustentabilidade, ao desenvolvimento sustentável e à responsabilidade socioambiental, voltadas para a administração pública. Todos os atores sociais assumem papéis relevantes na busca da sustentabilidade, sobretudo a administração pública, com a função de formulação e execução de políticas públicas com objetivo de promover a cultura da sustentabilidade. No Brasil, uma política pública que visa difundir a sustentabilidade na própria administração pública é a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Desse modo, o objetivo deste Relatório Técnico é propor a adesão do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Este instrumento busca colaborar com a construção de uma administração pública voltada para práticas de gestão que visem a redução do desperdício, a administração adequada dos resíduos gerados e a utilização apropriada dos recursos naturais, humanos e econômicos disponíveis.

Instituição/Setor

A presente proposta visa à adesão e implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* de Limoeiro do Norte.

A unidade está situada no Vale do Jaguaribe, especificamente no município de Limoeiro do Norte-CE, distante cerca de 200km da capital cearense (Fortaleza). Possui área total de 12.000,00m², sendo 6.692,46m² de área construída, com infraestrutura dotada de: salas de aula, laboratórios básicos e específicos para os diversos cursos, sala de videoconferência, auditório, espaço de convivência, cantina, biblioteca com espaço para pesquisa e estudo, ginásio poliesportivo, dentre outros. É

composto pelas Unidades: Sede, Cidade Alta e Experimental de Pesquisa e Ensino (UEPE), na Chapada do Apodi. O *campus* de Limoeiro do Norte oferta 14 (quatorze) cursos: sete superiores (Alimentos, Mecatrônica Industrial, Saneamento Ambiental, Agronomia, Nutrição, Educação Física e Música) e sete técnicos (Agropecuária, Eletrotécnica, Eletroeletrônica, Meio Ambiente, Mecânica Industrial, Panificação e Química). O *campus* também oferta o mestrado acadêmico em Tecnologia de Alimentos e os cursos de especialização Gestão e Controle Ambiental, Metodologias de Ensino para a Educação Básica, Saúde e Segurança Alimentar (IFCE, 2020b).

A entidade foi escolhida por ter atuação destacada no contexto local e regional, na região do Vale do Jaguaribe (Ceará), especialmente, pelas atividades acadêmicas desenvolvidas dentro do ambiente educacional, isto é, as atividades que envolvem ensino, pesquisa e extensão, que carregam um grande potencial transformador. Assim, acredita-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, ao aderir à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), pode desempenhar um papel significativo e protagonista na promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioambiental.

Público-alvo da iniciativa

Esta proposta busca colaborar para que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, ao aderir ao Programa A3P, alcance um perfil de administração pública voltada para práticas de gestão que visem a redução do desperdício, a administração adequada dos resíduos gerados e a utilização apropriada dos recursos naturais, humanos e econômicos disponíveis.

Descrição da situação-problema

Em busca da sustentabilidade, todos os atores sociais assumem papéis relevantes, sobretudo a administração pública, com a função de formulação e execução de políticas públicas com objetivo de promover a cultura da sustentabilidade. No Brasil, uma política pública que visa difundir a sustentabilidade

na própria administração pública é a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

A A3P busca a construção de uma nova cultura institucional em que gestores públicos são estimulados a incorporarem em suas práticas cotidianas e rotineiras, nos órgãos e entidades públicas, os princípios e critérios de gestão socioambiental que promovem a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais. Isto ocorre a partir do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da adoção de mecanismos de licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida dos servidores públicos no seu ambiente de trabalho (BRASIL, 2009).

Como se destina a qualquer órgão público, da administração pública direta e indireta, das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário), a adesão ao Programa A3P é uma oportunidade para o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, como Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica (integrante do Poder Executivo Federal), melhorar os processos de gestão pública com inserção e/ou ampliação de práticas sustentáveis.

Desse modo, o objetivo deste Relatório Técnico é propor a adesão do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Objetivo

- Propor a adesão do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Análise/Diagnóstico da situação-problema

A partir da pesquisa de mestrado “Agenda Ambiental na Administração Pública: possibilidades e desafios de implantação no *Campus* de Limoeiro do Norte do IFCE”, buscou-se identificar e mapear as ações, atividades, programas, projetos ou atos

realizados no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte que se enquadram nas diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Para tanto, foi realizada uma análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE, quadriênio 2019-2023, e documentos correlatos, bem como foi aplicado um questionário *on-line* com os servidores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, além de terem sido realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores da unidade.

A realização das entrevistas com os gestores do IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte também foi a metodologia utilizada para verificar a percepção dos gestores da unidade, em relação às possibilidades e aos desafios quanto à implantação da A3P no órgão.

Por meio da análise documental do PDI 2019-2023 do IFCE, identificou-se as diretrizes organizacionais e os preceitos sustentáveis destacados nesse instrumento de planejamento estratégico institucional, bem como o comprometimento do IFCE com o desenvolvimento sustentável. Percebeu-se que, embora não haja menção literal ao termo, as diretrizes organizacionais são pautadas em ações de sustentabilidade socioambiental.

Conforme expresso no PDI 2019-2023, ressalta-se que o IFCE planeja aderir ao Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). A partir das análises das diretrizes organizacionais contidas no PDI da instituição, considera-se ser possível a adesão, uma vez que se evidenciou tópicos do planejamento institucional que se enquadram nos fundamentos, princípios e objetivos da A3P, especialmente com os seis eixos temáticos prioritários do Programa.

Ademais, observou-se no PDI, a preocupação recorrente com a possibilidade de implantação de práticas sustentáveis nas rotinas administrativas. Desse modo, o IFCE, pelo menos no documento institucional de planejamento estratégico, procurou definir um compromisso com o desenvolvimento sustentável, projetando ações e práticas que minimizam os impactos socioambientais de suas atividades. Destaca-se que esse planejamento institucional se estende a todas as unidades administrativas, sobretudo, os *campi*, que compõem o IFCE.

Conforme os resultados obtidos com as análises dos dados coletados por meio da aplicação do questionário com os servidores e com a realização das entrevistas com os gestores, descobriu-se que, apesar de não ter adesão formal ao Programa A3P, o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte desenvolve práticas socioambientais

sustentáveis que estão em conformidade com os seis eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Com relação ao eixo temático “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”, evidenciou-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte desenvolve muitas práticas sustentáveis referente a esse eixo, em consonância com as diretrizes organizacionais planejadas e definidas no PDI 2019-2023 do IFCE. No entanto, pontuou-se a necessidade de adoção ou melhoria de ações sustentáveis voltadas para o consumo eficiente de energia, papel, copos plásticos, água e transportes.

No que se refere ao eixo temático “Gestão adequada dos resíduos gerados”, notou-se que a instituição promove ações de reaproveitamento de materiais e resíduos, entretanto identificou-se diversas práticas sustentáveis que precisam ser implementadas: promover ações de incentivo para servidores sobre a política do 5R’s, a coleta seletiva e a reciclagem; formalizar a implantação da Coleta Seletiva Solidária, inclusive com a criação da Comissão; promover, de forma efetiva, a identificação e destinação adequada de bens materiais inservíveis; realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de resíduos perigosos, bem como de produtos e materiais do sistema de logística reversa. Destacou-se que, além de serem implementadas de forma institucionalizada, essas práticas precisam ser divulgadas e estimuladas, a fim de se fomentar ações de redução do consumo e combate ao desperdício, assim como a adoção de mecanismos de destinação adequada dos resíduos gerados.

Em relação ao eixo temático “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”, revelou-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte precisa implantar uma política efetiva de qualidade de vida no ambiente de trabalho. Embora percebeu-se êxito em algumas práticas de incentivo ao “uso e desenvolvimento de capacidades” e de promoção ao “respeito à legislação”, demonstraram-se escassas as ações relativas aos tópicos “integração social interna” e “condições de saúde e segurança no trabalho”. Portanto, orientou-se para a necessidade de se direcionar maior atenção a essas dimensões (“integração social interna” e “condições de saúde e segurança no trabalho”) da qualidade de vida no ambiente de trabalho, ao tempo que amplia as ações associadas ao “uso e desenvolvimento de capacidades” e de “respeito à legislação”.

Concernente ao eixo temático “Sensibilização e capacitação dos servidores”, os resultados apontaram que são escassas as ações de sensibilização e capacitação

relativo a questões socioambientais, no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte. Além disso, revelou-se que os servidores e gestores possuem conhecimento limitado a respeito do Programa A3P. Desse modo, evidenciou-se a necessidade de criação e incentivo de ações que promovam a conscientização socioambiental, por meio de sensibilização e capacitação dos servidores e gestores, suscitando ainda a criação e o fortalecimento de campanhas e programas institucionais ligados à sustentabilidade socioambiental, para difundir a temática junto a todos os públicos (servidores, discentes, comunidade externa). Indicou-se ainda como estratégia a adesão ao Programa A3P e a implantação de suas diretrizes e eixos temáticos.

Quanto ao eixo temático “Compras públicas sustentáveis”, os resultados demonstraram que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte necessita inserir e ampliar a aplicação de critérios sustentáveis nos processos de compras públicas, principalmente, nas aquisições de bens e produtos. Evidenciou-se que os gestores desconhecem a adoção ou não de determinadas práticas sustentáveis nos processos de compras públicas, indicando-se ser necessário realizar a conscientização e a capacitação dos gestores sobre as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis nos procedimentos licitatórios.

No que tange ao eixo temático “Construções sustentáveis”, percebeu-se que o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte está adotando algumas práticas na perspectiva de tornar suas construções mais sustentáveis. Todavia, constatou-se que a gestão do *campus* ainda precisa implementar mais critérios sustentáveis relacionados a essa temática, principalmente, com relação ao aproveitamento de projetos de obras públicas visando a economia da manutenção e operacionalização da instituição, a diminuição do consumo de energia e água, o conforto e acessibilidade dos usuários, e a utilização de tecnologias e materiais menos agressivos na obra pública.

A partir dos dados coletados por meio da aplicação do roteiro de entrevista junto aos gestores, calculou-se ainda o Índice de Adesão ao Programa A3P pelo IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, para o qual obteve-se o valor de 78,89% como o Índice Geral de Adesão ao Programa A3P.

Ressalta-se que, embora todos os Índices de Adesão ao Programa A3P tenham ficados em níveis superiores a 50%, demonstrando que a instituição observa e adere a alguns quesitos da A3P, o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte ainda apresenta muitos pontos passíveis de melhoria relacionados às práticas sustentáveis preconizadas pelos Eixos Temáticos do Programa A3P.

Para tanto, elaborou-se o Quadro abaixo, com a síntese das necessidades de melhorias em cada Eixo Temático:

Quadro – Síntese das necessidades de melhorias por Eixo Temático

Eixo Temático	Necessidade de melhoria
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Configurar os computadores da instituição para desligamento automático do vídeo
	Utilizar papel reciclado em substituição ao papel branco
	Dar preferência à aquisição de papel oriundo de madeira certificada ou ao papel reciclado
	Promover a substituição de copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável
	Promover campanhas de sensibilização referente ao consumo eficiente de copos descartáveis, com a doação institucionalizada de copos permanentes para todos os públicos (discentes e servidores)
	Implantar sistemas para aproveitamento da água das chuvas e reuso de águas cinzas
	Promover campanhas de incentivo, junto ao público interno (servidores e discentes) para utilização de formas mais sustentáveis de locomoção para a instituição, como a utilização de bicicleta e a carona solidária
	Promover e ampliar campanhas voltadas ao consumo eficiente de energia, papel, copos plásticos, água e transportes
Gestão adequada dos resíduos gerados	Promover ações de incentivo para servidores sobre a política do 5R's, a coleta seletiva e a destinação adequada para reciclagem
	Instituir a criação da Comissão de Coleta Seletiva Solidária
	Formalizar os procedimentos para a Coleta Seletiva Solidária
	Promover, de forma efetiva, a identificação e destinação adequada de bens materiais inservíveis
	Realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de resíduos perigosos
	realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de produtos e materiais do sistema de logística reversa
	Promover campanhas de divulgação e incentivo de práticas de gestão adequada dos resíduos gerados, a fim de se fomentar ações de redução do consumo e combate ao desperdício, assim como a adoção de mecanismos de destinação adequada dos resíduos gerados
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Promover campanhas de incentivo ao desenvolvimento e capacitação dos servidores e autonomia nas atividades desenvolvidas
	Desenvolver estratégias que levem os servidores a perceberem o aproveitamento das habilidades individuais e coletivas
	Ampliar a promoção de eventos de integração social, inclusive como política institucional
	Criar e desenvolver programas de saúde ocupacional e de orientação nutricional, com perspectiva a saúde dos servidores
	Promover campanhas de divulgação das ações de promoção da preservação dos elementos da natureza presentes na instituição, de modo que possa influenciar na qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho
	Promover campanhas que incentivem ações de tratamento imparcial a todos os servidores
	Desenvolver ação junto aos servidores com atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes
	Fazer o levantamento de acessibilidade em todas as instalações da instituição e promover as adequações necessárias
	Instituir a criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)
	Promover educação e ações de prevenção de acidentes de trabalho Instituir a criação de grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)

	Instituir a criação do Programa Qualidade de Vida no Trabalho
	Divulgar a existência de pontos de coleta de sugestões
	Ampliar a promoção do hábito da leitura
Sensibilização e capacitação dos servidores	Criação e incentivo de ações que promovam a conscientização socioambiental dos servidores
	Promover ações de sensibilização e capacitação dos servidores e gestores no tocante a práticas sustentáveis e questões socioambientais
	Criação e fortalecimento de campanhas e programas institucionais ligados à sustentabilidade socioambiental, para difundir a temática junto a todos os públicos (servidores, discentes, comunidade externa)
	Criação de estratégias que disseminem as diretrizes do Programa A3P junto aos servidores
Compras públicas sustentáveis	Promover capacitação e treinamento de gestores e servidores sobre os procedimentos licitatórios e as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis
	Promover a adoção e inserção de critérios sustentáveis nos processos de licitações públicas
Construções sustentáveis	Promover capacitação e treinamento de gestores e servidores sobre as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis nas obras públicas
	Promover o aproveitamento de projetos de obras públicas visando a economia da manutenção e operacionalização da instituição, a diminuição do consumo de energia e água, o conforto e acessibilidade dos usuários, e a utilização de tecnologias e materiais menos agressivos na obra pública
	Dar preferência ao uso de divisórias e carpetes que utilizam fibras naturais
	Dar preferência a pisos que privilegiem a absorção da água da chuva, nas áreas externas
	Criar programa institucional para disposição de hortas compartilhadas, levando aos servidores informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, etc.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação aos desafios encontrados para implantação de práticas sustentáveis no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte, a partir da análise das respostas dos gestores nas entrevistas, identificou-se dificuldades de natureza administrativa e de natureza cultural, ressaltando-se como principais desafios a falta de conhecimento e treinamento dos atores (gestores e servidores) a respeito de ações de sustentabilidade e a inexistência de políticas institucionais voltadas para a sustentabilidade.

A partir das análises dos resultados obtidos neste estudo, identificou-se potencial para o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte aderir e implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), considerando as ações sustentáveis já desenvolvidas na instituição e o interesse dos gestores em implementar o Programa na unidade.

Para isso, a instituição precisa criar e desenvolver estratégias de sensibilização e capacitação, para os gestores e os servidores, sobre o referido tema. Ademais, é necessário que a gestão elabore e desenvolva uma política global com o intuito de

aplicar práticas sustentáveis nas rotinas administrativas, perpassando o nível teórico do planejamento e sendo colocada em prática de forma efetiva. Desse modo, a implantação de práticas sustentáveis acarretará benefícios sociais, ambientais e econômicos, a médio e longo prazo.

Além disso, ao aderir e implantar a A3P, o IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte estará na vanguarda dentre os *campi* do Instituto Federal do Ceará, estando em consonância com o PDI 2019-2023 da instituição, uma vez que ficou estabelecido no planejamento estratégico do órgão a adesão ao Programa A3P como projeto prioritário a ser implementado até o ano de 2023.

Desse modo, no próximo tópico, apresenta-se o Plano de Trabalho com a proposta de implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Recomendações de intervenção

Como recomendação de intervenção, apresenta-se o Plano de Trabalho como proposta de adesão e implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no IFCE – *campus* de Limoeiro do Norte.

Destaca-se que a implantação da A3P requer comprometimento institucional, coletivo e individual. O Portal A3P (MMA, 2021a) descreve cinco passos para se implantar o Programa em alguma instituição.

O primeiro passo é criar a Comissão Gestora da A3P, que ficará responsável por planejar, executar e monitorar as ações da Agenda. A recomendação é que a Comissão seja constituída por 5 a 10 membros, com representantes de todas as áreas da instituição, para que se obtenha apoio e participação coletiva. A criação da Comissão deve ocorrer de forma institucionalizada por meio de instrumento legal pertinente, como Portaria ou Instrução Normativa. O Portal A3P disponibiliza Modelo de Portaria de criação de Comissão Gestora da A3P (MMA, 2021a).

Depois de criada a Comissão, o segundo passo orienta que seja feito um levantamento de dados da situação socioambiental da instituição. Por meio desse processo, a instituição direciona as medidas que serão adotadas de acordo com as necessidades diagnosticadas. O diagnóstico deve ser baseado nos Eixos Temáticos do Programa A3P. Os dados coletados e analisados neste estudo poderão ser

utilizados para balizar o diagnóstico da instituição. No entanto, é recomendado que a Comissão Gestora seja responsável pela elaboração do diagnóstico, considerando os seguintes critérios: mapear os gastos da instituição com energia, água, materiais de escritório, entre outros; revisar os programas já existentes de licitação, descarte de resíduos, capacitação, saúde e segurança do servidor, qualidade de vida no ambiente de trabalho, etc.; avaliar os recursos físicos e financeiros disponíveis para a efetivação do programa; promover a conscientização de todos os setores envolvidos acerca da importância da agenda para a instituição. Ao desenvolver o diagnóstico, a Comissão deverá promover o diálogo entre gestores, servidores e terceirizados, objetivando garantir a coletividade e sustentabilidade das ações adotadas. O Portal A3P também dispõe de Modelo de Diagnóstico (MMA, 2021a).

Com o Diagnóstico organizado, o terceiro passo é a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental (PGS), com a definição de atividades e projetos prioritários para a implantação da A3P na instituição. No Plano de Gestão devem ser contempladas as ações, os objetivos, as metas, os recursos físicos e financeiros necessários e disponíveis. O Plano ainda deve organizar um cronograma de execução coerente, com a adequação das ações às metas pré-estabelecidas, bem como a definição dos indicadores para acompanhamento e aprimoramento das atividades, sempre em consonância com a realidade institucional previamente diagnosticada. Recomenda-se que no decorrer do desenvolvimento do PGS, promova-se o envolvimento do maior número possível de colaboradores e setores. Está disponível no Portal A3P Modelo de Plano de Gestão Socioambiental (PGS) (MMA, 2021a).

Em se tratando de órgãos federais, a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental (PGS) precisa coincidir com o Plano de Logística Sustentável (PLS), que pode ser usado alternativamente ao PGS da A3P. O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública (MMA, 2021a).

O quarto passo envolve mobilização e sensibilização. Esses processos devem ser contínuos, envolvendo o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, que deverão ser amparadas e encorajadas pela Comissão Gestora. Para a execução desta etapa, a Comissão Gestora precisa ter elaborado um Plano de

Sensibilização, contendo as ações a serem implementadas, tais como campanhas, cursos, treinamentos, publicações de material educativo, entre outros; além das estratégias de comunicação entre os diferentes setores (cartazes, adesivos, etc.). As ações de sensibilização e capacitação devem ser direcionadas pela Comissão Gestora, para que as necessidades da instituição sejam satisfeitas, bem como ocorra o incentivo a adoção de uma postura socioambiental adequada por parte de todos os servidores, alcançando também os demais públicos (discentes e comunidade externa). As ações de mobilização devem ser permanentes, já que a mudança de hábitos demanda adaptação e envolvimento coletivo (MMA, 2021a).

Por fim, o quinto passo consiste nas ações de avaliação e monitoramento. A Comissão Gestora precisa elaborar um sistema de avaliação de modo a verificar o desempenho das ações, identificar falhas e desenvolver novas abordagens para as atividades que não atingirem os resultados esperados. Para tanto, é imprescindível a definição de indicadores que mensurem os avanços alcançados. No processo de planejamento e monitoramento, os indicadores são ferramentas importantes, sendo fundamentais na disposição de informações em alto nível de especificidade, que aprimoram o conhecimento acerca da realidade da instituição e possibilitam a construção de subsídios que permitem a formulação de políticas públicas para as diferentes instâncias ligadas à gestão socioambiental. O Portal A3P disponibiliza Modelo de Indicadores (MMA, 2021a).

Após a conclusão do terceiro passo, a instituição está apta a formalizar a adesão ao Programa A3P. A formalização ocorre por meio do Termo de Adesão com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para formalizar o termo, a instituição deve enviar ofício para o Ministério, através do *e-mail* a3p@mma.gov.br, encaminhando ainda os seguintes documentos: da instituição – cópia do comprovante de endereço; minuta do Termo de Adesão em meio digital editável; Plano de Trabalho em meio digital editável; do representante da instituição signatária do Termo – cópias autenticadas do RG e CPF; cópia autenticada do ato de nomeação; cópia de delegação de competência para assinatura de atos (MMA, 2020f).

Enviados os documentos, existem alguns trâmites burocráticos para a formalização, resumindo: avaliação pela equipe da A3P se há necessidade de ajustes; criação de um processo com os documentos enviados; análise de consultoria jurídica do Ministério; coleta de assinaturas no Termo de Adesão e Plano de Trabalho; publicação no Diário Oficial da União. Após a adesão formal à Agenda, a instituição

recebe o Certificado de Adesão à A3P, documento digital emitido e enviado às instituições que aderem formalmente ao Programa (MMA, 2020f).

Em resumo para as etapas de implantação do Programa A3P, o Modelo de Plano de Trabalho, disponível no Portal A3P, com duração de cinco anos, apresenta um Cronograma de Execução, conforme o Quadro abaixo:

Quadro – Cronograma de Execução de Implantação do Programa A3P

ETAPAS	AÇÕES	Início	Término
1. Comissão Gestora da A3P	1.1. Definir os membros da Comissão Gestora;		
	1.2. Institucionalizar a Comissão Gestora (instrumento legal);		
	1.3. Definir plano de trabalho contendo cronograma de reuniões e as atividades da Comissão Gestora.		
2. Diagnóstico Socioambiental	2.1. Fazer levantamento do consumo de recursos naturais;		
	2.2. Fazer levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição;		
	2.3. Fazer levantamento de obras realizadas;		
	2.4. Fazer levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição;		
	2.5. Fazer levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente, com relação ao descarte de resíduos;		
	2.6. Fazer levantamento de necessidades de capacitação.		
3. Plano de Gestão Socioambiental	3.1. Definir os objetivos do plano;		
	3.2. Definir projetos, atividades e ações para a implementação da Agenda;		
	3.3. Definir as metas a serem alcançadas por projeto e/ou atividades e ações a partir da linha de base do diagnóstico;		
	3.4. Definir responsabilidades institucionais do órgão e dos servidores;		
	3.5. Definir os indicadores e as medidas de monitoramento;		
	3.6. Identificar os recursos disponíveis para a implantação das ações.		
4. Sensibilização e Capacitação	4.1. Participar do Módulo Básico de Capacitação do MMA;		
	4.2. Identificar as demandas de capacitação dos servidores;		
	4.3. Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc.;		
	4.4. Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners,		

	cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc.;		
	4.5. Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores;		
	4.6. Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores;		
	4.7. Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados.		
5. Avaliação e o Monitoramento	5.1. Adotar um sistema de indicadores ambientais baseado nos indicadores da A3P;		
	5.2. Realizar avaliações periódicas do plano (mínimo trimestral);		
	5.3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria;		
	5.4. Reprogramar as ações se necessário;		
	5.5. Preencher o relatório de monitoramento da A3P - Ressoa.		

Fonte: Adaptado de (MMA, 2020e)

Em síntese para as etapas de implantação do Programa A3P, apresenta-se a Figura, com o passo a passo dos procedimentos:

Figura – Síntese das etapas de implantação do Programa A3P



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Apresenta-se uma proposta de Plano de Ação por Eixo Temático, conforme exposto no Quadro abaixo:

Quadro – Plano de Ação por Eixo Temático

Ações e atividades a serem executadas	Objetivos	Responsável	Recurso	Prazos
Ações ligadas aos Eixo Temático 1: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Configurar os computadores da instituição para desligamento automático do vídeo	Reduzir o consumo de energia	Setor de Tecnologia da Informação	
	Desenvolver ação de monitoramento/redução do consumo de papel	Reduzir o consumo de papel	Gestores e Comissão Gestora da A3P	
	Utilizar papel reciclado em substituição ao papel branco	Utilizar material que tem processo de produção menos prejudicial ao meio ambiente	Toda a instituição	

	Dar preferência à aquisição de papel oriundo de madeira certificada ou ao papel reciclado	Utilizar material que tem processo de produção menos prejudicial ao meio ambiente	Setor de Aquisição		
	Desenvolver ação de normatização do acesso ao serviço de impressão e reprografia monocromático e policromático	Reduzir o consumo com impressões	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover a substituição de copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável	Diminuir o consumo de material que tem processo de produção e descarte prejudicial ao meio ambiente	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover campanhas de sensibilização referente ao consumo eficiente de copos descartáveis, com a doação institucionalizada de copos permanentes para todos os públicos (discentes e servidores)	Diminuir o consumo de material que tem processo de produção e descarte prejudicial ao meio ambiente	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Desenvolver ação de monitoramento/redução do consumo de energia	Reduzir o consumo de energia	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Utiliza sistema de iluminação de maior eficiência energética, com lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas LED	Reduzir o consumo de energia	Gestores e Setor de Infraestrutura		
	Dar preferência à aquisição de equipamentos que consomem menos energia (Selo Procel, letra A)	Reduzir o consumo de energia	Setor de Aquisições e Contratações		
	Desenvolver ação de monitoramento/redução do consumo de água	Reduzir o consumo de água	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Implantar sistemas para aproveitamento da água das chuvas e reuso de águas cinzas	Reduzir o consumo de água	Gestores e Setor de Infraestrutura		
	Utilizar softwares de gerenciamento de ligações telefônicas ou telefones tipo VOIP	Reduzir as despesas telefônicas	Setor de Tecnologia da Informação		
	Promover a racionalização e controle do uso da frota, evitando	Reduzir as despesas com transportes	Setor de Transportes		

	deslocamentos desnecessários e definindo procedimentos (escalas de saída, itinerário padrão, lotação mínima, etc.)				
	Promover campanhas de incentivo, junto ao público interno (servidores e discentes) para utilização de formas mais sustentáveis de locomoção para a instituição, como a utilização de bicicleta e a carona solidária	Incentivar a utilização de formas mais sustentáveis de locomoção	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover e ampliar campanhas voltadas ao consumo eficiente de energia, papel, copos plásticos, água e transportes	Promover o uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
Ações ligadas aos Eixo Temático 2: Gestão adequada dos resíduos gerados	Promover ações de incentivo para servidores sobre a política do 5R's, a coleta seletiva e a reciclagem	Promover e incentivar práticas sustentáveis de consumo e descarte de materiais	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Formalizar a implantação da Coleta Seletiva Solidária	Realizar a destinação adequada dos resíduos	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Instituir a criação da Comissão de Coleta Seletiva Solidária	Realizar a destinação adequada dos resíduos	Gestores e servidores		
	Promover, de forma efetiva, a identificação e destinação adequada de bens materiais inservíveis	Realizar a destinação adequada de bens materiais inservíveis	Comissão de Desfazimento de Bens		
	Realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de resíduos perigosos	Realizar a destinação adequada dos resíduos	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Realizar análise e estabelecer fluxo para destinação adequada de produtos e materiais do sistema de logística reversa	Realizar a destinação adequada dos resíduos	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover campanhas de divulgação e incentivo de práticas de gestão adequada dos resíduos gerados, a fim de se fomentar ações de redução do consumo e combate ao desperdício,	Promover e incentivar práticas sustentáveis de consumo e descarte de materiais	Gestores e Comissão Gestora da A3P		

	assim como a adoção de mecanismos de destinação adequada dos resíduos gerados				
Ações ligadas aos Eixo Temático 3: Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Promover campanhas de incentivo ao desenvolvimento e capacitação dos servidores e autonomia nas atividades desenvolvidas	Incentivar o desenvolvimento e capacitação dos servidores e autonomia nas atividades desenvolvidas	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Desenvolver estratégias que levem os servidores a perceberem o aproveitamento das habilidades individuais e coletivas	Incentivar o desenvolvimento e capacitação dos servidores e autonomia nas atividades desenvolvidas	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Ampliar a promoção de eventos de integração social, inclusive como política institucional	Incentivar a integração social entre os servidores	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Criar e desenvolver programas de saúde ocupacional e de orientação nutricional, com perspectiva a saúde dos servidores	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Promover campanhas de divulgação das ações de promoção da preservação dos elementos da natureza presentes na instituição, de modo que possa influenciar na qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho	Influenciar a qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho por meio de ações de preservação dos elementos da natureza	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Promover campanhas que incentivem ações de tratamento imparcial a todos os servidores	Desenvolver ações de respeito à legislação	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Desenvolver ação junto aos servidores com atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa		

			Qualidade de Vida		
	Fazer o levantamento de acessibilidade em todas as instalações da instituição e promover as adequações necessárias	Realizar a acessibilidade física das instalações de modo a tornar acessível e apropriada às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Comissão do Programa Qualidade de Vida		
	Instituir a criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores e servidores		
	Promover educação e ações de prevenção de acidentes de trabalho	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores, Comissão Gestora da A3P, Comissão do Programa Qualidade de Vida e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes		
	Instituir a criação de grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores e servidores		
	Instituir a criação do Programa Qualidade de Vida no Trabalho	Realizar ações de cuidado e atenção à saúde dos servidores	Gestores e servidores		
	Divulgar a existência de pontos de coleta de sugestões	Coletar sugestões e promover a gestão participativa	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Ampliar a promoção do hábito da leitura	Promover o hábito da leitura	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
Ações ligadas aos Eixo Temático 4: Sensibilização e capacitação dos servidores	Criação e incentivo de ações que promovam a conscientização socioambiental dos servidores	Promover a conscientização socioambiental dos servidores	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover ações de sensibilização e capacitação dos servidores e gestores no tocante a práticas	Promover a conscientização socioambiental dos servidores	Gestores e Comissão Gestora da A3P		

	sustentáveis e questões socioambientais				
	Criação e fortalecimento de campanhas e programas institucionais ligados à sustentabilidade socioambiental, para difundir a temática junto a todos os públicos (servidores, discentes, comunidade externa)	Promover a conscientização socioambiental dos servidores	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Criação de estratégias que disseminem as diretrizes do Programa A3P junto aos servidores	Promover a conscientização socioambiental dos servidores	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
Ações ligadas aos Eixo Temático 5: Compras públicas sustentáveis	Promover capacitação e treinamento de gestores e servidores sobre os procedimentos licitatórios e as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis	Adquirir produtos e serviços sustentáveis e promover a conscientização socioambiental de fornecedores	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover a adoção e inserção de critérios sustentáveis nos processos de licitações públicas	Adquirir produtos e serviços sustentáveis e promover a conscientização socioambiental de fornecedores	Gestores, Comissão Gestora da A3P e Setor de Aquisições e Contratações		
Ações ligadas aos Eixo Temático 6: Construções sustentáveis	Promover capacitação e treinamento de gestores e servidores sobre as possibilidades de inclusão de critérios sustentáveis nas obras públicas	Adotar critérios sustentáveis nos projetos de obras públicas	Gestores e Comissão Gestora da A3P		
	Promover o aproveitamento de projetos de obras públicas visando a economia da manutenção e operacionalização da instituição, a diminuição do consumo de energia e água, o conforto e acessibilidade dos usuários, e a utilização de tecnologias e materiais menos agressivos na obra pública	Adotar critérios sustentáveis nos projetos de obras públicas	Gestores, Comissão Gestora da A3P, Setor de Infraestrutura e Setor de Aquisições e Contratações		
	Dar preferência ao uso de divisórias e carpetes que utilizam fibras naturais	Adotar critérios sustentáveis nos projetos de obras públicas	Setor de Aquisições e Contratações		

	Dar preferência a pisos que privilegiem a absorção da água da chuva, nas áreas externas	Adotar critérios sustentáveis nos projetos de obras públicas	Setor de Infraestrutura e Setor de Aquisições e Contratações		
	Criar programa institucional para disposição de hortas compartilhadas, levando aos servidores informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, etc.	Disseminar informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos	Gestores e Comissão Gestora da A3P		

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Depois de formalizada a parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a instituição recebe apoio técnico para implementação e operação da Agenda. O Ministério oferece cursos de capacitação, promove eventos e disponibiliza conteúdo didático gratuito, além de monitorar e supervisionar as instituições pela plataforma Ressoa – sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental do MMA.

As atividades de avaliação e monitoramento são feitas pela própria instituição sob a supervisão do Programa A3P. O sistema Ressoa permite acompanhar metas e consolidar informações, constituindo-se como um instrumento auxiliar na gestão do órgão. A Plataforma Ressoa possibilita a compilação dos dados e o envio do relatório de monitoramento anual da A3P, conforme estabelecido no Termo de Adesão. A utilização da Plataforma dispensa a realização de relatórios em meios físicos, em consonância com os preceitos do Programa A3P, gerando economia e sustentabilidade nos processos (MMA, 2020h). As instituições parceiras que realizam o monitoramento e alimentam a Plataforma Ressoa recebem o Selo A3P.

Responsáveis e Contatos

- Profa. Dra. Verônica Macário de Oliveira Motta

Fone: (83) 9 8137-2754 / E-mail: veronicamacario@gmail.com

- Egresso Francisco Diogenilson Almeida de Aquino

Fone: (85) 9 9990-0730 / E-mail: diogenilson.aquino@gmail.com

Data de realização do Relatório

A coleta e análise de dados que embasaram este Relatório Técnico foram desenvolvidas nos meses de maio e junho de 2021.

Referências

- ABRAHÃO, G. DE S. Agenda ambiental na administração pública brasileira: uma análise da A3P no Superior Tribunal de Justiça. 30 jun. 2016.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Nova Fronteira, 2002.
- ALMEIDA, J. DE A.; BRANDÃO, S. V.; PEDROSA, F. J. DE A. A agenda ambiental na administração pública (A3P) versus políticas socioambientais no Brasil: caracterização e desafios. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 8, n. 1, p. 236–254, 11 jan. 2017.
- ARAUJO, C. L.; LUDEWIGS, T.; CARMO, E. A. D. A Agenda Ambiental na Administração Pública desafios operacionais e estratégicos. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 32, p. 21–47, 2015.
- ARAUJO, S. M. DE. **Análise das questões socioambientais na UFCG com base na agenda ambiental na administração pública - A3P**. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais)—Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 22 ago. 2018.
- ARRUDA, L.; RODRIGUES, R. N. Agenda ambiental na administração pública (A3P): uma análise da aderência das diretrizes da A3P em uma companhia hidroelétrica. **REFAS: Revista FATEC Zona Sul**, v. 5, n. 2, p. 10, nov. 2018.
- ASSUNÇÃO, V. DE J. DE. **Ações socioambientais no espaço universitário: uma análise sobre a percepção da comunidade acadêmica do campus da UFSM/Palmeira das Missões - RS**. Dissertação de mestrado—Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria, 22 ago. 2016.
- BARATA, M. M. DE L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 165–170, mar. 2007.
- BARBIERI, J. C. et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, p. 146–154, jun. 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

BOFF, M. L.; ORO, I. M.; BEUREN, I. M. Gestão Ambiental em Instituição de Ensino superior na Visão de seus Dirigentes. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 2, n. 1, p. 4–13, 1 maio 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. . 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 dezembro 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 4 jul. 2020.

BRASIL, M. DO M. A. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. 5. ed. Brasília - DF: MMA, 2009.

BRASIL, M. DO M. A. **Como implantar a A3P?** 2 ed. ed. Brasília - DF: MMA, 2016.

BRASIL, M. DO M. A. **Agenda 21 Global**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CAMARGO, L. S. **Práticas sócioambientais em uma instituição de ensino superior estadual do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade)—Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

CAMELO, G. L. P.; MONTEIRO, M. DE O. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P nos campi do IFRN: um olhar a partir dos gestores. **EmpíricaBR - Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação**, v. 1, n. 1, p. 26–42, 17 nov. 2015.

CAMPOS, R. et al. A Ferramenta 5S e suas Implicações na Gestão da Qualidade Total. **Simpep – Simpósio de Engenharia de Produção**, 1 nov. 2005.

CARRIERI, A. DE P.; SILVA, A. R. L. DA; PIMENTEL, T. D. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 1–16, mar. 2009.

CAVALCANTE, M. L. S. A. Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P - Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, v. 10, n. 1, p. 193–216, 2012.

CHAVES, L. C. et al. Gestão ambiental e sustentabilidade em instituições de ensino superior: construção de conhecimento sobre o tema. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 6, n. 2, p. 33–54, 29 abr. 2013.

COELHO, J. M. P.; COSTA E SILVA, C.; LOPES, M. N. Agenda ambiental na administração pública – A3P: o uso adequado dos recursos administrativos. **Gestão Pública - Inovação em Revista**, n. 1, p. 31–41, dez. 2013.

DIAS, A. L. **Gestão Ambiental na UFBA sob a perspectiva dos eixos temáticos da a3p**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade)—Salvador: Universidade Federal da Bahia, 18 nov. 2014.

DIAS, R. **Gestão Ambiental - Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 3ª edição ed. [s.l.] Atlas, 2017.

DIMANTE, D.; TAMBOVCEVA, T.; ATSTAJA, D. Raising environmental awareness through education. **International Journal of Continuing Engineering Education and Life-Long Learning (IJCEELL)**, v. 26, n. 3, 2016.

DONAIRE, D.; OLIVEIRA, E. C. DE. **Gestão Ambiental na Empresa**. 3ª edição ed. [s.l.] Atlas, 2018.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Oxford, U.K.: Capstone, 1997.

FAGANELLO, C. R. F.; SANTOS, Á. R. A.; FILHO, L. F. F. Compras Públicas Sustentáveis na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Campo Jurídico**, v. 3, n. 1, p. 15–51, 30 maio 2015.

FAUSTINO, M.; AMADOR, F. O conceito de “sustentabilidade”: migração e mudanças de significados no âmbito educativo. **Indagatio Didactica**, v. 8, n. 1, p. 2021–2033, jul. 2016.

FERREIRA, A. P. A. L. et al. A prática de sustentabilidade: um estudo bibliométrico com relação à percepção dos pesquisadores da área de administração. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 5, n. 3, p. 44–60, 4 dez. 2015.

FERREIRA, M. A. S. DE O. Apontamento sobre a gestão socioambiental na Administração Pública brasileira. In: **BLIACHERIS, M. W.; FERREIRA, M. A. S. O.. Sustentabilidade na administração pública: valores e práticas de gestão socioambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 21–43.

FOUTO, A. R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais**. Dissertação de mestrado—Lisboa, Portugal: Universidade Nova de Lisboa, 2002.

FREITAS, C. L. DE. **Avaliação de sustentabilidade em instituições públicas federais de ensino superior (IFES): proposição de um modelo baseado em sistemas gerenciais de avaliação e evidenciação socioambiental**. Dissertação de mestrado—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

FREITAS, C. L. DE; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. 9 dez. 2011.

GAZZONI, F. et al. O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, p. 48–70, 1 jan. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57–63, abr. 1995.

GOMES, A. C. A.; MEURER, A. P. S.; PINTOR, G. M. Z. DE. O uso da logística reversa para atender a responsabilidade socioambiental: estudo de caso de uma agroindústria canavieira no Paraná. **Orbis Latina**, v. 6, n. 2, p. 111–128, 2016.

HAYASHI, C.; SILVA, L. H. DE A. E. A Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Brasil. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 7, 9 dez. 2015.

IFCE, I. F. DO C. **Anuário Estatístico — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE**. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/anuario-estatistico>>. Acesso em: 29 ago. 2020a.

IFCE, I. F. DO C. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 - IFCE** IFCE, Fortaleza (CE), , 2018b. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-23-versao-final.pdf/>>. Acesso em: 23 abr. 2021

IFCE, I. F. DO C. **Institucional — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE**. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/ifce/aceso-a-informacao/Institucional>>. Acesso em: 29 ago. 2020a.

IFCE, I. F. DO C. **O campus — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/limoeironorte/campus_limoeiro/o-campus>. Acesso em: 29 ago. 2020b.

IFCE, I. F. DO C. **Plano de Desenvolvimento Institucional IFCE**. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proap/pdi/menu/o-que-e-pdi/plano-de-desenvolvimento-institucional>>. Acesso em: 23 abr. 2021a.

IFCE, I. F. DO C. **Catálogo dos objetivos, indicadores e metas PDI 2019-2023** IFCE, , 2021b. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proap/pdi/catalogo-de-objetivos-ajustado-em-setembro_2020.pdf/>. Acesso em: 23 abr. 2021

IFCE, I. F. DO C. **Plano de Metas IFCE Limoeiro - PDI** IFCE, , 2021c. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proap/pdi/imagens/plano-de-metas-limoeiro-do-norte.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2021

KRUGER, S. D. et al. Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 4, n. 3, p. 44–62, 5 jun. 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Metodologia do trabalho científico**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANZARIN, J. et al. Agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 3, p. 1020–1049, 2018.

LEME, T. N. Os municípios e a política nacional do meio ambiente. **Planejamento e políticas públicas**, v. 16, n. 35, p. 25–52, 2010.

LIMA, R. M. D.; GOMES, M. DE Q. Desenvolvimento sustentável e a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente sadio: por uma ordem econômica ambiental. **XXV Congresso do CONPEDI - Curitiba**, Direito ambiental e socioambientalismo [Recurso eletrônico on-line]. p. 222–247, 2016.

LOPES, A. E. et al. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: a trajetória de conflitos e desafios para o meio ambiente. **ForScience**, v. 5, n. 2, p. 1–17, 6 out. 2017.

LOYOLA, M. M. A Responsabilidade socioambiental da administração pública. **Revista do Ministério Público do Estado de Goiás**, n. 15, p. 7–12, jun. 2008.

LUIZ, L. C. et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 54–62, jun. 2013.

MACIEL, D. DOS S. C.; FREITAS, L. S. DE. Utilização do método FMEA na identificação e análise dos impactos ambientais causados pelos postos de combustíveis: um estudo de caso. **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. 4, p. 570–589, 14 dez. 2014.

MAGALHÃES, J. E. P. O conflito socioambiental no horto florestal: um olhar pela educação ambiental crítica no programa elos de cidadania. **Revista TransVersos**, v. 7, n. 7, p. 100–133, 30 set. 2016.

MARQUES, J. F. S.; SANTOS, Â. V.; ARAGÃO, J. M. C. Planejamento e Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior à Luz Dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 14–29, 5 mar. 2020.

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 3, p. 433–460, dez. 2015.

MEIRELES, M. R. G.; CENDÓN, B. V. Aplicação prática dos processos de análise de conteúdo e de análise de citações em artigos relacionados às Redes Neurais Artificiais. **Informação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 77–93, 28 dez. 2010.

MENDONÇA, B. A. **Diagnóstico para implantação de um sistema de gestão ambiental em uma instituição federal de ensino**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos)—São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 20 out. 2015.

- MMA, M. DO M. A. **História – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/historia/>>. Acesso em: 30 ago. 2020a.
- MMA, M. DO M. A. **Balanco de 2018 – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/balanco-de-2018/>>. Acesso em: 2 jul. 2020b.
- MMA, M. DO M. A. **Eixos Temáticos – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/eixos-tematicos/>>. Acesso em: 1 set. 2020c.
- MMA, M. DO M. A. **Balanco de 2019 – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/balanco-de-2019/>>. Acesso em: 1 set. 2020d.
- MMA, M. DO M. A. **Adesão à A3P – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/adesao-a-a3p/>>. Acesso em: 2 set. 2020e.
- MMA, M. DO M. A. **Selo e Certificado – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/entrega-do-certificado-de-adesao-e-selo-de-monitoramento-para-as-instituicoes-parceiras/>>. Acesso em: 2 set. 2020f.
- MMA, M. DO M. A. **Instituições parceiras – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>>. Acesso em: 2 set. 2020g.
- MMA, M. DO M. A. **Ressoa – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/ressoa/>>. Acesso em: 2 set. 2020h.
- MMA, M. DO M. A. **Rede A3P – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/rede-a3p/>>. Acesso em: 2 set. 2020i.
- MMA, M. DO M. A. **11ª Edição Fórum A3P – 2020**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/11a-edicao-2020/>>. Acesso em: 2 set. 2020j.
- MMA, M. DO M. A. **Prêmio A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/premio-a3p/>>. Acesso em: 2 set. 2020k.
- MMA, M. DO M. A. **Passo a passo para implantar a A3P – Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/passa-a-passo-para-implantar-a-a3p/>>. Acesso em: 3 jun. 2021a.
- MMA, M. DO M. A. **A3P em números – Portal A3P**. Portal A3P. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/a3p-em-numeros/>>. Acesso em: 16 abr. 2021b.
- MORI, J. S. et al. Os Benefícios da Gestão Ambiental como Ferramenta de Competitividade pela Organizações. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 7, n. 2, p. 25–38, 28 set. 2015.
- NISSINEN, A.; PARIKKA-ALHOLA, K.; RITA, H. Environmental criteria in the public purchases above the EU threshold values by three Nordic countries: 2003 and 2005. **Ecological Economics**, v. 68, n. 6, p. 1838–1849, 2009.
- OLIVEIRA, V. M. D.; GÓMEZ, C. P.; CORREIA, S. É. N. The role of governments in sustainable consumption: the perception of Brazilian experts. **International Journal of Sustainable Development**, v. 23, n. 1/2, p. 69, 2020.

ONU. **Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (RIO + 20): O Futuro que queremos.** Comitê facilitador da sociedade civil catarinense, , 2012. Disponível em: <<https://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/07/CNUDS-vers%C3%A3o-portugu%C3%AAs-COMIT%C3%8A-Pronto1.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2021

ONU BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

ONU, C. M. SOBRE O M. A. E D. **Nosso Futuro Comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PEGORIN, M. C.; SANTOS, D. C. DOS; MARTINS, I. DE S. C. A aplicação da agenda ambiental no setor público: estudo de caso em uma instituição da Administração Pública Federal direta. 2014.

PEIXOTO, C. S. B. DE S. **Práticas Sustentáveis: estudo de caso em uma Instituição Pública de Ensino Superior.** Dissertação de mestrado—Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2019.

PEIXOTO, C. S. B. DE S. et al. Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 12, n. 2, p. 230–252, ago. 2019.

PEREIRA, C. A. **Proposta de ações sustentáveis para o Colégio Pedro II com base no modelo da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).** Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão)—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 10 ago. 2016.

PRADO, W. C. **Gestão Participativa A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) na Prefeitura da Cidade do Recife: contribuições da educação a distância.** Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em EAD)—Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2015.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, L. A. **Da exploração dos recursos naturais aos desafios da educação ambiental em Minaçu – Goiás.** Monografia - Especialização Lato Sensu em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável—Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2015.

RÊGO, G. S.; PIMENTA, H. C. D.; SARAIVA, V. M. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P: um estudo sobre a potencialidade de aplicação no município de São Gonçalo do Amarante/RN. **Holos**, v. 4, n. 27, p. 29–50, 2011.

REIS, M. M. **Estatística aplicada à Administração.** Florianópolis: UFSC, 2009.

ROMERA, M. D. M. **La gestión integral de la calidad, el medio ambiente y la prevención de riesgos laborales en las organizaciones elementos, situación**

actual y aproximación práctica. Tese (doutorado)—Córdoba (Espanha): Universidad de Córdoba, 2005.

ROTTA, M. et al. Ambientalização curricular no ensino superior: formação e sustentabilidade nos cursos de graduação. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 17, n. 2, p. 395–414, ago. 2017.

RUFINO, B. H. V.; ANDRADE, J. I. C. DE. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): Importância e Aplicação para os municípios que compreendem a Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité. **Artigo científico (Especialização em Gestão Governamental)**, p. 26, 2014.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. DE. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade.** [s.l.] Elsevier, 2008.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. D. **Gestão Socioambiental - Estratégias na Nova Era da Sustentabilidade.** 2º edição ed. [s.l.] GEN Atlas, 2021.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em *campus* universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503–515, dez. 2006.

TEIXEIRA, M. F. DE F. B. **Desafios e oportunidades para a inserção do tripé da sustentabilidade nas contratações públicas: um estudo dos casos do Governo Federal Brasileiro e do Governo do Estado de São Paulo.** Dissertação de mestrado—Brasília - DF: Universidade de Brasília (UnB), abr. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, M. A. L. **Marco legal das licitações e compras sustentáveis na administração pública.** Brasília: Biblioteca da Câmara dos Deputados, 2011.

VAZ, C. R. et al. Sistema de Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: uma revisão. **Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas**, n. 3. v. S.I, p. 45–58, set. 2010.

VIEGAS, S. DE F. DA S.; CABRAL, E. R. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 8, n. 1, p. 236–259, 6 fev. 2015.

VIEGAS, S. DE F. S. DA S. **Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: um estudo na Universidade Federal Rural da Amazônia.** Dissertação (Mestrado em Administração)—Belém: Universidade da Amazônia, 2014.

VOGELMANN JUNIOR, J. C. **Roteiro Prático de Ações Sustentáveis na Administração Pública.** Porto Alegre: ESAF, 2014.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS SERVIDORES DA UFRPE/UAG NA PESQUISA DE PEIXOTO (2019) E PEIXOTO *ET AL.* (2019)

O Objetivo deste questionário é identificar as práticas sustentáveis adotadas na UFRPE/UAG, de acordo com cada um dos eixos da A3P, a partir da percepção dos seus servidores. Os dados coletados por esse instrumento servirão para a elaboração da dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Administração Pública do PROFIAP/UFRPE.

Solicitamos a sua valiosa colaboração mediante o preenchimento deste questionário. Ao preenchê-lo, pedimos que o faça de forma sincera e pessoal, levando em consideração a realidade do seu ambiente de trabalho. Informamos ainda que os dados da pesquisa serão tratados de forma confidencial, mantendo assim, o anonimato dos respondentes.

Desde já, agradecemos pela colaboração e participação!

PERFIL DOS PESQUISADOS					
1- Qual seu gênero? () Feminino () Masculino					
2- Qual sua idade? () Até 20 anos () Entre 21 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos () Acima de 51 anos					
3- Qual sua escolaridade? () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Graduação () Especialização lato sensu () Mestrado () Doutorado () Pós-doutorado					
4- Qual seu tempo de serviço na UFRPE/UAG? () Menos de seis meses () Entre seis meses e um ano () Entre um ano e três anos () Entre três anos e dez anos () Mais de dez anos					
5- Qual a sua categoria de vínculo com a UFRPE/UAG? () Técnico Administrativo () Docente					
e-mail:					
QUESTÕES ESPECÍFICAS					
<i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i>					
6- Informe a frequência com que você se utiliza das seguintes práticas sustentáveis, no seu ambiente de trabalho:					
FREQUÊNCIA	Nunca 1	Raramente 2	Às vezes 3	Frequentemente 4	Sempre 5
Apaga a luz ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado.	()	()	()	()	()
Desliga o ar condicionado ou o ventilador ao término do expediente ou quando se ausenta por períodos de tempo prolongado.	()	()	()	()	()
Fecha portas e janelas quando o ar condicionado está ligado.	()	()	()	()	()
Desliga os monitores do seu setor quando faz uma pausa para descanso.	()	()	()	()	()
Imprime ou faz cópia dos documentos em frente-e-verso.	()	()	()	()	()
Utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco.	()	()	()	()	()

Reutiliza papéis para fazer bloco de anotações/rascunho.	()	()	()	()	()
Substitui a utilização de documento impresso por documento digital.	()	()	()	()	()
Substitui a utilização de copos descartáveis por copos, garrafas, canecas ou xícaras de material durável.	()	()	()	()	()
Utiliza ou observa a utilização, por outros colegas de trabalho, da tecnologia de vídeo conferência para reduzir o deslocamento desnecessário da frota oficial de veículos da instituição.	()	()	()	()	()

7- Como você se locomove com mais frequência para a UFRPE/UAG?

- a pé
 de bicicleta
 de veículo próprio (carro, moto e outros)
 de transporte coletivo (ônibus, van e outros)
 de veículo de aluguel (táxi, moto-táxi e outros)
 de carona

8- Se houvesse, por parte da instituição, o incentivo à utilização de caronas compartilhadas de veículos (caronas solidárias), você adotaria esse tipo de programa?

- Sim
 Não
 Talvez

9- Informe a frequência com que você observa que a UFRPE/UAG preocupa-se com a preservação dos elementos da natureza presentes no *campus* através de ações de cuidados com os animais.

FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
	1	2	3	4	5
Cuidado com os animais	()	()	()	()	()

Gestão adequada de resíduos gerados

10- Informe a frequência com que você percebe ou adota as seguintes condutas

FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
	1	2	3	4	5
Incentivo pela UFRPE/UAG de coleta seletiva e reciclagem.	()	()	()	()	()
Descarte adequado, por você, do lixo nas dependências da UFRPE/UAG, de acordo com o tipo de resíduo.	()	()	()	()	()
Reutilização, por você, de materiais no seu ambiente de trabalho.	()	()	()	()	()
Identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores.	()	()	()	()	()

Qualidade de vida no ambiente de trabalho

11- Informe a frequência com que você observa que a UFRPE/UAG preocupa-se com a preservação dos elementos da natureza presentes no *campus* através de ações de arborização e paisagismo.

FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
	1	2	3	4	5
Arborização	()	()	()	()	()
Paisagismo	()	()	()	()	()

12- Em relação à qualidade de vida em seu ambiente de trabalho, informe a frequência com que você percebe as seguintes condutas.

FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
	1	2	3	4	5
Aproveitamento eficiente, pela instituição, das habilidades do servidor.	()	()	()	()	()
Autonomia dos servidores em suas atividades diárias.	()	()	()	()	()
Existência de preconceitos no ambiente de trabalho.	()	()	()	()	()
Promoção de atividades de integração no local de trabalho (que estimulem o convívio social).	()	()	()	()	()
Respeito à liberdade de expressão.	()	()	()	()	()
Respeito à privacidade pessoal.	()	()	()	()	()
Tratamento imparcial à todos os servidores.	()	()	()	()	()
Promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer.	()	()	()	()	()
Promoção de programas de orientação médica e nutricional.	()	()	()	()	()
Mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada (que oferecem conforto e que favorecem a postura física correta).	()	()	()	()	()
Controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho (realização de horas extras).	()	()	()	()	()
Manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada.	()	()	()	()	()
As instalações da UFRPE/UAG são acessíveis e apropriadas às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	()	()	()	()	()
Estímulo à educação continuada e a capacitação.	()	()	()	()	()

Sensibilização e capacitação

13- Informe a frequência com que você observa as seguintes ações de sensibilização e capacitação no seu ambiente de trabalho.

FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
------------	-------	-----------	----------	----------------	--------

	1	2	3	4	5
Promoção de campanhas de sensibilização de servidores sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício (de energia, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por e-mail e outros.	()	()	()	()	()
Promoção de palestras, reuniões, oficinas e exposições sobre a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho.	()	()	()	()	()
Divulgação de informativos sobre temas de sustentabilidade no ambiente de trabalho, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.	()	()	()	()	()

14- Ao se falar em práticas de sustentabilidade em órgãos da Administração Pública, alguns temas são habitualmente mencionados. Informe o quanto você conhece sobre os temas abaixo.

Esca de conhecimento	1	2	3	4	5
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	() Nenhum conhecimento	() Pouco conhecimento	() Razoável conhecimento	() Bom conhecimento	() Ótimo conhecimento
Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFRPE (PLS)	() Nenhum conhecimento	() Pouco conhecimento	() Razoável conhecimento	() Bom conhecimento	() Ótimo conhecimento

Licitações sustentáveis

FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
	1	2	3	4	5
15- Informe a frequência com que você percebe que os materiais adquiridos pela UFRPE/UAG possuem padrões de sustentabilidade (provenientes de materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agredam menos o meio ambiente).	()	()	()	()	()

Construções sustentáveis

16- Informe a frequência com que você percebe que as construções/instalações da UFRPE/UAG adotam os seguintes critérios.

FREQUÊNCIA	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
	1	2	3	4	5
Privilegiam a ventilação natural, visando à redução da utilização do ar condicionado.	()	()	()	()	()

Privilegiam a iluminação natural, visando à redução da utilização de lâmpadas.	()	()	()	()	()
Privilegiam a utilização de divisórias em áreas internas, ao invés de paredes, objetivando maior flexibilidade de uso dos prédios.	()	()	()	()	()
Utilizam fontes alternativas de energia, como a energia solar e a energia eólica.	()	()	()	()	()

17- Você identifica alguma outra atividade ligada à sustentabilidade que é desenvolvida no seu setor/curso ou no *campus* da UFRPE/UAG? Se sim, que atividade é esta?

**ANEXO B – CHECK-LIST ADEÇÃO AOS OBJETIVOS E AOS EIXOS TEMÁTICOS
DO PROGRAMA A3P – DESENVOLVIDO NA PESQUISA DE FREITAS,
BORGERT E PFITSCHER (2011)**

Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	Adere	Não Adere
Objetivo 1 – sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais		
Há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição?		
Objetivo 2 – promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais		
A gestão ambiental na IFES promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos?		
A gestão ambiental na IFES promove a redução de gastos institucionais?		
Objetivo 3 – reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional		
A gestão ambiental na IFES contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição?		
Objetivo 4 – contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública		
A gestão ambiental na IFES contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública?		
A gestão ambiental na IFES contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo?		
Objetivo 5 – contribuir para a melhoria da qualidade de vida		
A gestão ambiental na IFES contribui para a melhoria da qualidade de vida dos stakeholders?		

Quadro 3 – *Check list* adesão aos objetivos da A3P

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	Adere	Não Adere
Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?		
A IFES disponibiliza copos permanentes para todos os servidores e discentes?		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?		
Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados		
A IFES desenvolve e incentiva a política dos 5R's?		
A coleta seletiva na IFES atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2005?		
A IFES realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?		
A IFES possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?		
Há destinação adequada a resíduos perigosos?		

Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho		
A IFES oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e bolsistas?		
A IFES atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?		
A IFES possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas?		
A IFES possui uma comissão interna de prevenção de acidentes?		
A IFES possui controle da jornada de trabalho?		
A IFES possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?		
Os ambientes da IFES, especialmente os de trabalho, são salubres?		
A IFES possui programa de saúde ocupacional?		
A IFES possui programa de orientação nutricional?		
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?		
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?		
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?		
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais?		
A IFES incentiva e respeita a liberdade de expressão?		
A IFES incentiva e respeita a privacidade pessoal?		
A IFES incentiva e respeita o tratamento impessoal?		
Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores		
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?		
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?		
A IFES desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente?		
A IFES promove a educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino?		
A IFES desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição?		
Eixo 5 – Licitações sustentáveis		
A IFES incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?		
A IFES incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?		
A IFES incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?		

Quadro – *Check list* adesão aos eixos temáticos da A3P

ANEXO C – TERMO DE ANUÊNCIA



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Limoeiro do Norte

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ (IFCE) – CAMPUS DE LIMOEIRO DO NORTE
Rua Estevão Remígio, 1145, Centro – Limoeiro do Norte/CE – CEP: 62930-000
Tel.: (85) 3401.2290 / E-mail: comunicação.ln@ifce.edu.br

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Eu, **Jânia Maria Augusta da Silva, Diretora-geral do IFCE – campus de Limoeiro do Norte**, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada: “Agenda Ambiental na Administração Pública: possibilidades e desafios de implantação no Campus de Limoeiro do Norte do IFCE”, a ser desenvolvida com os servidores (docentes e técnico-administrativos) do IFCE – campus de Limoeiro do Norte, que será realizada no primeiro semestre de 2021, após autorização por Comitê de Ética em Pesquisa, tendo como pesquisador coordenador **Francisco Diogenilson Almeida de Aquino** (mestrando do curso: Mestrado Profissional em Administração Pública – Profiap), sob orientação da Profa. Dra. Verônica Macário de Oliveira Motta (Universidade Federal de Campina Grande – UFCG).

Limoeiro do Norte, 14 de dezembro de 2020

Assinatura
Jânia Maria Augusta da Silva
Diretora Geral
IFCE Campus Limoeiro do Norte
SIAPE: 1974256